



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

POLITÉCNICA

politécnica

Seminário
"Desenvolvimento
e Qualidade
do Ensino Superior"

Seminário
"Formação
de Professores,
Emprego, Liberdade
de Aprender
e de Ensinar"

Tomada de posse
de Luciano
de Almeida

Jorge Arroiteia
apresenta
novo livro no IPL

Dossier

**ESTM - Uma escola
no coração
da Região Oeste**



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

Sessão Solene

Abertura do Ano Lectivo 2002/2003

**Igreja de S. Francisco
Leiria, 20 de Novembro de 2002 - 15:00 horas**



**Oração de Sapiência a proferir pelo
Dr. António Sousa Franco**

ESE Leiria

Escola Superior de Educação de Leiria

ESTG Leiria

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria

ESTGAD Caldas da Rainha

Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design de Caldas da Rainha

ESTM Peniche

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche

ESEnf Leiria

Escola Superior de Enfermagem de Leiria

**Momento musical
TRINADUS**



4/9	IPL promoveu Seminário sobre novo Regime Jurídico Repensar o Ensino Superior
10/17	Presidente do IPL tomou posse
18/19	Seminário Formação de professores, emprego, liberdade de aprender e ensinar
20	Último livro de Jorge Arroitea apresentado no IPL
21/24	"Avaliação do Ensino Superior Politécnico Público" <i>Almeida Costa</i>
25/40	Dossier ESTM - Uma escola no coração da Região Oeste
41/49	ESE-Leiria "Vagas, candidatos e lições para o futuro", <i>José Manuel Silva, Pres. do Conselho Directivo</i> Notícias
50/57	ESTG-Leiria "ESTG-Leiria é 1.ª opção!" <i>Nuno Mangas, Pres. do Conselho Directivo</i> Notícias
58/62	ESTGAD-Caldas da Rainha "Ingresso no Ensino Superior" <i>José Ventura da Cruz Pereira, Director</i> Notícias
63/67	ESTM-Peniche "A prova de fogo das colocações" <i>João Poças Santos, Director</i> Notícias
68/69	ESEnf-Leiria "Candidatos e colocações nas escolas de Enfermagem" <i>Elísio Augusto Gomes Pinto, Pres. do Conselho Directivo</i> Notícias
70/72	Serviços de Acção Social
73	IPL e Univates assinam protocolo Biblioteca da ESTG e Bloco de Salas da ESE concluídos em Novembro
74	IPL cada vez mais procurado Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior - 1.ª fase, Vagas sobrantas
75	IPL - Colocações 1.ª fase 2002
76	Resultados Simulação da aplicação universal de nota mínima 95 nas provas de ingresso
77/78	Associações de Estudantes

Nota de abertura



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Conhecidos os resultados dos concursos de acesso ao ensino superior (1.ª e 2.ª fases) verifica-se que, das mais de 2.200 vagas postas a concurso pelas Escolas Superiores integradas no Instituto, apenas 68 não foram preenchidas, não tendo ingressado no IPL nenhum aluno com nota negativa.

No momento particularmente difícil que a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche (ESTM) atravessa, como consequência da não inclusão no PIDDAC 2003 das verbas previstas para a construção do edifício pedagógico e da cantina, vale a pena assinalar o integral preenchimento das vagas postas a concurso pela Escola.

Fica, assim, confirmada uma vez mais a importância do projecto educativo da ESTM e a relevância social das formações ali ministradas! Acresce, por isso, a incompreensão face a um PIDDAC do ensino superior que financia parques de estacionamento cobertos, ampliações de serviços centrais, instalações desportivas ... mas não financia as instalações para a ESTM, a cantina e residências.

Estranhas prioridades!

O próximo ano, em termos orçamentais é um ano particularmente difícil. O orçamento dos SAS diminui em termos reais. O financiamento por aluno no IPL continua o mais baixo de todas as instituições de ensino superior público com autonomia estatutária. Do PIDDAC 2003 foram excluídas a construção do edifício pedagógico e biblioteca da ESTM, a cantina da ESTM, a cantina da ESTG e a residência n.º 2 da ESTGAD. Não foram inscritos quaisquer novos projectos e não se prevê a sua inscrição para 2004.

Se o investimento público no Distrito de Leiria cresce em 2003 em relação ao IPL há uma clara política de desinvestimento. Um desafio, leitores, que lhes faço: vejam para onde foi o dinheiro das obras do IPL inscritas no PIDDAC 2002 e que foram retiradas em 2003!

São questões de opção. Em tempos de dificuldades há que optar, há que estabelecer prioridades. A prioridade não foi, a prioridade não é a educação! A prioridade não foi, não é, a qualificação dos nossos recursos humanos. Não foi, não é, a formação dos nossos jovens!

Neste momento difícil a qualidade continuará a ser o nosso primeiro objectivo! Aos alunos que este ano se matriculam pela primeira vez nas Escolas do IPL e àqueles que nelas continuam a sua formação, desejo um Bom Ano Lectivo!

Luciano de Almeida,
Presidente do IPL

IPL promoveu Seminário sobre novo Regime Jurídico

Repensar o Ensino Superior

Quando, em Julho último, o Instituto Politécnico de Leiria promoveu um seminário sobre o Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior, foram sugeridas alterações profundas ao documento, apesar de já ter sido aprovado na generalidade pela Assembleia da República.

Alguns oradores chegaram mesmo a falar de um erro de método e de inabilidade política por parte do Governo, referindo-se à ausência de uma consulta aos parceiros académicos, antes da proposta de lei ser votada no Parlamento.

O IPL acabou por tomar a dianteira na discussão pública do Regime Jurídico do Ensino Superior, permitindo que, durante um dia, reitores de universidades, presidentes de politécnicos, antigos titulares das pastas da Educação e do Ensino Superior, investigadores, professores e deputados se unissem em torno de uma questão que diz respeito a todos. Veiga Simão usou mesmo a expressão “desafiar o Ministro”, ciente de que é no equilíbrio das duas posições que se encontra o futuro do país, e Adriano Moreira chamou a atenção para o facto de ser um instituto politécnico a promover o debate.

Foi uma jornada de trabalho profícua, para o que contribuiu o nível elevado dos oradores convidados pelo IPL. Além de Veiga Simão e de Adriano Moreira, participaram no seminário Alberto Amaral, Pedro Lourtie, José Barata Moura, Valter Lemos, Júlio Montalvão e Silva, Manuel Patrício, José Luís Ramalho e ainda os deputados Massano Cardoso, Augusto Santos Silva, Narana Coissoró, Luísa Mesquita, João Teixeira Lopes e Isabel Castro, representantes dos seis partidos com assento na Assembleia da República: PSD, PS, CDS/PP, PCP, BE e PEV, respectivamente.



A ausência de consulta aos parceiros académicos foi um dos aspectos mais criticados no novo Regime Jurídico

“Ofertas relativamente aberrantes”

Programa e oradores apresentados, os trabalhos abriram com uma intervenção do presidente da direcção do CIPES (Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior) para enquadramento do tema. Alberto Amaral inseriu o novo regime jurídico num contexto que tem vindo a sofrer modificações profundas, derivadas da globalização e da transformação de conhecimentos: o ensino superior prescindiu da vocação social para assumir uma vocação económica; foi invadido por novos tipos de gestores, dando origem a um movimento

designado *managerialismo*; a perda de confiança nas instituições popularizou os processos de acreditação; e o sistema cresceu desordenadamente, na ausência de uma regulação eficaz.

É neste cenário que Alberto Amaral encontra “alguma tendência para enganar os clientes” e em que surgem “ofertas relativamente aberrantes”.

O presidente do CIPES interroga-se se será possível corrigir os erros do passado, apenas com a mão invisível do mercado. Este estado de coisas aponta, no seu entender, para o aumento da autonomia das instituições e para a função reguladora

Veiga Simão usou mesmo a expressão “desafiar o Ministro”, ciente de que é no equilíbrio das duas posições que se encontra o futuro do país.

do Estado, como forma de se atingir o equilíbrio.

Para Alberto Amaral, é de valorizar, e não de ignorar, o conjunto de problemas subjacente à proposta de lei: o desenvolvimento anárquico do ensino superior, o desajustamento da fórmula de financiamento e os planos estratégicos sem qualquer resultado.

Entende, por isso, que as instituições devem ser capazes de resolver eficazmente estas questões. Se não o fizerem, o Governo fá-lo-á por elas.

“Qualidade, avaliação e benchmarking”

Entre o dia em que transpôs a porta do Ministério da Ciência e do Ensino Superior e o momento em que foi entrevistado por José Manuel Silva, Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação de Leiria (a entrevista foi exibida durante o seminário), Pedro Lynce alterou significativamente a hierarquia das suas prioridades.

Deixou “cair” a autonomia e o financiamento - pelo menos durante algum tempo - e privilegiou a ordenação jurídica do ensino superior. Quando chegou ao Ministério, impressionaram-no as 800 propostas de criação e de alteração de cursos e a disparidade entre critérios anteriores de aprovação.

Pedro Lynce definiu três objectivos com a proposta de lei que levou à Assembleia da República: apoiar projectos de qualidade pedagógica ou científica, inde-

O Ministro apontou três palavras que definem o próximo regime jurídico do ensino superior: *qualidade, avaliação e benchmarking.*

pendentemente da sua origem; desenvolver o ensino superior com base na qualidade, sendo que esta pressupõe avaliação; e promover a aceitação internacional dos diplomados portugueses. O Ministro apontou três palavras que definem o próximo regime jurídico do ensino superior: *qualidade, avaliação e benchmarking.*

Garantiu que o objectivo principal não será fechar escolas e extinguir cursos, pois acredita na possibilidade de salvar essas situações com sinergias e solidariedade. Mas não quer que se repita uma avaliação internacional negativa em relação ao país, como sucedeu com o Ensino Básico, lembrando que em Janeiro de 2011 Portugal começará a receber diplomados dos Estados que subscreveram a Declaração de Bolonha.

A proposta de lei não colheu a simpatia de todos. Entre os aspectos mais contesta-

dos estiveram a avaliação, o financiamento, a caracterização dos subsistemas universitário e politécnico e a composição e competências do Conselho Nacional do Ensino Superior.

O Ministro refutou todas as críticas que lhe foram dirigidas, nomeadamente as de tentativa de governamentalização e de intervencionismo, afirmando que não podia ficar parado. Manifestou-se disponível para rever alguns pontos da proposta de lei e até mesmo da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O diploma em causa prevê a constituição de um Conselho Nacional do Ensino Superior, ao qual preside o próprio Ministro. Pedro Lynce explicou, durante a entrevista, que por detrás deste órgão se encontra o objectivo de “sentar as pessoas a uma mesa” e que a presença do Ministro significa que “está solidário” e que “não se põe à margem”. A ausência de representantes dos sindicatos é explicada por Pedro Lynce com a natureza do próprio organismo, que não terá carácter político, mas sim de planeamento.

“É a primeira vez que se fala em fusão”

A composição do Conselho Nacional do Ensino Superior mereceu a atenção de José Barata Moura durante a discussão do tema “Financiamento, criação, fusão e extinção de Escolas”, onde também participaram Valter Lemos, em representação do Conselho Coordenador dos Institutos



A separação entre politécnico e universidade também não foi pacífica



O Conselho Nacional do Ensino Superior mereceu especial atenção por parte de alguns oradores

... Superiores Politécnicos (CCISP), e o antigo secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Lourtie, como moderador. José Barata Moura, que se encontrava no seminário em representação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) entendeu que o órgão, a criar no âmbito do novo regime jurídico, “não pode ser uma almofada para responsabilidades políticas que o Ministro tem que assumir”.

A esse propósito referiu que os membros indicados por órgãos colegiais não podem comprometer esses mesmos órgãos, ou seja, “o que é discutido não tem vinculação imediata”. Também não deixou passar em branco o que considerou ser a fraca representação dos estudantes no Conselho Nacional do Ensino Superior, com apenas um elemento.

Da leitura que fez da proposta de lei, Barata Moura chamou ainda a atenção para o critério de extinção de cursos baseado apenas no número de alunos e o consequente desprezo pela dimensão social e estratégica de determinadas áreas de formação.

Abordou ainda a questão da avaliação, no sentido de que esta deve ser usada “para mudar práticas quotidianas”. Também Valter Lemos tocou neste aspecto: “o facto de haver avaliação não significa que se vá providenciar qualidade”. Reconhece que houve progressos na avaliação das instituições, mas sustenta que “a utilização que disso fazemos é reduzida”, restando-lhe dúvidas quanto à ligação entre avaliação e qualidade.

Sobre esta questão, referiu ainda que qualquer medição da qualidade educativa não pode deixar de analisar o que os alunos aprendem, aspecto que tem sido sistematicamente descurado.

Durante a sua intervenção, Valter Lemos colocou ainda a tónica na forma como universidades e politécnicos são descritos no novo regime jurídico e aler-



As declarações do Ministro Pedro Lynce em relação ao Processo de Bolonha geraram dúvidas e lembraram a necessidade de se reflectir mais sobre o assunto

tou para a possibilidade de algumas instituições universitárias absorverem institutos politécnicos. “Parece-me que por detrás da lei está a diminuição do número de instituições, incluindo as de ensino politécnico. É a primeira vez que aparece a palavra fusão em relação a instituições de ensino superior”, referiu. Neste quadro, Valter Lemos acredita que a autonomia e o financiamento dos estabelecimentos venham a ser alvo de limitações. O representante do CCISP não aceita a ideia de abuso de autonomia por parte das instituições de ensino superior, quando tudo passa pelo crivo do Ministério da Educação, crivo, esse, que é especialmente apertado para os institutos politécnicos.

“Parece-me que por detrás da lei está a diminuição do número de instituições, incluindo as de ensino politécnico. É a primeira vez que aparece a palavra fusão em relação a instituições de ensino superior”, referiu. [Valter Lemos]

“A existência de princípios reguladores é necessária”

Enquanto Barata Moura e Valter Lemos concluíam, no auditório do IPL, que as declarações do Ministro Pedro Lynce e o texto da proposta de lei apontavam para uma atitude de desconfiança face às instituições de ensino superior, Manuel Patrício, reitor da Universidade de Évora, e Luís Ramalho, presidente do Instituto Politécnico de Beja, debatiam, no auditório da ESTG, o tema “Efeitos da avaliação, criação, fusão e extinção de cursos”, mediados por Júlio Montalvão e Silva, professor do Instituto Superior Técnico.

Durante o debate foi consensual a ideia de que “a existência de princípios reguladores é necessária e indispensável”, mas

Manuel Patrício e Luís Ramalho deixaram outras pistas para reflexão.

O reitor da Universidade de Évora propôs que se reflecta sobre o conceito de avaliação enquanto forma de apurar o valor das instituições, mas em toda a sua dimensão. Manuel Patrício entende que a avaliação deve abranger todos os aspectos da vida do estabelecimento de ensino e não

se cingir aos cursos de formação inicial. Acabou por definir avaliação como “um processo pesado, incómodo, que coloca muitas questões”, mas que não deve ser encarado como “transitório”. Segundo o reitor, as instituições devem cultivar esta vertente e reconhecer-lhe objectivos pedagógicos. Quanto às sanções, não as entende como uma prioridade, mas como uma parte necessária do processo.

Luís Ramalho encara o processo de avaliação com mais desconfiança, alertando para a necessidade de não se confundirem as expressões “avaliação da qualidade” com “avaliação para a qualidade”. Enquanto esta última tem por objectivo estabelecer orientações e/ou pistas que permitam contribuir para uma melhoria da qualidade dos pares cursos/instituições, a primeira pode contribuir ou resvalar para o estabelecimento de critérios do tipo “passa” e “não passa”, permitindo à tutela o recurso a acções penalizadoras ou punitivas.

No contexto da avaliação, Manuel Patrício abordou ainda a questão da acreditação, pela necessidade de se clarificar o seu significado e de o afastar do conceito usado no âmbito das organizações profissionais. Neste domínio, sublinhou que, a existir esta etapa, ela deve surgir antes do início dos cursos e manter-se para verificação da qualidade.

Durante a sua intervenção, Manuel Patrício fez ainda referência às preocupações subjacentes à criação e extinção de cursos. A Declaração de Bolonha é uma delas, mas este orador considera que os cursos não devem submeter-se exclusivamente às necessidades imediatas do mercado, devendo atender igualmente às necessidades sociais e culturais.

E o panorama da escolarização em Portugal traçado por Manuel Patrício revela que essas necessidades nem sempre foram satisfeitas. Os dados que apresentou, referentes ao período compreendido entre as décadas de 20 e 70 do século XX, puseram em evidência o elevado índice de analfabetismo e a baixa frequência do ensino terciário.

Veiga Simão fez um apelo ao Governo, no sentido de “aprofundar a autonomia, mas também de tornar mais nítido o quadro de responsabilidades”.

“Reformular e melhorar esta lei”

Antigo ministro e autor de uma das maiores reformas do sistema de ensino português, Veiga Simão não se coibiu de tecer algumas críticas ao edifício jurídico que alberga o ensino superior e ao qual este Governo se prepara para acrescentar mais um andar: o novo regime jurídico.

Afirmou Veiga Simão não encontrar nesta lei “uma coluna vertebral de pensamento”. Em contrapartida, deu conta de aspectos que são comuns às leis que fazem o enquadramento jurídico do ensino superior: anunciam mais leis e marcam prazos. “O grave é que o não cumprimento tornou-se a normalidade”, comentou.

Esta não foi, porém, a única situação “moralmente insustentável” detectada e denunciada pelo antigo ministro. À semelhança do que tinha feito em 2000, já este

ano Veiga Simão procurou saber o número de professores doutorados dos vários cursos de Direito. O número anunciado pelas instituições de ensino superior apontava para mais de um milhar, quando o número real não atinge as três centenas. Veiga Simão afirmou que esta situação é indigna das instituições e que se alimenta do desconhecimento da opinião pública.

Ainda antes de terminar a sua intervenção, que introduziu os trabalhos da tarde e precedeu as comunicações dos deputados dos seis partidos com assento parlamentar, Veiga Simão fez um apelo ao Governo, no sentido de “aprofundar a autonomia, mas também de tornar mais nítido o quadro de responsabilidades”.

Massano Cardoso foi o primeiro deputado a intervir. O papel que lhe estava reservado não era fácil e o representante do grupo parlamentar do PSD viu-se obrigado a insistir na insustentabilidade do actual ordenamento do sistema. Apontou o “fenómeno curioso do acréscimo dos desempregados licenciados” e questionou-se “até que ponto os nossos diplomados poderão ser comparados com os de outras instituições de ensino superior europeu”. Tal como Pedro Lynce tinha afirmado anteriormente na entrevista, também Massano Cardoso garantiu que seria intenção do Governo “reformular e melhorar esta lei”, defendendo que “não há [na lei] qualquer conceito ideológico”.



“Progresso na carreira dos professores” e “descentralização” são aspectos que o regime jurídico deixou de fora, na opinião do deputado do BE

“O Senhor Ministro está atento”

Augusto Santos Silva, deputado do PS que já vestiu a pele de Ministro da Educação, quis, na sua intervenção, alertar para a necessidade de discutir na especialidade um conjunto de elementos, trazido pelo novo regime jurídico do ensino superior. Para Augusto Santos Silva é necessário respeitar a autonomia das escolas; eliminar todas as concepções e expressões que signifiquem a menorização do politécnico; diminuir radicalmente a capacidade de controlo do Ministério; introduzir maior exigência em matéria de criação de cursos; eliminar o artigo sobre financiamento, porque contém uma revogação tácita da Lei de Financiamento; repor o sistema de avaliação, considerando que o sistema proposto não garante independência nem credibilidade; e, por fim, eliminar o disposto sobre a composição do Conselho Nacional de Ensino Superior ou, pelo menos, desgobernamentalizá-lo.

Em oposição aos receios e às dúvidas de Augusto Santos Silva, Narana Coissoró mostrou-se confiante nas palavras de Pedro Lynce: “o Ministro disse ‘não sou inflexível em nada’, há neste momento um consenso de que o Senhor Ministro está atento e que vai modificar a lei”.

Em representação de um dos partidos do Governo, Narana Coissoró apresentou as suas questões nucleares. “Esta lei pretende ser a pedra angular de um novo edifício”, não podendo, no entender do deputado, ser construída sobre um di-

O diploma “é um excelente indicador de um reformismo de precipitação e sem participação”, apto a criar nas universidades e nos politécnicos “um sentimento profundo de indignação e preocupação”.

ploma com grandes fendas. Acrescentou que esta será uma lei básica e uma lei correcção, a partir da qual “serão mexidas” questões como a autonomia, o financiamento e a avaliação do ensino superior.

Mais do que “mexer”, a deputada do PCP, Luísa Mesquita acredita que esta lei vai “criar feridas profundas na autonomia das instituições”. A parlamentar designa-a por “intervenção de bisturi detalhada” e duvida que traga avanços ao nível da qualificação dos portugueses e da competitividade do país. O seu cepticismo deriva da identificação de um extenso rol de contradições, de não encontrar propósitos de “contenção financeira” e de o articulado aprofundar o binómio universidade/politécnico “numa leitura simplista e leviana daquilo que são as funções do ensino superior”.

A par destas críticas, a deputada tece uma outra que tem a ver com a promessa do Ministro de deixar cair todos os pontos polémicos da proposta de lei. Entende Luísa Mesquita que, desta forma, o documento que a Assembleia da República

votou na generalidade não será o mesmo a discutir na especialidade.

“O que temos pela frente é demasiado mau”

As críticas mais duras à proposta de lei vieram do deputado do Bloco de Esquerda (BE), João Teixeira Lopes. Começou a sua intervenção por dizer que o diploma “é um excelente indicador de um reformismo de precipitação e sem participação”, apto a criar nas universidades e nos politécnicos “um sentimento profundo de indignação e preocupação”.

Os receios do deputado estendem-se a todos os domínios do ensino superior. Assegura que “a proposta de lei fere de morte a autonomia das instituições superiores”, que “a contratualização anual não cria um quadro de estabilidade que permita um bom funcionamento das instituições”, que existe “uma visão punitiva da avaliação” e que esta tem por objectivo a elaboração de um ranking e a “estigmatização e a estratificação dos estabelecimentos”.

Perante este cenário, João Teixeira Lopes



Deputados manifestaram a sua preocupação quanto ao futuro do ensino superior



Qualidade e acreditação foram expressões discutidas lado a lado

receia que as instituições de ensino superior se transformem em “autênticas fábricas de publicidade e de marketing”, sublinhando que “o ensino não pode ser um negócio, nem o Estado deverá estimular que o seja”.

Com a intenção do Ministro de extinguir cursos com poucos alunos, João Teixeira Lopes vislumbra “uma rendição absoluta do ensino superior ao mercado de trabalho”, que considera nociva. A atenção do deputado virou-se igualmente para o que considerou ser uma “penalização do politécnico”, ao serem atribuídos a este sub-sistema os cursos de banda estreita, que, no seu entender, “são um prenúncio de morte”.

Na sua intervenção, o deputado do BE frisou ainda que a proposta de lei do Governo deixou de fora aspectos como a progressão na carreira dos professores e a descentralização, “sabendo-se que o ensino superior é motivo de desenvolvimento”.

Face a estes aspectos, João Teixeira Lopes sentiu-se tentado a afirmar: “o que temos pela frente é mau de mais para ser verdade”.

Isabel Castro, deputada pelo partido “Os Verdes”, classificou a proposta de lei do Governo como “um absurdo”, na medida em que o seu preâmbulo prevê um conjunto de aspectos que são desmentidos no articulado. Incompreensível, no entender da deputada, é também a avaliação dos conteúdos dos cursos. Refere que “muitos foram criados sem se ter em conta o conteúdo ou o território” e não imagina “que o país possa desconhecer os seus re-



A eventual fusão de escolas preocupou alguns dos intervenientes

ursos geológicos ou hídricos”, numa clara alusão a Engenharia de Minas ou Engenharia Naval, dois dos cursos com um número muito reduzido de alunos.

Isabel Castro argumentou que “muitos dos problemas do nosso país residem no facto de a legislação não ser regulamentada e de não se criarem condições para ser operacionalizada”.

Convidado a comentar as intervenções dos deputados, Adriano Moreira aproveitou a ocasião para realçar alguns aspectos que tinham estado em debate, nomeadamente a subordinação do ensino superior à lógica do mercado. Adriano Moreira defendeu que “o Estado pode programar a rede pública, mas tem que esperar pela espontaneidade do direito de ensinar” e que “não se pode voltar a cair no erro de o exercício do direito de ensinar se desenvolver graças à inércia do Estado”.

Para Adriano Moreira é inaceitável que a oferta volte a condicionar e seja superior à procura: “há 18 anos que devíamos ter sabido isto”. Acrescentou que a nossa

capacidade de racionalizar é inferior à evolução das estruturas sociais inter-estaduais, o que, no seu entender, “nos aconselha a ter menos leis”. “O excesso de legislação não dá tempo para enterrar os mortos” e “torna-nos completamente incapazes para termos previsões sérias sobre o futuro”, concluiu.

Adriano Moreira terminou a sua intervenção revelando que não comunga do pessimismo geral em relação ao sistema de ensino português, até porque, lembra, “sei o que era o país antes da intervenção Veiga Simão”. Definiu este sistema como “um agressor da interioridade”, reconhecendo que houve um “desequilíbrio na relação rede pública/rede privada que se dirigiu para onde o país entorna e que é para o litoral”. Antes de terminar, chamou ainda a atenção para o conceito de autonomia do ensino superior, lembrando que este se refere a realidades diferentes consoante se fale de universidades, politécnicos ou instituições privadas.

CCISP quer avaliação pela OCDE

O Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) solicitou ao Ministro da Ciência e do Ensino Superior a promoção de um exame temático relativo ao Ensino Politécnico em Portugal.

Entende o CCISP que, decorridos 20 anos desde o início do funcionamento deste subsistema, se justifica a realização de um estudo. Em carta enviada a Pedro Lynce, o Conselho refere claramente que deverá

ser o Comité de Educação da OCDE “Exame das Políticas de Educação” a desenvolver o estudo, “uma entidade externa ao país e de reputação reconhecida e internacionalmente aceite”.

Entende o Conselho que as análises e conclusões do referido estudo, dada a relevância da entidade que se propõe, devem constituir um instrumento fundamental para a reflexão sobre as acções e as iniciativas a tomar, quer por parte dos Institutos, quer por parte do Governo.

Presidente do IPL tomou posse

Luciano de Almeida tomou posse como Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, no dia 17 de Setembro, dando, assim, início ao segundo mandato à frente da Instituição. A cerimónia decorreu no auditório do Edifício Sede e foi presidida pela Professora Decana do IPL, Cidália Macedo.

Luciano de Almeida aproveitou a ocasião para dar a conhecer o que foi a vida do IPL nos últimos três anos e meio e sensibilizar os presentes para os

“tempos menos bons” que se avizinham.

No seu discurso, deu particular destaque à Escola Superior de Tecnologia do Mar, em Peniche, e à postura que a tutela se prepara para adoptar com o novo Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior.

Durante a cerimónia, Luciano de Almeida assinou o despacho de nomeação do Vice-Presidente do IPL e João Paulo Marques tomou posse.



Discurso

Senhora Professora Decana
 Senhor Governador Civil de Leiria
 Senhora Presidente da Câmara de Leiria
 Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos
 Senhores Vice-Reitores
 Senhores Presidentes de Câmara
 Senhores Professores
 Senhores Funcionários
 Caros Alunos
 Senhores Convidados

Dedicámos, todos os que integram a comunidade académica do IPL, docentes, funcionários não docentes e alunos, os últimos três anos e meio à tarefa da sua consolidação. Para tanto, fizemos o diagnóstico rigoroso do Instituto e das Escolas nele integradas, identificámos as medidas a tomar e procurámos, naquilo que de nós dependia, concretizá-las.

Fizemo-lo com o rigor que é exigido a uma instituição de ensino superior. Discutimos e aprovámos o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Leiria 2001/2006, sustentado por estudos externos elaborados por entidades idóneas, discutido com individualidades das actividades económicas, sociais, culturais e artísticas da nossa região, passando a nele sustentar as opções estratégicas que vimos implementando.

Ali fizemos o diagnóstico das nossas necessidades nos mais diversos domínios. Ali estabelecemos as medidas adequadas e calendarizámos a sua implementação.

Apostámos na qualificação dos recursos humanos, estabelecendo programas próprios de apoio à formação avançada dos nossos docentes, desenvolvemos acções de formação para o pessoal não docente e apoiámos a sua participação em acções de formação contínua.



Identificámos as necessidades de infra-estruturas, dos serviços centrais e das Escolas e procurámos encontrar-lhes resposta.

Neste âmbito, nos últimos três anos:

- a) A nível central: foi construída a sede do IPL e dos SAS, inaugurada a 13 de Março do corrente ano, pon-do, assim, termo a uma situação de carência que já ultrapassara os limites do razoável e instaladas a incubadora de empresas e a UNIVA IPL;
- b) A nível das Escolas: na ESE procedeu-se à construção da nova cantina e encontra-se em construção um novo bloco pedagógico, que estará concluído antes do final do ano; na ESTG procedeu-se à construção do Edifício

de Engenharia Automóvel, do edifício anexo para salas de aula, encontrando-se em construção a biblioteca e um novo edifício pedagógico; na ESTGAD construiu-se, com o apoio do Município das Caldas da Rainha, que suportou metade do seu custo, um novo edifício pedagógico que deverá estar concluído durante o próximo mês;

- c) No âmbito dos Serviços de Acção Social, construiu-se o edifício da residência e da Pousadinha José Saramago, encontrando-se em construção o campo desportivo aqui junto à sede e já decorrem as obras do infan-tário.

Submetemos, ainda, à aprovação da tutela os programas preliminares da cantina e do edifício pedagógico da ESTM, encontrando-se concluídos os respectivos projectos e estando até há pouco prevista a abertura dos concursos públicos das respectivas empreitadas, durante o corrente mês de Setembro.

Procurámos, pois, criar as condições necessárias, humanas e físicas, para afirmarmos o IPL como uma instituição de ensino superior de âmbito nacional com forte implantação e influência regional.

É, porém, uma área em que se alguma coisa já se fez, muita coisa se encontra

...

Procurámos, pois, criar as condições necessárias, humanas e físicas, para afirmarmos o IPL como uma instituição de ensino superior de âmbito nacional com forte implantação e influência regional.

Discurso

...
ainda por fazer. E, há que dizê-lo, avizinham-se tempos menos bons!

E os primeiros sinais foram-nos dados com a decisão do Ministério da Ciência e do Ensino Superior de excluir do PIDDAC 2003 as verbas previstas no PIDDAC 2002 para construção da cantina e do edifício pedagógico da ESTM, com o fundamento de que pretende reequacionar a continuidade da Escola. A ESTM foi criada em 1991, era então Secretário de Estado do Ensino Superior o actual Ministro da Ciência e do Ensino Superior (altura em que já era previsível com segurança o quadro da evolução do número de alunos até 2009 – já todos eles eram nascidos!). Apenas veio a entrar em funcionamento em 1999, sustentada num estudo de viabilidade elaborado pelo CEDRU e coordenado

pelo Prof. Jorge Gaspar da Universidade de Lisboa.

Em Maio de 2002, e procurando responder aos novos desafios, novo estudo, desta vez elaborado pelo CEIDET da Universidade de Aveiro e coordenado pelos Professores Jorge Arroiteia, Rosa Pires e Anselmo de Castro, veio reflectir sobre o projecto educativo da Escola e perspectivar o seu futuro. A ESTM é uma Escola inserida na Região Oeste,

com um projecto socialmente relevante, é um factor determinante para o desenvolvimento daquela região, mas tornou-se um alvo fácil porque ainda não tem instalações. Não está em causa enquanto projecto educativo. Foi posta em causa porque a sua eventual extinção permitirá desinvestir os dois milhões de contos previstos no Mapa XI do PIDDAC 2002. Permitirá fazê-lo sem deixar rasto, porque não há ainda edi-

fícios, há apenas pessoas, alunos e funcionários docentes e não docentes.

O IPL está consciente da importância que a Escola tem para o desenvolvimento da região, não só ao nível da formação graduada e pós-graduada, não só ao nível da investigação, mas também enquanto pólo dinamizador da formação pós-secundária não superior de nível IV. O IPL está consciente do papel que a ESTM desempenha e pode desempenhar na formação dos recursos humanos da região e da importância que esta qualificação representa como factor determinante de captação e fixação de investimento.

Mas o IPL, sabendo que a dúvida que paira sobre a ESTM radica na lógica do economicismo imediato, sabe que o

é o tempo de ainda inscrever em PIDDAC, pelo menos a cantina, permitindo que esta possa entrar em funcionamento no próximo ano lectivo. O tempo útil é o tempo de ainda inscrever em PIDDAC o edifício pedagógico por forma a que este possa estar disponível até Outubro de 2004.

Assinalamos, também, a surpreendente decisão do MCES de excluir do PIDDAC 2003 a construção da segunda residência das Caldas da Rainha e da cantina B da ESTG que se encontram inscritas em PIDDAC 2002, exclusão que não foi acompanhada de qualquer explicação. Esta forma de decidir não pode deixar de ser denunciada.

Esta forma de decidir, prática no relacionamento com a generalidade das

instituições, carece de legitimidade em relação ao IPL. Sem que tenha havido qualquer orientação por parte do poder político nesse sentido, procedemos nestes últimos três anos a um vasto conjunto de reformas no seio do IPL e das suas Escolas. Fizemo-lo por iniciativa própria, implementando medidas que estudos científicos elaborados a nosso pedido por entidades externas e idóneas consideravam indispensáveis.

Por iniciativa própria extinguimos os dois Pólos que tínhamos e extinguimos sete cursos de graduação, quatro dos quais na área da formação de professores.

Também por iniciativa própria, reponderámos a política de expansão da rede de Escolas que inicialmente havíamos traçado, entendendo dever ser repensados os projectos das Escolas Superiores previstas para Pombal e

A ESTM é uma Escola inserida na Região Oeste, com um projecto socialmente relevante, é um factor determinante para o desenvolvimento daquela região, mas tornou-se um alvo fácil porque ainda não tem instalações.

futuro da ESTM, embora passe também por nós, passa, essencialmente, pelo empenho que a sociedade civil da região puser na sua defesa.

É um empenho que solicitamos sem reservas, com a convicção de quem sabe não poder estar sozinho nesta frente.

O IPL reafirma que o Senhor Ministro tem todo o direito de pensar, que o faça, porém, em tempo útil. O tempo útil

Discurso

Alcobaça. Recusámos, com base num estudo externo elaborado pelo IERU da Universidade de Coimbra, a criação de uma Escola Superior de Comércio nas Caldas da Rainha, que o Governo se propunha criar e que só viria duplicar recursos e formações e aceitámos que as formações previstas para a prometida ESARTE fossem criadas na ESTGAD.

É matéria em que penso poder afirmar que o IPL e as Escolas nele integradas não têm lições a receber.

Temos feito um trabalho sério que pretendemos continuar e que continuaremos com maiores ou menores dificuldades.

Naquilo que de nós depende demos cumprimento, no essencial, ao Plano de Desenvolvimento que aprovámos.

E fizemo-lo no meio de fortes constrangimentos: continuamos a aguardar a revisão, há cinco anos prometida, dos quadros de pessoal docente e a aprovação dos quadros de pessoal não docente. Continuamos a aguardar resposta ao projecto de formação de pessoal docente que em 1999 apresentámos à Direcção Geral do Ensino Superior e com o qual pretendíamos dar resposta à necessidade de qualificação do pessoal docente. Também nesta matéria, sobra em palavras o que falta de legitimidade à tutela para te-

Temos feito um trabalho sério que pretendemos continuar e que continuaremos com maiores ou menores dificuldades.

cer quaisquer críticas.

Um dos principais problemas com que as instituições de ensino superior – todas elas – se debatem, pelo menos desde há uma década e meia, é a ausência de uma política nacional para o ensino, para todos os níveis de ensino, e também para o ensino superior. Uma política que possa sobreviver a um governo e aos ministros que ocupam a pasta nesse mesmo governo. Mas se precisamos de uma política nacional, infelizmente, nos últimos tempos, nem uma política de governo temos tido. Cada vez que muda um ministro, e em três anos e meio de mandato eu já conheci quatro, muda a política, mudam as orientações.

Não é possível trabalhar seriamente enquanto persistir este quadro.

Permitam-me, agora, que embora sucintamente aborde alguns temas fundamentais neste momento, que embora sendo de âmbito nacional não

podem deixar e não deixam de ter reflexos negativos na vida do Instituto e das suas Escolas.

Abordarei por isso, em duas palavras, questões relacionadas com o financiamento, a Proposta de Lei do Regime Jurídico do Desenvolvimento e

Qualidade do Ensino Superior e a nota mínima nas provas de ingresso.

Quanto ao financiamento, devo acrescentar, como

já publicamente o afirmei, que não entendendo que as instituições de ensino superior devam ficar à margem do esforço nacional de contenção das despesas públicas, seria um erro que elas próprias pagariam caro.

Entendo, porém, que há que tratar do assunto com seriedade, há que fazer uma avaliação rigorosa de cada instituição, cortar onde houver que cortar e reforçar onde houver que reforçar. Não se pode cortar a todos por igual, há que cortar nos que recebem mais do que devem e reforçar o orçamento dos que recebem menos do que devem.

O IPL continua a ser a instituição de ensino superior em regime de autonomia estatutária com o menor financiamento por aluno, é uma situação que persiste, é uma situação que tem de ser alterada.

Esta situação, a persistir, virá pôr em causa o normal funcionamento das Escolas com menor número de alunos e a inviabilizar algumas reformas que é necessário implementar.

Não acompanho nesta matéria, porém, o muro de lamentações a que temos assistido. Entendo que há que reformar a despesa. Se essa reforma passar por reduções que passe, mas faça-se eliminando as situações de desperdício e não pondo em causa o normal funcionamento das instituições.

No que se refere à Proposta de Lei do Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior en-

O IPL continua a ser a instituição de ensino superior em regime de autonomia estatutária com o menor financiamento por aluno, é uma situação que persiste, é uma situação que tem de ser alterada.

Discurso

...

tendo não dever deixar de referir o seguinte:

O MCES apresentou em Conselho de Ministros, fez aprovar e enviou para a Assembleia da República, que a aprovou na generalidade, a Proposta de

se pode concordar com a filosofia da exposição de motivos, ela não encontra tradução no texto da Proposta de Lei.

Assim, são enunciados como objectivos da Proposta de Lei: (a) reforço de autonomia e responsabilização das ins-

do em função de uma fórmula contratualizada com as instituições, para passar a ser objecto de negociação ano a ano (artigo 10.º - financiamento); o MCES passa a poder criar unidades orgânicas nas instituições, a poder determinar a sua fusão ou extinção, a poder reconverter os estabelecimentos de ensino superior, nomeadamente a sua integração ou fusão, o seu encerramento, a redução de vagas, a suspensão de cursos e o encerramento de cursos conferentes de grau, passa a poder deixar de financiar cursos e estabelecimentos que não tenham um número mínimo de alunos, a fixar por ele próprio (artigos 18.º, 19.º, 21.º, 22.º e 23.º).

Passa, ainda, a poder estabelecer directrizes quanto à denominação e duração dos cursos e as áreas científicas obrigatórias e facultativas dos respectivos planos de estudo (artigo 39.º).

Passa a poder fazê-lo por decreto-lei ou portaria sem a obrigação legal de ouvir as instituições visadas.

É difícil perceber como é que neste quadro se pode afirmar que um dos objectivos da Lei é o reforço da autonomia das instituições de ensino superior e da sua responsabilização e dos seus titulares.

Quanto à melhoria da qualidade, não encontro na Proposta de Lei quaisquer medidas de promoção da qualidade. Não se diz como se afere a qualidade.

Nem o Governo, nem a Assembleia da República, ouviram previamente as instituições de ensino superior e os seus órgãos representativos, os sindicatos e as associações de estudantes. Foi a primeira vez, que eu saiba, que tal sucedeu!

Lei do Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior.

Nem o Governo, nem a Assembleia da República, ouviram previamente as instituições de ensino superior e os seus órgãos representativos, os sindicatos e as associações de estudantes. Foi a primeira vez, que eu saiba, que tal sucedeu!

Começou-se mal, mas o importante, agora, é que se acabe menos - mal. Para isso, há que pensar agora o que não se pensou antes, há que consensualizar agora o que não se consensualizou antes, há que introduzir as necessárias alterações, criando condições para a sua aplicabilidade e para que possa produzir os efeitos de racionalização do sistema que diz pretender introduzir.

Tenho dito que, lida a exposição de motivos e o texto da Proposta de Lei, se fica com a sensação de que não foram feitos um para o outro, razão acrescida para que se acredite que é possível conformar o texto da futura Lei com a exposição de motivos que acompanhava a Proposta. Porque se, no essencial,

tuições e dos seus titulares; (b) melhoria da qualidade do ensino; (c) garantia de igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar a todos os estudantes, e (d) igualdade de tratamento das instituições face ao seu valor pedagógico-científico.

Objectivos com que todos nós concordamos. Só que a proposta não contém normativos susceptíveis de concretizar aqueles objectivos!

Refiro-me, agora e apenas, às duas primeiras questões.

Quanto à autonomia e responsabilização das instituições e dos seus titulares: o artigo 5.º (autonomia dos estabelecimentos de ensino superior) consa-

gra a autonomia estatutária, pedagógica, científica e cultural, administrativa e financeira. Omite, logo retira, a autonomia patrimonial; o financiamento deixa de ser atribuí-

Quanto à melhoria da qualidade, não encontro na Proposta de Lei quaisquer medidas de promoção da qualidade. Não se diz como se afere a qualidade. Tratando de igual o que é desigual?

Discurso

Tratando de igual o que é desigual? Questiono, a lei pretende melhorar a qualidade ou extinguir? E a pretender promover a qualidade onde estão previstos os contratos-programa para atingir os padrões de qualidade exigíveis, quando não existam? Em lado algum. Na redacção actual da Proposta de Lei, a previsão legal vai no sentido de extinguir e não de criar condições para que as instituições alcancem os padrões de qualidade desejáveis.

Importa aqui salientar que o ensino politécnico tem sido discriminado negativamente durante anos, quer ao nível do financiamento, quer ao nível do apoio à formação de pessoal docente, acrescentando que, a menos que os responsáveis por tal discriminação queiram, ainda, punir as vítimas de tal política discriminatória, não é possível falar em melhoria da qualidade sem que se criem medidas de discriminação positiva, que permitam superar as consequências da discriminação a que o ensino politécnico vem sendo sujeito.

Um comentário final relativamente ao artigo 5.º da Proposta de Lei. Nele se diz, e bem, que os estabelecimentos públicos de ensino superior gozam de autonomia cultural. Quando, no artigo 6.º, se exclui a criação, transmissão e difusão da cultura do conceito de estabelecimento politécnico e na exposição de motivos se diz que “o processo de qualificação do ensino superior passa obrigatoriamente pela realização plena da combinação ensino / investigação / criação cultural, potenciando sinergias entre as três valências”. É um exemplo bem demonstrativo da contradição evidente entre a exposição de

motivos e o texto da Proposta de Lei. As críticas que acabo de fazer não podem servir de pretexto para adiar a adopção de medidas que permitam a racionalização do sistema. Só que penso que, se é verdade que tais medidas são necessárias, a Proposta de Lei não tem a virtualidade de as introduzir, porque não é possível reformar sem o concurso das instituições. Estou, porém, honestamente conven-

Importa aqui salientar que o ensino politécnico tem sido discriminado negativamente durante anos, quer ao nível do financiamento, quer ao nível do apoio à formação de pessoal docente.

cido que será possível na discussão na especialidade introduzir as alterações necessárias para que esta não seja mais uma oportunidade perdida. Acredito que seja sincera a abertura manifestada pelo MCES para a introdução das necessárias alterações ao texto da Proposta de Lei. E espero, sinceramente, que venham a ser introduzidas.

Quanto à nota mínima de 95 nas provas de ingresso, como condição de acesso ao ensino superior.

Uma primeira questão, para o ingresso no ensino superior é necessário o candidato ter uma nota mínima de candidatura.

A nota de candidatura deve, a meu ver, ser obrigatoriamente positiva, ou seja entendo que só deve ingressar no ensino superior quem tenha pelo menos 95 de nota de candidatura.

Outra coisa é saber se deve exigir-se, tam-

bém, nota mínima positiva nos exames das provas de ingresso.

Entendo que antes de se exigir esse requisito devem ser ponderadas quatro questões, tendo em conta que todos os candidatos têm de ter concluído o ensino secundário com aproveitamento: (a) por que razão as notas nos exames nacionais das disciplinas de ingresso são inferiores às notas obtidas pelos alunos nas mesmas disciplinas no ensino

secundário, uma vez que a avaliação incide sobre as mesmas matérias; (b) haverá alguma relação entre a taxa de sucesso no ensino superior e as notas mínimas de ingresso; (c) sendo certo que o problema das notas de ingresso é particularmente grave nas disciplinas de Física e Matemática e que os alunos que serão ex-

cluídos do ensino superior se for exigida nota positiva nos exames da disciplina de ingresso serão essencialmente (cerca de 95 %) alunos candidatos aos cursos de engenharia Mecânica, Electrónica e Informática, pode a economia portuguesa dar-se ao luxo de os excluir, e, (d) será que a qualidade no ensino superior se mede pela qualidade dos alunos quando entram ou pela dos alunos quando saem? Penso que antes de se tomar qualquer decisão deve ser dada resposta às questões que atrás se referem. Fazê-lo de outro modo será passar um atestado de incompetência absoluta ao ensino secundário que temos – todos os alunos, repito, concluíram o ensino secundário com aproveitamento – e comprometer o desenvolvimento económico do país em nome sabe-se lá de quê.

É que, por incrível que pareça, havendo embora quem pense que há licen-

Discurso

...

ciados a mais em Portugal, nós ainda temos menos de metade dos licenciados em relação à média da União Europeia.

Gostava de conhecer os estudos sérios, ou menos sérios, em que o MCES

1998/1999, conclui-se que os alunos com nota nas provas de ingresso de 16 valores ou superior são em regra bons alunos. Em relação aos demais não é possível tirar qualquer conclusão.

Estude-se, pois, a questão com seriedade, primeiro, e decide-se depois!

É este quadro que temos que nos preparar internamente para enfrentar, construindo o futuro.

Devemos continuar o esforço colectivo de arrumação da casa, devemos aprofundar a discussão em torno do nosso projecto educativo, de-

Centros de Formação Profissional), altamente qualificados (nível IV – titulares de cursos pós-secundários não superiores, formados nas mesmas instituições que os anteriores, mas com o concurso de instituições de ensino superior), quadros superiores (nível V – bacharéis e licenciados, formados nas instituições de ensino superior) e quadros superiores com formação avançada (licenciados com cursos de especialização, mestrado e doutoramento).

Desde logo uma nota, Portugal é o país da União Europeia que tem menos jovens no ensino secundário tecnológico e profissional. Cerca de 80 % dos nossos jovens que frequentam o ensino secundário frequentam os cursos gerais, que ao fim de doze anos de formação não conferem qualquer qualificação profissional. Na Alemanha, para dar um exemplo, apenas cerca de 20 % dos jovens que frequentam o ensino secundário estão matriculados nos cursos gerais, estando 80 % nos cursos tecnológicos e profissionais.

Portugal tem que inverter essa tendência, responsável pelo elevado número de jovens com o 12.º ano que, não prosseguindo estudos superiores (cerca de 60 %), não têm qualquer qualificação profissional.

É indispensável criar uma verdadeira rede nacional de formação secundária

Dá-me, porém, para pensar, por que razão 68,5 % dos alunos que reclamaram dos resultados nas provas de Matemática viram as reclamações atendidas e as notas melhoradas.

fundamenta a intenção de vedar o acesso ao ensino superior aos alunos que tenham nota inferior a 95 nas provas de ingresso.

Dá-me, porém, para pensar, por que razão 68,5 % dos alunos que reclamaram dos resultados nas provas de Matemática viram as reclamações atendidas e as notas melhoradas, qual a fiabilidade destes exames e dos seus resultados, se isto acontece numa disciplina do domínio das ciências exactas? Qual a objectividade daqueles resultados e qual a leitura que se pode fazer deles?

E por que não se procura uma resposta à pergunta “haverá alguma relação entre o resultado da prova de ingresso e o sucesso escolar do aluno no ensino superior”?

O único estudo que conheço é do Gabinete de Estudos e Planeamento do Instituto Superior Técnico e está disponível na sua página na Internet. Nesse estudo, que faz a análise da relação entre as notas de ingresso e as notas das disciplinas de Matemática em

vestigação, devemos criar condições para intervir de forma activa na qualificação dos recursos humanos da região e do país.

Desejo, por último, referir-me a esta questão.

Há alguma tendência para abordar a problemática da qualificação dos recursos humanos numa visão parcelar. Há toda a vantagem em fazê-lo de forma integrada até para que se tenha de-la uma visão de conjunto.

Vou, por isso, referir-me à formação de técnicos qualificados (nível III – titulares de cursos secundários tecnológicos ou profissionais, formados nas Escolas Secundárias, com vertente Tecnológica, Escolas Profissionais e

É indispensável criar uma verdadeira rede nacional de formação secundária e pós-secundária não superior, tecnológica e profissional.

Discurso

Entendo, por isso, que é estratégico para o desenvolvimento da região a consolidação das instituições de ensino superior nela existentes e o alargamento efectivo da sua actividade ao ensino pós-graduado.

ria e pós-secundária não superior, tecnológica e profissional, capaz de habilitar os nossos jovens para o exercício de uma profissão e de solucionar as graves carências que o país tem de técnicos qualificados e altamente qualificados (nível III e IV).

Ao nível da região de Leiria penso que é fundamental que se faça um rigoroso levantamento dessas necessidades e que se implemente depois, (assente nas Escolas Secundárias com vertente Tecnológica, nas Escolas Profissionais e nos Centros de Formação Profissional) uma verdadeira rede de formação, dinâmica, capaz de responder às expectativas dos jovens e às necessidades do tecido económico e social.

Há, igualmente, que incrementar o ensino superior, quer na graduação (cursos de bacharelato e licenciatura), quer na pós-graduação (conferente e não conferente de grau) criando condições para o desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada.

Se tivermos em conta que cerca de 85 % dos jovens que frequentam o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) manifestam intenção de se fixar na região após a conclusão dos seus cursos, poderemos ter uma ideia de quão importante para o desenvolvimento da região são os estabelecimentos de ensino superior nela instalados, tanto

maior quanto cultivem uma estreita ligação com o tecido económico, social e cultural da região. Entendo, por isso, que é estratégico para o desenvolvimento da região a consoli-

dação das instituições de ensino superior nela existentes e o alargamento efectivo da sua actividade ao ensino pós-graduado, à formação ao longo da vida e à investigação.

Entendo, ainda, que a problemática da qualificação dos recursos humanos, vista na perspectiva integrada que referi, deve ser uma prioridade para a região, porque, estou convencido, é condição para o seu desenvolvimento. E porque o entendo, entendo também que o IPL deve exigir que sejam fixados legalmente os requisitos a que uma instituição deve obedecer para que possa conferir todos os graus académicos. O IPL deve exigir que essa competência deixe de ser apenas reconhecida em função da designação – instituto ou universidade – e se tal quadro persistir, deve assumir claramente no seu II Congresso, a realizar no próximo ano, o objectivo de adquirir o estatuto de Universidade. Deve fazê-lo, não para deixar de fazer o que já faz e bem, mas para continuar a fa-

maior quanto cultivem uma estreita ligação com o tecido económico, social e cultural da região. Entendo, por isso, que é estratégico para o desenvolvimento da região a consoli-

dação das instituições de ensino superior nela existentes e o alargamento efectivo da sua actividade ao ensino pós-graduado, à formação ao longo da vida e à investigação.

maior quanto cultivem uma estreita ligação com o tecido económico, social e cultural da região. Entendo, por isso, que é estratégico para o desenvolvimento da região a consoli-

dação das instituições de ensino superior nela existentes e o alargamento efectivo da sua actividade ao ensino pós-graduado, à formação ao longo da vida e à investigação.

Entendo, ainda, que a problemática da qualificação dos recursos humanos, vista na perspectiva integrada que referi, deve ser uma prioridade para a região, porque, estou convencido, é condição para o seu desenvolvimento. E porque o entendo, entendo também que o IPL deve exigir que sejam fixados legalmente os requisitos a que uma instituição deve obedecer para que possa conferir todos os graus académicos. O IPL deve exigir que essa competência deixe de ser apenas reconhecida em função da designação – instituto ou universidade – e se tal quadro persistir, deve assumir claramente no seu II Congresso, a realizar no próximo ano, o objectivo de adquirir o estatuto de Universidade. Deve fazê-lo, não para deixar de fazer o que já faz e bem, mas para continuar a fa-

zer o que já faz e melhor e para poder passar a fazer o que tem competência para fazer e só não faz em razão da sua denominação.

Para terminar, desejo agradecer às autarquias da região o apoio que nos tem sido dado e sem o qual não era possível o Instituto que hoje temos. Desejo agradecer às associações empresariais, aos empresários, agentes sociais, culturais e artísticos da região o contributo que têm dado para a definição dos nossos objectivos estratégicos. Desejo agradecer aos órgãos de gestão das Escolas que tudo têm feito no sentido da formação da vontade colectiva do Instituto, agradeço aos funcionários docentes e não docentes, aos alunos e às suas associações de estudantes o trabalho, a dedicação e o carinho com que construímos esta comunidade de 9.000 alunos (ultrapassaremos os dez no ano lectivo que se inicia) de cerca de 600 professores e 200 funcionários não docentes.

A todos o meu obrigado.

A todos peço igual empenho para o mandato que hoje inicio e a todos peço o apoio para a consolidação do IPL, das suas Escolas e de entre estas, em particular, da ESTM.

Muito obrigado!

Entendo também que o IPL deve exigir que sejam fixados legalmente os requisitos a que uma instituição deve obedecer para que possa conferir todos os graus académicos.

Formação de professores, emprego, liberdade de aprender e de ensinar

Escolas devem manter tradição

O futuro das escolas superiores de educação passa pela capacidade de investir em áreas de formação alternativas, orientadas para as necessidades económicas e sociais da região onde se inserem. O prognóstico é avançado num trabalho de investigação encomendado pelo Instituto Politécnico de Leiria (IPL) à Universidade de Aveiro e que focou o projecto de formação da Escola Superior de Educação de Leiria. Apesar de ter sido elaborado entre 2000 e 2001, o estudo só agora foi apresentado publicamente. A ocasião escolhida foi o seminário promovido pelo IPL, a 27 de Setembro, sobre “Formação de Professores, Emprego, Liberdade de Aprender e de Ensinar” e, na sessão de abertura, o presidente do Instituto, Luciano de Almeida, explicou porquê: “entendemos que não é possível a nenhuma escola resolver isoladamente um problema que é nacional” e “quisesmos provar que se não existem estudos é porque não os querem fazer”. Acrescentou Luciano de Almeida que “este tipo de questões pode ser estudado e deve ser estudado” e que “as decisões que forem tomadas devem ser fundamentadas em estudos rigorosos e não em palpites ou ideias que se vão formando”.

Com a apresentação do estudo estavam lançadas as bases para uma discussão sobre as formas possíveis de minimizar o problema da colocação dos diplomados e as áreas de formação a privilegiar.

Fernando Regateiro, do Conselho Nacional de Educação, Anselmo Castro e Jorge



Durante o debate foi consensual que é necessário desmistificar a ideia do excesso de licenciados

Adelino Costa, estes dois últimos coordenadores do estudo sobre o projecto de formação da ESE de Leiria, foram os oradores da manhã. À tarde, a mesa redonda fez-se com as intervenções de Cristina Granada, professora do Ensino Secundário e deputada, Conceição Alves Pinto, da Federação Nacional dos Sindicatos de Educação, Paulo Sucena, da Federação Nacional dos Professores, Ramiro Marques, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, e Valter Lemos, presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco. A professora da ESE de Leiria, Alda Mourão, o professor da ESE de Castelo Branco, José Dias Pires, e o presidente do Conselho Directivo da ESE de Leiria, José Manuel Silva, assumiram a função de moderadores.

Faltam pessoas altamente qualificadas

Apesar de todas as oportunidades que se colocam às Escolas Superiores de Educação, no sentido de alargarem o seu espectro de formação, o estudo elaborado pela Universidade de Aveiro sustenta que estas devem manter-se como instituições vocacionadas para a formação de professores e de educadores. Durante o seminário essa foi também a opinião dominante.

Ao mesmo tempo, ficou clara a necessidade de desmistificar a questão do excesso de diplomados em Portugal. Anselmo Castro referiu que “as necessidades do país em pessoas altamente qualificadas” são imensas e demonstrou que a ideia do excesso de licenciados é tão errada quanto perigosa, apontando como exemplo o que já se passa noutros países europeus onde faltam professores em determinadas áreas. Referem os autores do estudo que “é preciso formar diplomados em novas valências, que se revelem necessárias” e investir na investigação científica, na formação contínua, na formação especializada e na ligação às escolas/entidades da região. Na ESE de Leiria, escola que serviu de base ao estudo, são apontadas quatro po-



tenciais áreas de formação: “Educação Especial”, “Políticas Sociais”, “Turismo, Património e Cultura” e “Ciências da Informação”. Antes, porém, os investigadores sugerem que a Escola aprofunde as suas actividades na área da formação de professores e de educadores de infância, uma vez que esta constitui “a base de funcionamento da própria Escola e a função que esteve na origem da sua criação”.

Durante o seminário, Ramiro Marques acentuou este ponto e defendeu que as instituições devem apostar nas áreas tradicionais de formação de professores e educadores de infância, domínios em que, referiu, são “melhores do que qualquer universidade do país”.

Ramiro Marques acredita que o problema do excesso de professores vai resolver-se por si, à semelhança do que sucedeu noutros países europeus. A chave da questão acaba por ser o conjunto de aposentações que se prevê virem a ocorrer dentro de alguns anos.

Ser professor não é simples

Desvirtuar as escolas superiores de educação ou alterar-lhes o nome foram hipóteses igualmente repudiadas pelo presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Valter Lemos opôs-se a “uma estratégia de descaracterização da formação de professores”, alegando que “se as escolas se transformarem noutra coisa qualquer devem assumir essa transformação e não ficarem naquela zona cinzenta de aproveitarem tudo o que vem à rede”.

Valter Lemos chamou ainda a atenção para o papel que as escolas superiores de educação desempenham na formação da identidade docente, domínio em que considera terem sido feitos progressos significativos nas últimas décadas.

Também Cristina Granada não encontra na extinção dos cursos uma solução para pôr cobro ao excesso de diplomados. Atribui uma importância enorme a estas instituições de ensino – sobretudo no interior do país – reconhecendo o seu valioso papel para a fixação de população e para o desenvolvimento das regiões.

Por outro lado, não vê que se possa impedir qualquer cidadão de optar por uma de-

terminada formação se é essa a sua íntima convicção e se é para essa área que se sente particularmente vocacionado.

Conceição Alves Pinto considera que o problema do desemprego entre os docentes radica na falta de respostas educativas. Na sua intervenção, apresentou cinco grandes linhas em que os vários agentes educativos devem trabalhar seriamente, porque permitem “refundar as representações que os professores têm da sua própria função”. São elas: o reforço do apoio educativo às crianças até ao termo da escolaridade obrigatória, o desenvolvimento do ensino profissional, o alargamento da escolaridade obrigatória até 12 anos, a formação de professores para o ensino recorrente e a reconversão de licenciados em áreas saturadas.

Por diversas vezes evocada, a formação contínua está, para Paulo Sucena, muito longe de ser o bálsamo de que os professores tanto precisam. Descreve-a como “uma corrida de obstáculos aos créditos” e, mesmo a formação inicial deve, no seu entender, preparar os futuros professores para o exercício de uma profissão que não é simples, que é extremamente exigente e que está sujeita às mais variadas pressões por parte da sociedade.

Escolas devem antecipar procura

Tal como Ramiro Marques, Paulo Sucena acredita que a médio prazo poderão faltar professores nalgumas áreas, como já acontece noutros países. Mas não esconde quanto o atemorizam os números do desemprego que atingem a classe: “em Julho

de 2002, o desemprego na docência aumentou 10,2 por cento, na primeira quinzena deste mês, o número de professores que acorreu aos centros de emprego aumentou 57 por cento e, em menos de 15 dias, inscreveram-se nos centros de emprego mais de 11 mil docentes do ensino secundário, superior e profissional”.

Referiu Paulo Sucena que a FENPROF tem desencadeado acções que visam o reforço da imagem social do professor, ciente de que ele é actor de mudança e um dos agentes que pode melhorar a qualidade do ensino em Portugal.

Já de manhã, a intervenção de Fernando Regateiro tinha seguido nesse sentido: “o professor, na sua escola, não pode estar à espera que os outros mudem aquilo que ele pode mudar”. Para este membro do Conselho Nacional de Educação, “o corpo docente de uma escola deve ser dinâmico e antecipar a procura”, também porque, segundo referiu, “a escola tem uma responsabilidade enorme naquilo que oferece como formação” e tem que estar apta a incutir nos alunos “a capacidade de serem agentes de mudança, inovadores e arrojados”.

Comentários como estes mereceram-lhe intervenções da plateia menos simpáticas. Foi acusado de estar a provocar a classe e a incitar a desobediência à lei. Nada demoveu Fernando Regateiro. Insistiu no combate ao “espírito imobilista e conservador” e esclareceu que “as diferenças e os avanços não são atentados contra a lei, desde que respeitem a Constituição e a Lei de Bases”.



São muitas as áreas que as ESE's podem ainda explorar, concluiu o estudo efectuado pelo CEIDET

Último livro de Jorge Arroteia apresentado no IPL

Perceber Leiria

“Leirena – ensaio sobre a terra e o homem no concelho de Leiria” é o mais recente livro de Jorge Arroteia, doutor e agregado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro e professor catedrático daquela instituição, desde 1990.

O facto de ser natural de Monte Redondo, concelho de Leiria, terá pesado na decisão de avançar com um estudo sobre a região, mas outros motivos houve, segundo confessa o autor na introdução do livro. Um deles foi a escassez de análises, “sobretudo de cariz geográfico, relacionadas com a natureza física, a ocupação humana, o povoamento e as dinâmicas demográficas e sociais que identificam esta terra”.

O ensaio, refere Jorge Arroteia, “pretende divulgar os traços essenciais relativos ao povoamento e às actividades da população de Leiria e do conjunto das freguesias do seu concelho”. Desta forma, acredita poder “contribuir para o melhor conhecimento desta terra e da população que aqui habita”.

O livro foi apresentado no dia 23 de Setembro, no auditório do Edifício Sede do IPL, pelo director do Arquivo Distrital de Leiria, Acácio Sousa, numa cerimónia onde também participou o presidente do IPL, Luciano de Almeida, que prefaciou o livro.

Do ensaio, Acácio Sousa destacou o facto de tornar o leitor “mais atento e entendedor da Leiria actual”, além de não se tratar de um texto hermético, sendo “acessível a qualquer cidadão estudioso ou apenas curioso”.

O director do Arquivo Distrital – e, também, o próprio autor - referiu-se ao ensaio como “um ponto de partida”, uma base para outros trabalhos. Muita matéria parece haver por explorar, já que, escreve o autor, este “território ainda não completamente explorado, regista na dimensão física das suas terras, no potencial



A escassez de análises motivaram Jorge Arroteia a estudar Leiria

humano das suas gentes, na diversidade das suas paisagens, na riqueza do seu património (artístico e histórico), nos traços culturais da sociedade que a habita (...), marcas potencialmente facilitadoras do seu desenvolvimento”.

Por outro lado, há espaço para explorar os traços originais que Leiria tem vindo a perder, “relacionados com a paisagem da cidade tradicional e com a sua natureza ambiental e cultural”, em virtude “do

próprio crescimento urbano e do alargamento das suas actividades económicas muito para além do espaço imediato que a rodeia”, conforme escreve Jorge Arroteia. Mas este pode ser, afinal, o primeiro de um conjunto de trabalhos a integrar o acervo do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional, recentemente criado pelo IPL. Esse é um desejo que Jorge Arroteia não se coíbiu de expressar durante a apresentação do seu livro.



O autor gostaria de ver o seu trabalho integrar o CEDRE do IPL

Opinião
Almeida Costa

Avaliação do Ensino Superior Politécnico Público

1. Os processos de avaliação do ensino superior politécnico, no ensino público, iniciaram-se por decisão assumida pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), quando, em 1996, convidou as Escolas Superiores dos diferentes Institutos a iniciarem a avaliação de alguns dos cursos que ministravam, com base num “Guião” elaborado para o efeito.

Deve notar-se que, antecedendo esta iniciativa, o CCISP promovera a constituição da ADISPOR, na expectativa de ela vir a ser considerada como “entidade representativa” para os efeitos previstos na Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro.

2. Estas duas iniciativas do CCISP, tendo surgido com o carácter voluntarista inerente à sua promoção, apresentaram um mérito indiscutível de dar início a um processo que tendia a expandir-se muito rapidamente.

No entanto, o reconhecimento desse mérito viu-se rodeado de algumas sombras, a que o CCISP é inteiramente alheio, entre as quais se devem salientar;

- a) a hesitação de muitas Escolas Superiores em aderirem, de imediato, à intenção de avaliação dos cursos que ministravam;
- b) a recusa, por parte do Ministério da Educação, em reconhecer o processo de avaliação iniciado, homologando o respectivo guião e assegurando a “avaliação externa” subsequente aos processos de avaliação que, apesar de tudo, foram surgindo em quase todos os Institutos Politécnicos.

Deve dizer-se que, se a primeira das sombras enunciadas tem fácil explicação pela ausência de uma cultura de qualidade

Significa isto que o ensino politécnico público não foi estimulado a prosseguir a avaliação de cursos que, por sua iniciativa, tinha começado a desenvolver, desde logo porque aos trabalhos de “auto-avaliação” não se seguiu uma “avaliação externa” consistente, assim se defraudando todas as expectativas que as Escolas aderentes à iniciativa legitimamente criaram.

que se pretendia construir, a segunda releva de uma atitude do Governo perante o ensino politécnico que, na conjuntura de então, dificilmente se poderia compreender.

Na verdade, sendo exacta a explicação formal de que seria necessário proceder aos desenvolvimentos normativos da Lei n.º 38/94, para reconhecer a ADISPOR como “entidade representativa” e, a partir daí, validar os processos de avaliação por ela desenvolvidos, também é certo que essa mesma explicação formal não impediu que a Fundação das Universidades Portuguesas fosse reconhecida como “entidade representativa” e, com essa base, desenvolvesse o 1.º ciclo de avaliação de cursos nas Universidades Públicas e na Universidade Católica.

Significa isto que o ensino politécnico público não foi estimulado a prosseguir a avaliação de cursos que, por sua iniciativa, tinha começado a desenvolver, desde logo porque aos trabalhos de “auto-avaliação” não se seguiu uma “avaliação externa” consistente, assim se defraudando todas as expectativas que as Escolas aderentes à iniciativa legitimamente criaram.

Como resultado previsível, tornou-se óbvio que o entusiasmo iria esmorecer, deixando o CCISP na situação ingrata de não poder dar a sequência natural à iniciativa para a qual convidara as Escolas.

3. Entretanto, enquanto a ADISPOR aguardava o seu reconhecimento como “entidade representativa”, para efeitos de coordenação da avaliação no ensino politécnico público, uma decisão ministerial determinou que todos os estabelecimentos de ensino superior privado e, bem assim, todos os estabelecimentos de ensino po-

...
litécnico público, procedessem a uma avaliação por área de conhecimento/área de formação, com base num “guião” ho-

O seguimento deste processo de “avaliação por área de conhecimento/área de formação” acabou por ser outro momento infeliz da história da avaliação do ensino superior em Portugal.

mologado pelo próprio Ministro da Educação (31/07/97).

Foi bem evidente, na altura, que o citado despacho correspondia a uma exigência da opinião pública, confrontada com uma imagem pouco favorável do ensino superior privado, associando-se-lhe o ensino politécnico público para retirar as sombras de uma qualquer discriminação de sentido negativo.

Obviamente, a ideia não foi bem acolhida no ensino politécnico público, naturalmente desgostoso com a ausência de estímulo aos seus projectos iniciais de avaliação, e, em consequência, apenas 34,7% das Escolas Superiores deram cumprimento à citada decisão ministerial.

4. Aliás, o seguimento deste processo de “avaliação por área de conhecimento/área de formação” acabou por ser outro momento infeliz da história da avaliação do ensino superior em Portugal, uma vez que aos trabalhos de auto-avaliação realizados se não seguiram, de imediato, quaisquer actividades de “avaliação externa”, rompendo-se o ciclo global de avaliação previsto na Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro. E, assim sendo, mais uma vez as escolas do Ensino Politécnico Público que tinham

aderido ao processo se sentiram defraudadas nas expectativas que criaram...

Acresce que, pela forma como o processo se iniciou, não existiu um trabalho cuidado na elaboração do “guião” que orientou a “auto-avaliação”, dando origem a algumas confusões e, sobretudo, sobreposições com a “avaliação de cursos”.

5. Foi neste ambiente de algum desencanto e, também, ausência de credibilidade, que se chegou à publicação do Decreto-Lei n.º 205/98, de 11 de Julho, que, finalmente, procedia aos desenvolvimentos normativos da Lei n.º 38/94, configurando o Sistema Nacional de Avaliação e, sobretudo, criando condições para que a ADISPOR fosse reconhecida como “entidade representativa” dos Institutos Politécnicos Públicos e outros estabelecimentos que, por vontade própria, a quisessem integrar.

Dito por outras palavras, o citado Decreto-Lei n.º 205/98 viabilizou a celebração de um Protocolo entre o Ministro da Educação e a ADISPOR, em que se atribuía a esta a referida condição de “entidade representativa” e, como tal, com a responsabilidade de assumir a coordenação de todos os processos de avaliação que se desenvolvessem nos estabelecimentos por ela representados, no quadro das orientações definidas pelo Conselho Nacional de Avaliação.

6. Para o efeito, nos termos da Lei, foi

O verdadeiro primeiro trabalho de avaliação consistente foi o relativo ao 1.º ciclo de avaliação de cursos, iniciado em 2000/20001.

constituído o Conselho de Avaliação da ADISPOR, o qual assumiu, oficialmente, essa responsabilidade, a partir de 16 de Dezembro de 1998, data em que foi assinado o Protocolo com o Ministro da Educação e onde se reconhece a ADISPOR como entidade representativa. O Conselho

de Avaliação tinha já sido aprovado em Assembleia Extraordinária da ADISPOR, em 16/12/97, e vinha desenvolvendo as suas actividades.

E a primeira tarefa que teve de realizar foi garantir, mesmo fora do tempo, a “avaliação externa” do já referido processo de “avaliação por área de conhecimento/área de formação”, com a consciência plena de que o distanciamento temporal entre a “auto-avaliação” e a “avaliação externa” retiraria credibilidade ao que ia ser feito, gerando uma imagem de pouca validade técnica à primeira das actividades do próprio Conselho de Avaliação. Simplesmente, no quadro das orientações políticas, tornou-se necessário desenvolver esse processo, cujo único mérito foi corresponder, ainda que com as citadas sombras na dimensão técnica associada, às expectativas que as Escolas tinham criado.

Deve notar-se, no entanto, que tanto as Comissões Externas de Avaliação como as Escolas envolvidas fizeram um grande esforço no sentido de diminuir as “sombras” referidas, procurando oferecer um sentido útil ao trabalho realizado, muitas vezes à custa de redobrados esforços de actualização de dados e reapreciação crítica.

7. Dito isto, compreender-se-á que o verdadeiro primeiro trabalho de avaliação consistente foi o relativo ao 1.º ciclo de

avaliação de cursos, iniciado em 2000/20001.

Mesmo assim, importa dizer que este trabalho foi também condicionado por razões externas, designadamente a sua proximidade temporal com a alteração legislativa que determinou a criação das li-

cienciaturas bietápicas (Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro e o Regulamento Geral dos Cursos Bietápicas de licenciatura das Escolas do Ensino Superior Politécnico – Portaria n.º 413-A/98 de 17 de Julho). Na verdade, a consistência do processo de avaliação de qualquer curso pressupõe que ele esteja concluso, o que não era o caso de muitos dos cursos de licenciatura, na altura.

Assim sendo, tornou-se impossível ao Conselho de Avaliação determinar, por si, os cursos a avaliar – eventualmente incluindo todos os de uma mesma área científica, qualquer que seja o conceito que esta assuma – remetendo para propostas das instituições a escolha dos cursos a serem avaliados em cada um dos cinco anos do ciclo de avaliação (2000/2005).

Em resultado, foi possível elaborar um calendário de avaliação de todos os cursos em funcionamento na altura (410), distribuindo-os, de forma mais ou menos equitativa, ao longo dos cinco anos.

8. Neste esforço, foi particularmente importante o papel desempenhado pelos “coordenadores institucionais”, escolhidos e designados pelos Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos, coordenadores esses que foram sempre encarados como parte integrante da estrutura de avaliação, actuando como elementos privilegiados de ligação entre o Conselho de Avaliação e os institutos que representam.

Foi esta a fórmula encontrada para garantir e transmitir a imagem de uma desejável independência de estrutura de avaliação, libertando os órgãos institucionais de interpretações possíveis, ainda que manifestamente injustas, de quaisquer interferências nas actividades dessa estrutura.

Com a certeza de que este objectivo foi inteiramente conseguido, é gratificante realçar o esforço de todos os “coordenadores institucionais” e, bem assim, a compreensão dos Senhores Presidentes dos Institutos pelo papel relevante que lhes incumbe e pela liberdade de actuação que souberam conferir-lhes.

9. Com a convicção de que, a nível inter-

no da ADISPOR, a estrutura de avaliação ganhou consistência bastante para funcionar com a eficiência necessária, é altura de referir que ela não pode apreciar-se isoladamente, uma vez que tem de articular toda a sua actividade com a estrutura da APESP e submeter-se à coordenação do CNAVES.

Na verdade, há aspectos essenciais do processo de avaliação que, dependendo sempre da aprovação do CNAVES, exigem previamente um “acerto” necessário com a estrutura da APESP.

Em particular, esse “acerto” é obrigatório nos seguintes aspectos:

- a) Elaboração da proposta de “guião para auto-avaliação”;
 - b) Elaboração da proposta de “manual de procedimentos” das Comissões de Avaliação Externa;
 - c) Elaboração dos “agrupamentos” de cursos para efeitos de constituição de uma Comissão de Avaliação Externa;
 - d) Escolha de elementos constitutivos de cada uma das Comissões Externas, para efeitos de aprovação no CNAVES e conseqüente homologação ministerial;
 - e) Elaboração da proposta de orçamento para as designadas “acções comuns”.
- 10.** A experiência vivida até ao momento, nos diferentes aspectos, pode resumir-se da seguinte forma:

a) Foi extremamente fácil a elaboração conjunta da proposta de “guião para auto-avaliação” e do “manual de procedimentos” das Comissões Externas, uma vez que, tendo ambos os projectos sido elaborados no Conselho de

Avaliação da ADISPOR, mereceram concordância total do Conselho homólogo da APESP;

- b) Tem sido relativamente fácil, nos sucessivos anos de actuação, chegar a acordo na constituição dos “agrupamentos” ainda que a multiplicidade de cursos e as excessivas “nuances” de designação tornem o processo algo complexo;
- c) Não tem sido fácil – e, no início, foi extremamente penoso – o acordo relativo à constituição das propostas de “Comissões Externas de Avaliação”.

A respeito desta última referência, importa

Destas últimas observações induz-se, facilmente, que a missão mais difícil tem sido a elaboração das propostas de constituição das Comissões Externas de Avaliação, mesmo quando respeita critérios já aprovados no CNAVES.

ressalvar o papel importante dos Presidentes do Conselho de Avaliação da APESP, sempre interessados na procura de consensos, ainda que vendo os seus esforços sacrificados por alguma lógica corporativa de outros membros daquele Conselho.

d) Quanto à proposta de orçamento, uma vez que se orienta por critérios aprovados no CNAVES, quase se reduz a um simples cálculo.

11. Destas últimas observações induz-se, facilmente, que a missão mais difícil tem sido a elaboração das propostas de constituição das Comissões Externas de Avaliação, mesmo quando respeita critérios já aprovados no CNAVES.

Por parte do Conselho de Avaliação da ADISPOR, o trabalho tem sido, metodologicamente, relativamente fácil, atendendo à circunstância de, no Conselho, existirem especialistas de diferentes “áreas de conhecimento”, cuja opinião se torna preponderante na escolha dos elemen-

...
tos a submeter ao cotejo com o Conselho de Avaliação da APESP.

Genericamente, pode dizer-se que:

- a) Na escolha dos Presidentes da Comissão tem havido alguma felicidade, reconhecida pelo próprio CNAVES, a que não é alheia alguma relação de amizade com quase todos eles, construída a partir de mútua colaboração em projectos anteriores;
- b) Na escolha dos restantes elementos, o Conselho de Avaliação da ADISPOR dispõe já de um “Banco de Dados” significativo, originário do contributo es-

tuição das Comissões de Avaliação.

A este propósito, deve referir-se que, no último exercício realizado, se constatou uma composição que incluía 50,5% de professores do ensino universitário, 39,5% de professores do ensino politécnico e 10% de profissionais com currículo relevante.
12. No âmbito da reflexão proposta, não deve deixar de aprofundar-se o sentido e o desenvolvimento que devem orientar os processos de avaliação, no futuro, uma vez que a “qualidade” vai determinar qualquer visão estratégica que queira oferecer-se ao sistema de ensino superior.

A este respeito, importa dizer que o Conselho de Avaliação da ADISPOR tem relevado, sempre, o papel da “auto-avaliação”, reconhecendo que nela se situa o papel fundamental de indução de qualidade nas instituições.

sencial de todos os seus membros e dos coordenadores institucionais.

Como é evidente, as sugestões decorrentes desse Banco de Dados têm de ser confrontadas com as que são apresentadas pelo Conselho de Avaliação da APESP, em reuniões de que participam elementos dos dois Conselhos, na tentativa de se chegar à considerada como melhor solução por todos ou a uma solução de compromisso, quando o acordo não é fácil.

Em processos desta natureza, ninguém fica inteiramente satisfeito, ainda que possa afirmar-se que, até hoje, o CNAVES tem aprovado por unanimidade as propostas apresentadas, com excepção de dois casos de substituição originárias do Conselho de Avaliação da APESP.

Como quer que seja, importa reflectir sobre a bondade destes processos, questionando inclusive a estrutura global do Sistema Nacional de Avaliação e aperfeiçoando a lógica dos critérios de consti-

A este respeito, importa dizer que o Conselho de Avaliação da ADISPOR tem relevado, sempre, o papel da “auto-avaliação”, reconhecendo que nela se situa o papel fundamental de indução de qualidade nas instituições.

No entanto, não ignora que a “opinião pública” solicita, cada vez mais, os resultados da avaliação, dentro de um entendimento subliminar de que o que conta é a “avaliação externa”, como se ela pudesse dissociar-se da “auto-avaliação”.

Assim sendo, em cada ano que passa, tem tentado que os juízos das Comissões Externas de Avaliação sejam cada vez mais objectivos, visando superar uma lógica opinativa que pouco representa.

Mas é evidente que muito há a fazer a este respeito, definindo indicadores muito precisos que resultem das correlações escolhidas criteriosamente entre os resultados dos diferentes campos de apreciação.

13. Aliás, a mesma preocupação deve

ser estendida aos processos de “auto-avaliação” até para a exaltar no ciclo global de avaliação, possibilitando às Escolas a criação de “cartas de progresso” onde se torne visível o seu rumo evolutivo no sentido da qualidade.

Este foi o desafio que se fez na última acção de formação das equipas de “auto-avaliação”, esperando-se proceder ao seu aprofundamento a curto prazo, numa acção concertada com as próprias Escolas.

14. A terminar, há uma referência necessária que importa fazer, relacionada com a comparação entre o percurso do ensino universitário e o ensino politécnico, em matéria de avaliação.

O ensino universitário encontra-se já num segundo ciclo de avaliação de cursos, enquanto o ensino politécnico está, ainda, num primeiro ciclo.

No entanto, a “opinião pública” e o “poder político” não tendem a distinguir esse diferente posicionamento, o que obriga o ensino politécnico a adoptar um ritmo evolutivo mais rápido.

Significa isto que não se pode perder tempo, avançando, de imediato, com um conjunto de acções irrecusáveis a curto ou médio prazo, entre as quais:

- a) A definição das modalidades de avaliação mais ajustadas à realidade do ensino politécnico;
- b) A adopção de uma “carteira de indicadores” objectivos e internacionalmente aceites;
- c) A celebração de protocolos com algumas agências de avaliação estrangeiras, em tentativa de mútua validação dos processos de avaliação.

15. Como é evidente, estas acções exigem concordância e aprovação no CNAVES, remetendo para a representação da ADISPOR neste Conselho um papel de sensibilização importante.

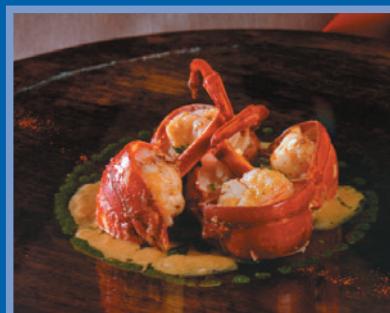
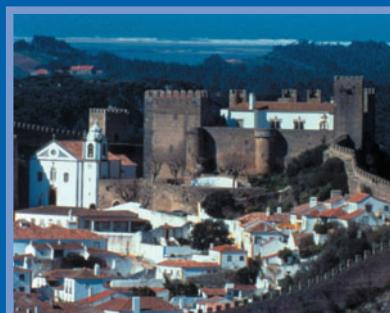
A este respeito, vale a pena registar, sem qualquer hesitação ou falsa modéstia, que essa representação da ADISPOR no CNAVES tem sido bastante apreciada, de que é sintoma expressivo o facto de a “maioria” dos pareceres elaborados pelo CNAVES terem como relatores elementos dessa representação.

Dossier

ESTM

ESTM

Uma escola no coração
da Região Oeste



O que escreveu a imprensa

Educação | Escola sem verbas, mas com apoio

Mar de críticas

Advinham-se tempos menos bons. A afirmação de Luciano de Almeida no discurso de tomada de posse da presidência do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) surge na sequência do que diz serem os primeiros sinais "dados pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior de excluir do PIDDAC 2003 as verbas previstas no PIDDAC 2002 para construção da cantina e do edifício pedagógico da Escola Superior de Tecnologia do Mar (ESTM) com o fundamento de que pretende reequacionar a continuidade da escola".

Para Luciano de Almeida não existem dúvidas de que a incógnita que paira no ar sobre a ESTM "radica na lógica do economicismo imediato" e que se tornou "um alvo fácil porque ainda não tem instalações". Resultado, o recém-empossado presidente do IPL lembra que o futuro do referido estabelecimento de ensino também passa, essencialmente, pelo empenho que a sociedade civil da região puser na sua defesa. É, por isso, "um empenho que solicitamos sem reservas com a convicção de quem sabe não pode estar sozinho nesta frente".

Palavras que vão de encontro a dois acontecimentos esta semana e que vêm demonstrar que o assunto está a "mexer": o próprio coordenador do Pólo de Leiria da Universidade Católica, Carlos André, em artigo publicado no REGIÃO DE LEIRIA afirmava ser "chocante que um Ministro julgue ter legitimidade para travar o crescimento desta nossa região", uma vez que depois do IPL, ter estudado, planificado e agido vieram agora cortar-lhe o apoio. Isto na mesma edição em que era publicado um anúncio da ESTM a dar conta dos cursos a ministrar e da caracterização das futuras instalações. "Uma Escola no Coração da Região Oeste".

Esta semana, na quarta-feira, era lançado um manifesto no recinto do Festival Sabores do Mar, em Peniche, em defesa da ESTM, organizado pela Câmara Municipal de Peniche, pela ADEPE e pela Associação Comercial de Peniche, "incluindo câmaras municipais, associações empresariais e sociais de forma a sensibilizar os responsáveis da importância desta infraestrutura no panorama regional".

Finalmente, na mesma semana, o próprio Conselho Empresarial da Região de Leiria torna público um documento em que classifica a decisão do Governo de representar discriminação negativa "Oeste" e que vem "definir expectativas de centenas de estudantes", bem como e em causa "a viabilização projecto de qualidade".

A notícia do "desaparecimento" das verbas no PIDDAC 2003 motivou mesmo intervenção do deputado da lista José Miguel Medeiros ao presidente da Assembleia da República, manifestando "surpresa" e "estupefacção" face às intenções do ministro exigindo respostas concretas sobre as "reais intenções" que respeita à ESTM.

Instado a comentar as palavras duras de Luciano de Almeida na tomada de posse, José Leitão, governador civil de Leiria, preferiu enfatizar "o aspecto positivo que pode nascer desta reavaliação, que é a de afinar pormenores", mostrando-se esperançado que esta reavaliação viesse a comprovar a necessidade do funcionamento daquela escola na região Oeste.

Escutado dos investimentos do PIDDAC de 2003 para a Escola Superior de Tecnologia do Mar (ESTM) e a responsável do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), bem como autarcas, dirigentes associativos e agentes económicos da região Oeste. Num reunião realizada no final da semana passada, em Peniche, concluiu-se que a escola é necessária e o investimento do PIDDAC 2003 não deve ser excluído.

Escutado do caso haja luz verde por parte do Ministério da Ciência e Ensino Superior, adjunto presidente do IPL, esclarecendo que se trata de um investimento de 1,1 milhões de euros. Inscrito no PIDDAC de 2002, e também necessário ao desenvolvimento da ESTM é a construção do edifício pedagógico para o ano lectivo de 2003/2004, uma infraestrutura devidamente equipada cujo investimento ascenderá a cerca de oito milhões de euros.

Ministro é sabedor do programa do concurso mas este só será lançado caso haja luz verde por parte do Ministério da Ciência e Ensino Superior, adjunto presidente do IPL, esclarecendo que se trata de um investimento de 1,1 milhões de euros. Inscrito no PIDDAC de 2002, e também necessário ao desenvolvimento da ESTM é a construção do edifício pedagógico para o ano lectivo de 2003/2004, uma infraestrutura devidamente equipada cujo investimento ascenderá a cerca de oito milhões de euros.

Programa do concurso mas este só será lançado caso haja luz verde por parte do Ministério da Ciência e Ensino Superior, adjunto presidente do IPL, esclarecendo que se trata de um investimento de 1,1 milhões de euros. Inscrito no PIDDAC de 2002, e também necessário ao desenvolvimento da ESTM é a construção do edifício pedagógico para o ano lectivo de 2003/2004, uma infraestrutura devidamente equipada cujo investimento ascenderá a cerca de oito milhões de euros.

Programa do concurso mas este só será lançado caso haja luz verde por parte do Ministério da Ciência e Ensino Superior, adjunto presidente do IPL, esclarecendo que se trata de um investimento de 1,1 milhões de euros. Inscrito no PIDDAC de 2002, e também necessário ao desenvolvimento da ESTM é a construção do edifício pedagógico para o ano lectivo de 2003/2004, uma infraestrutura devidamente equipada cujo investimento ascenderá a cerca de oito milhões de euros.

Escola do Mar aguarda compreensão do Governo

Sem o investimento que desapareceu do PIDDAC de 2003, a Escola Superior do Mar vai começar a andar para trás. O IPL apela à compreensão do Governo.

Investimentos foram excluídos do PIDDAC. O IPL, esclarecendo que, para tal, deveria manter-se os planos de construção que estavam programados no Plano de Investimentos, Despesas e Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) de 2002. Mas que foram retirados do PIDDAC de 2003 por ordem do ministro Pedro Lynce, que tutela a pasta da Ciência do Ensino Superior. E, sem eles, não há qualquer perspectiva de evolução daquela instituição.

Premente, e já para o ano lectivo de 2003/2004, e a construção do edifício pedagógico para o ano lectivo de 2003/2004, uma infraestrutura devidamente equipada cujo investimento ascenderá a cerca de oito milhões de euros.

Futuro da ESTM em discussão em Peniche

O IPL, afirma que o senhor ministro não pode perder tempo a fazer "o". Luciano Almeida, presidente do Instituto Politécnico de Leiria, responde assim às investidas de Pedro Lynce, ministro do Ensino Superior para que nem as obras de construção da cantina nem do edifício da Escola Superior de Tecnologia do Mar (ESTM), em Peniche, fossem inscritas no PIDDAC 2003. Pedro Lynce quer reequacionar o futuro da escola.

Ouvido pelo JORNAL DE LEIRIA a propósito da reunião que o IPL promoveu amanhã, em Peniche, Luciano de Almeida alertou para a necessidade de uma decisão em "tempo útil", por forma a que se "for para a escola subsiste, então que seja para incluir (a construção) no PIDDAC, se for para acabar, então teremos que o saber para transferir os alunos para Leiria".

FALTA DE SEGURANÇA
As actuais instalações (da ESTM) não oferecem condições de segurança, são inadequadas à função e tornam-se definitivamente incapazes para albergar os alunos a partir do ano lectivo 2003/2004 no que respeita aos espaços laboratoriais, e já a partir deste ano lectivo se investe nas infra-estruturas da ESTM em Peniche vir a prejudicar o desenvolvimento do sul do distrito. Uma das questões em discussão amanhã é precisamente a importância da ESTM para o desenvolvimento da região de Leiria em geral e do sul do distrito em particular.

No estado "O projecto educativo da Escola Superior da Tecnologia do Mar", solicitado pelo II CIDEI da Universidade de Aveiro, é "reafirmada a viabilidade" da escola "prevendo que possa atingir cerca de 1800 alunos em 2004".

ESEL lidera projecto de Inter
Um total de 565 escolas vão acompanhar no próximo ano lectivo por cerca de 40 milhões de euros, que se desdobrarão por distrito, no âmbito do projecto "Uso educativo da Internet nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico", que a Esc. Superior de Educação de Leiria coordena. O projecto de fomenta a utilização educativa da Internet por professores e alunos e será apresentado próximo dia 11.

Ministro é sabedor do programa do concurso mas este só será lançado caso haja luz verde por parte do Ministério da Ciência e Ensino Superior, adjunto presidente do IPL, esclarecendo que se trata de um investimento de 1,1 milhões de euros. Inscrito no PIDDAC de 2002, e também necessário ao desenvolvimento da ESTM é a construção do edifício pedagógico para o ano lectivo de 2003/2004, uma infraestrutura devidamente equipada cujo investimento ascenderá a cerca de oito milhões de euros.

Programa do concurso mas este só será lançado caso haja luz verde por parte do Ministério da Ciência e Ensino Superior, adjunto presidente do IPL, esclarecendo que se trata de um investimento de 1,1 milhões de euros. Inscrito no PIDDAC de 2002, e também necessário ao desenvolvimento da ESTM é a construção do edifício pedagógico para o ano lectivo de 2003/2004, uma infraestrutura devidamente equipada cujo investimento ascenderá a cerca de oito milhões de euros.

Escola Superior de Tecnologia do Mar pode estar em Peniche mobiliza-se pela "sua" escola

"A Escola (Superior de Tecnologia do Mar) nasceu contra o vento, mas tudo o que levanta assim acaba por se manter". João Poças Santos, director da ESTM, resumiu assim a sua esperança na manutenção e desenvolvimento daquele estabelecimento de ensino.

A escola atravessa um momento difícil, depois do ministro do Ensino Superior, Pedro Lynce, ter "congelado" os investimentos previstos para poder

"pensar" o seu futuro. Sexta-feira passada, em Peniche, o Instituto Politécnico de Leiria promoveu uma reunião com as forças vivas locais. Luciano Almeida, presidente do instituto, quis ouvir as opiniões e anseios, ao mesmo tempo que promoveu a apresentação de um estudo conduzido pelo Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Territoriais da Universidade de Aveiro. E as opiniões foram unânimes. Desde os representantes da Associação de Desenvolvimento de Peniche, Associação Comercial e Báltico (responsável pelo empreendimento Praia d'el Rei) aos autarcas locais (Câmara e Assembleia Municipais) e de Caldas da Rainha e Leiria, passando pelo empresário e ex-presidente da Câmara, Luis Almeida.

O estudo apresentado, coordenado por professores Jorge Arroteia, Anselmo Castro e Artur Rosa Pires, anota as Ciências do mar, Turismo e recreação marítima, Engenharia náutica: embarcações de recreio e equipamentos turísticos, Engenharia da produção: aquicultura e pescas e Transportes marítimos, logística e gestão portuária como os cursos que podem assegurar o futuro da escola.

A sessão foi aproveitada para a assinatura de um protocolo de cooperação técnica, científica e cultural entre a ESTM e a Câmara de Peniche.

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche (ESTM)

Memorando

1. Nota introdutória

A ESTM foi criada pelo Decreto-Lei n.º 159/91, de 6 de Abril mas apenas entrou em funcionamento no ano lectivo 1999/2000, após a alteração do seu regime de financiamento pelo Decreto-Lei n.º 264/99, de 14 de Julho.

Face às dificuldades financeiras que retardaram o início de actividade da ESTM, o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) através da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG) criou um Pólo em Peniche no qual passou a ser ministrado a partir do ano lectivo 1994/1995, o curso de Gestão de Empresas. Com a entrada em funcionamento da ESTM, o IPL procedeu ao encerramento do Pólo.

1.1. A proposta de alteração do regime de financiamento da ESTM, e a subsequente entrada em funcionamento, foi fundamentada num estudo efectuado pelo CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Ld.ª, cujo custo foi integralmente suportado pelo Município de Peniche, dando resposta à decisão do IPL de que apenas proporia o início de actividade da ESTM se a sua viabilidade e relevância social das formações fossem sustentadas por um estudo externo elaborado por uma entidade de reconhecida idoneidade.

2. Projecto educativo

O projecto educativo da Escola assentou em três pilares fundamentais: a formação graduada (bacharelato e licenciatura), a formação pós-graduada (cursos de especialização não conferentes de grau, numa primeira fase) e a investigação (privilegiando-se o desenvolvimento de projectos de interesse regional e com parceiros dos sectores económicos).



A formação graduada desenvolver-se-ia, no essencial, em três vertentes: o turismo, o mar e a indústria alimentar.

Tendo em conta o projecto educativo definido para o ano lectivo 1999/2000, foram aprovados os cursos de Gestão Turística e Hoteleira e Engenharia Naval e Industrial.

No ano lectivo 2000/2001, foram aprovados os cursos de Biologia Marinha e Biotecnologia e Turismo e Mar.

A pouca procura por parte dos candidatos ao ensino superior relativamente ao curso de Engenharia Naval e Industrial (em 2001 foram colocados 4 alunos no curso da ESTM e outros 4 no curso de Engenharia Naval do Instituto Superior Técnico (IST)) levou a que o IPL tivesse proposto a extinção do curso e a transferência dos 22 alunos que o frequentavam para o IST, processo que se concluiu no dia 29 do corrente mês.

O IPL propôs, e concretizou, assim, para o ano lectivo 2002/2003

...



...

a extinção do curso de Engenharia Naval e Industrial. Propôs, ainda a criação de dois novos cursos: Protecção Civil e Engenharia Biológica e Alimentar.

Foi aprovado, apenas, o curso de Engenharia Biológica e Alimentar.

Assim, a actual oferta de formação graduada por parte da ESTM é a seguinte:

- Gestão Turística e Hoteleira
- Turismo e Mar
- Biologia Marinha e Biotecnologia
- Engenharia Biológica e Alimentar

Tendo em conta as novas realidades no âmbito do ensino superior, nomeadamente a diminuição do número de candidatos e o aumento de vagas, o IPL entendeu que deveria ser reequacionado o projecto educativo da ESTM e solicitou ao CEIDET da Universidade de Aveiro o respectivo estudo. O estudo "O Projecto Educativo da Escola Superior de Tecnologia do Mar e suas Perspectivas" foi concluído em Janeiro de 2002, tendo sido precedido de um amplo debate no seio da Escola e do IPL, no qual foram envolvidas personalidades das actividades económicas, sociais, culturais e artísticas da região e autarcas.

O estudo reafirmou a viabilidade da Escola e a relevância social das formações, prevendo que esta possa vir a atingir cerca de 1.800 alunos em 2010 e apontando para a criação de novas áreas de formação, tendo sido estudadas, em relação a estas, a capacidade de absorção por parte do mercado de trabalho dos novos diplomados.

São novas áreas onde a ESTM deve apostar ao nível da formação graduada:

- Ciências do Mar
- Engenharia da Produção: Aquicultura e Pescas
- Transportes Marítimos, Logística e Gestão Portuária
- Engenharia Náutica: Embarcações de Recreio e Equipamentos Turísticos

3. Previsão de alunos

O número de alunos previsto pela própria Direcção-Geral do Ensino Superior (DGESup) para o ano lectivo de 2002/2003 é de 600.

Tendo em conta que a Escola iniciou o seu funcionamento apenas em 1999/2000, só atingirá, mesmo que não sejam criados novos cursos, a velocidade de cruzeiro, no ano lectivo 2006/2007, prevendo-se que atinja, então, cerca de 1.600 alunos, a manter-se o mesmo número de vagas e cursos.

A previsão do número de alunos para os próximos 3 anos lectivos é de:

- 2003/2004 – 840 alunos
- 2004/2005 – 1.050 alunos
- 2005/2006 – 1.300 alunos



4. Financiamento

A ESTM, embora seja uma Escola em fase de instalação, nunca teve um orçamento que contemplasse essa situação. Foi sempre, e só, financiada em função do número de alunos nela matriculados, nos mesmos moldes em que o são as Escolas que já possuem instalações próprias.

A aquisição de equipamento laboratorial e as obras de adaptação das instalações têm sido suportadas pelo IPL recorrendo ao apoio financeiro das restantes Escolas.

O financiamento atribuído à ESTM tem sido, assim, rigorosamente o mesmo que seria atribuído se os cursos fossem ministrados noutra Escola, não havendo qualquer agravamento orçamental.

5. Instalações

A ESTM encontra-se a funcionar em instalações provisórias desde a sua entrada em funcionamento, ocupando as instalações onde, até então, funcionava o Pólo da ESTG.

As instalações provisórias pertencem à Confraria de Nossa Senhora dos Remédios.

A cantina funciona no primeiro piso (rés-do-chão) do edifício,

piso onde se situam as instalações da Associação de Estudantes, um bar e algumas salas de aula.

No primeiro andar estão instalados os serviços administrativos, gabinetes de docentes e salas de aula.

Em edifício contíguo, igualmente pertencente à Confraria, que se encontra em toco, têm sido feitas obras para responder à necessidade de novas salas de aulas e laboratórios.

O edifício principal, onde funciona a cantina, é um edifício antigo, que tem alguns elementos estruturais de madeira e que não foi construído para nele funcionar aquele tipo de infra-estrutura (confeção de refeições) nem para ter uma utilização tão intensiva.

Procurando assegurar condições de segurança mínimas e reduzir o máximo possível a possibilidade da ocorrência de incidentes, procedeu-se, em Agosto e Setembro do ano transacto, a obras de beneficiação, tendo sido definidas regras muito rígidas de utilização e limpeza.

5.1. As actuais instalações não oferecem condições de segurança, são inadequadas à função e tornam-se definitivamente incapazes para albergar os alunos da Escola, a partir do ano lectivo 2003/2004, no que respeita aos espaços laboratoriais e salas de aulas e, já a partir deste ano lectivo, no que respeita à cantina.

Por tal razão, no OE de 2002 foi inscrita em PIDDAC quer a construção da cantina, quer a construção do edifício pedagógico e biblioteca e no mapa XI do PIDDAC foram inscritas as necessárias previsões para 2003 e 2004.

Tendo em conta a gravidade da situação, foi dada prioridade absoluta à cantina estando prevista a abertura do concurso público para início do próximo mês de Setembro e a conclusão da obra para Abril/Maio de 2003.

O Senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior (MCES) deu, entretanto, instruções para que nem a cantina, nem o edifício pedagógico fossem inscritos no PIDDAC 2003, com o fundamento de que deseja repensar o futuro da Escola: se é para subsistir ou para extinguir.



Deve referir-se, também, que os alunos da ESTM não dispõem de residências, não estando, também, prevista por parte do Ministério a construção de qualquer residência.

Deve referir-se, ainda, que o custo acrescido da Escola, em relação ao funcionamento em Leiria, é apenas o que resulta da construção das novas instalações e equipamento (cerca de 10 milhões de euros) significando a não continuidade da Escola um desinvestimento de 10 milhões de euros já programados. De notar que os custos de alojamento e alimentação são elevados em Peniche (mais elevados do que em Caldas da Rainha ou Leiria) e que as instalações onde a ESTM está instalada se situam a 3 km de Peniche.

6. Nota final

O IPL irá promover sobre esta temática, no próximo dia 6 de Setembro, em Peniche, um encontro de trabalho no qual, além dos membros do Conselho Geral do Instituto, estarão presentes autarcas e individualidades das actividades económicas, sociais, culturais e artísticas da região de Leiria e Oeste.

A reunião será aberta aos órgãos de comunicação social.

IPL, 30 de Agosto de 2002



Comunidade de Peniche considera que a ESTM é um factor de desenvolvimento

Escola deve ficar



Presidente do IPL ouviu a comunidade de Peniche sobre o futuro da ESTM



Estudo do CEIDET concluiu que a ESTM é uma escola viável

“É um objectivo realista fazer, em Peniche, uma escola que atraia alunos”, uma vez que “existe um conjunto significativo de oportunidades de formação que se podem traduzir numa estratégia de diferenciação para a Escola Superior de Tecnologia do Mar (ESTM)”.

Essa estratégia, de acordo com a análise que a equipa do Centro de Estudos em Inovação e Dinâmicas Empresariais e Territoriais (CEIDET), da Universidade de Aveiro, desenvolveu sobre o projecto de formação da escola e das suas perspectivas futuras, não pode descurar aspectos como “a necessidade de uma oferta de formação que se distinga pela qualidade e actualidade dos perfis curriculares dos cursos a ministrar” e “o desenvolvimento de competências que permitam a intervenção em nichos de mercado ainda pouco explorados no nosso país”.

Nesse sentido, foi uma mensagem positiva aquela que três dos coordenadores do estudo - Anselmo Castro, Artur da Rosa Pires e Jorge Arroiteia - transmitiram durante a reunião de trabalho que o Instituto Politécnico de Leiria promoveu, em Setembro último, em Peniche. O encontro juntou os principais agentes políticos, sociais e económicos da Região Oeste, e teve por objectivo a reflexão conjunta so-

bre a importância da permanência da ESTM em Peniche.

Desde o início que a escola funciona em instalações precárias e a retirada do PID-DAC 2003 (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) das verbas destinadas à construção da cantina, do edifício pedagógico e da biblioteca fazia antever um agravamento da situação. O Presidente do IPL, Luciano de Almeida, tem alertado a tutela para a falta de condições de segurança que aquelas instalações oferecem, sobretudo a cantina e os laboratórios. Quando, recentemente, foi surpreendido com a hipótese de o Ministério da Ciência e do Ensino Superior encerrar a escola, procurou conhecer a opinião da comunidade de Peniche e, a partir daí, decidir em que sentido enveredar os seus esforços.

Do ponto de vista da formação, Luciano de Almeida sempre acreditou que a ESTM pode constituir um factor de desenvolvimento da região e as conclusões do estudo desenvolvido pelo CEIDET permitiram-lhe reforçar e fundamentar essa convicção. Também as intervenções dos participantes, durante o encontro, corroboraram essa ideia. Agentes sociais, políticos e económicos do Oeste manifestaram-

se favoráveis à manutenção da escola em Peniche, ministrando cursos em áreas intimamente relacionadas com as actividades económicas da região.

A análise efectuada pela equipa do CEIDET aponta o turismo como “uma área de desbravamento fácil”. Durante a reunião de trabalho, Anselmo Castro referiu que, actualmente, a procura de pessoas qualificadas na área de Turismo é fraca. No entanto, parece-lhe evidente que se Portugal quiser ter uma indústria turística competitiva e atrair outro tipo de turistas terá que melhorar substancialmente a oferta. Reconhece, por outro lado, que os empresários podem não estar muito conscientes desta necessidade e que, por isso, é também importante que o curso privilegie a ideia de empreendedorismo.

A Engenharia Náutica, aplicada à concepção de embarcações de recreio e de equipamentos náuticos, poderá ser outro curso-âncora para a ESTM. “Será eventualmente uma área interessante”, referiu Anselmo Castro, mas em domínios diferentes dos que existem neste momento, sendo o empreendedorismo fundamental. Para este investigador, a Engenharia Náutica só será uma área a apostar se permitir aos alunos “aprenderem a fazer coisas que não a construção naval tradicio-

nal” e os estimular no sentido de aplicarem os conhecimentos adquiridos nos seus próprios projectos.

O empreendedorismo, que durante a intervenção de Anselmo Castro já se tinha revelado um conceito determinante para a sobrevivência da escola, foi acentuado pelo investigador Rosa Pires, a par do relacionamento da instituição com a comunidade local e do entrosamento e participação na concepção de opções e orientações de desenvolvimento estratégico para a região.

Este conjunto de aspectos prenderam a atenção do presidente da Assembleia Municipal de Peniche. Carlos Mota considera, por um lado, que “é o espírito concentracionário [dos órgãos nacionais] que retira às comunidades a capacidade de se organizarem e lutarem pelos seus objectivos”, mas vê, por outro, que entre os portugueses há um défice de empreendedo-

rismo, pelo que a inclusão deste conceito nos *currícula* dos cursos é “uma ideia-chave”.

Também presente na reunião, José Miguel Medeiros, deputado socialista eleito por Leiria, mostrou-se indignado perante o facto de “um país com 800 quilómetros de costa, pioneiro na investigação ligada ao mar” estar a desperdiçar a oportunidade de ter uma escola especializada nessa área.

Profissionalmente ligado ao turismo, Luís Almeida não tem dúvidas de que a oferta turística em Portugal está obsoleta e que a ESTM, a permanecer em Peniche, pode contribuir para o desenvolvimento desse sector económico. Lembrou os presentes que a pesca está a declinar, que as frotas estão a ser, gradualmente, abatidas e que não existe alternativa para aquela comunidade.

Com a sua intervenção, Kate Scheier, do Praia

D’el Rei – Empreendimento Turístico, quis mostrar que a ESTM é fundamental para a qualificação dos profissionais de turismo. Revelou que o empreendimento que representa continua em expansão e que, num futuro próximo, se poderá debater com problemas no recrutamento de pessoal qualificado.

Esclarecida quanto à importância da ESTM na região e determinada a lutar pela sua sobrevivência, a comunidade assistiu, já no final da reunião, à assinatura de um protocolo entre o Instituto Politécnico de Leiria e a Câmara Municipal de Peniche. O acordo estabelece que as partes outorgantes colaborem nalgumas áreas, designadamente no acesso a informação científica, bibliográfica, e a material didáctico, em projectos de investigação, colóquios e outro tipo de acções e na cedência de instalações, equipamentos, serviços, pessoal docente e não docente.

Em defesa da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche

Manifesto da Comunidade Regional e Local

18 de Setembro de 2002 – Dia da ESTM integrado na Actividade Sabores do Mar

Considerando que a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche (ESTM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 159/91, de 26 de Abril, com base numa iniciativa desencadeada por parte das forças vivas locais, designadamente empresariais e autárquicas, apoiada pelo Instituto Politécnico de Leiria, e que veio a entrar em funcionamento efectivo em 1999/2000, na sequência do Decreto-Lei n.º 264/99, de 14 de Julho, para além de ter funcionado inicialmente como Pólo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão desde 1994/95;

Tendo em conta que a ESTM, no ano lectivo de 2002/2003, terá colocado em funcionamento os Cursos de Licenciatura Biotápica (Bacharelato + Licenciatura) em Gestão Turística e Hoteleira, Turismo e Mar, Biologia Marinha e Biotecnologia e Engenharia Biológica e Alimentar, contando com um total de cerca de seis centenas de alunos;

Sabendo que esta Escola, embora se orgulhe do seu enraizamento local na cidade e concelho de Peniche – relativamente aos quais é já, e será ainda mais amanhã, um factor de desenvolvimento económico e cultural – abrange a área de influência regional do Instituto Politécnico de Leiria, em que se insere, e da região Oeste e, sobretudo, procura atingir uma dimensão nacional relativamente a certas áreas de formação;

Reconhecendo a viabilidade e correcção do projecto da ESTM, em que se procura enfatizar a componente ligada ao Mar, ao Litoral, à problemática específica das áreas costeiras, como o próprio designio fundador da Escola impõe e a sua inserção geográfica aconselha;

Apoiando a ideia de que a ESTM deverá assumir cada vez mais a sua vocação no domínio das Ciências do Mar, partindo-se do conceito MAR que indiscutivelmente se associa a uma cidade como Peniche e fazendo dele a sua imagem de mar-

ca, o qual constituirá o mote e a referência da própria Escola; Rejeitando expressamente que este projecto de verdadeiro desenvolvimento regional possa ser posto em causa, nomeadamente pela não previsão dos financiamentos necessários à construção das instalações adequadas ao funcionamento da Escola, incluindo laboratórios, cantina, etc.;

As entidades a seguir representadas entendem ser seu dever manifestar publicamente:

1. O seu apoio inequívoco à continuação e consolidação do projecto educativo, da qualificação dos recursos humanos e de desenvolvimento regional que a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche representa;
2. A afirmação, junto do Governo, designadamente do Ministério da Ciência e Ensino Superior, da absoluta necessidade da inclusão no Orçamento de Estado para 2003 b(PIDDAC) dos financiamentos para a construção do edifício pedagógico, bem como o início imediato da construção da respectiva cantina, conforme estava previsto;
3. A firme desaprovação de qualquer decisão que, directa ou indirectamente, possa pôr em causa o normal funcionamento e desenvolvimento futuro da ESTM e que, a acontecer, não deixaria de mobilizar todos os signatários e demais entidades representativas da região na defesa desta Escola do Instituto Politécnico de Leiria.

Peniche, 18 de Setembro de 2002

Plenário da Assembleia da República a 27 de Setembro

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, vamos entrar nas perguntas formuladas ao Governo, através do Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

A primeira pergunta é sobre o financiamento da Escola Superior de Tecnologia do Mar, de Peniche.

Tem a palavra, para formular a pergunta, o Sr. Deputado José Miguel Medeiros.

O Sr. José Miguel Medeiros (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, foi com grande surpresa e, por que não dizê-lo, com alguma estupefacção que a comunidade educativa da Escola Superior de Tecnologia do Mar e do Instituto Politécnico de Leiria, bem como a sociedade civil da região de Peniche e de todo o Oeste do distrito de Leiria, se viram confrontados com as intenções manifestadas pelos serviços do Ministério da Ciência e do Ensino Superior em relação ao futuro da Escola Superior de Tecnologia do Mar.

A avaliar pelas informações que pudemos colher, propõe-se o Ministério da Ciência e do Ensino Superior suspender os investimentos previstos para a Escola Superior de Tecnologia do Mar – cantina, edifício pedagógico e biblioteca – e, simultaneamente, equacionar a sua transferência ou mesmo o seu encerramento.

Ora, como é do conhecimento de V. Ex.ª, Sr. Secretário de Estado, foi o actual Ministro, Dr. Pedro Lynce, quem, enquanto Secretário de Estado do Ensino Superior, em 1991, aprovou a criação desta Escola, a qual tem hoje mais de 600 alunos e quatro cursos em funcionamento, a saber: Gestão Turística e Hoteleira, Turismo e Mar, Biologia Marinha e Biotecnologia e Engenharia Biológica e Alimentar.

A Escola Superior de Tecnologia do Mar é um estabelecimento de ensino superior de reconhecida valia na formação de quadros superiores nos domínios referidos, assumindo um papel liderante na renovação e na requalificação dos tecidos produtivos regional e sectorial. O sucesso do seu projecto educativo foi, aliás, evidenciado recentemente na 1.ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior, na qual, das 225 vagas postas a concurso pela Escola, apenas 21 vagas, ou seja 10%, não foram preenchidas, tendo-se candidatado a ela 800 alunos. Estes resultados vêm confirmar as conclusões dos estudos que fundamentaram o aparecimento da Escola, designadamente dos estudos feitos pelo Prof. Jorge Gaspar, da Universidade de Lisboa, e pelo Prof. Jorge Arroiteia, da Universidade de Aveiro, também ele ex-Secretário de Estado do Ensino Superior.

Se dúvidas houvesse, pois, relativamente ao sucesso e à viabilidade do projecto educativo da Escola e à sua capacidade para

atrair alunos, elas ficariam dissipadas com os resultados do actual concurso de acesso, no qual o Instituto Politécnico, em que a Escola se insere, ficou situado em terceiro lugar, a nível nacional, apenas atrás da Universidade Técnica de Lisboa e da Universidade do Porto e à frente de Universidades prestigiadas, como a de Coimbra e o próprio Instituto Superior de Agronomia, de onde é originário S. Ex.ª o Sr. Ministro.

Por outro lado, há a localização privilegiada da Escola, junto ao maior porto pesqueiro do País, no centro da fileira do mar, o que, efectivamente, constitui um sinal claro de que se pretende aproveitar todo aquele potencial, e o facto de até a própria comunidade empresarial, em comunicado público recentemente divulgado pela NERLEI, que é a Associação Empresarial da Região de Leiria, a reconhecer como extraordinariamente importante...

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, esgotou o tempo de que dispunha, pelo que lhe peço o favor de terminar.

O Orador: — Então, vou terminar, Sr.ª Presidente.

Sr. Secretário de Estado, face a este cenário e às expectativas criadas, impõe-se perguntar o seguinte: é verdade que o Ministério está a equacionar a transferência ou o encerramento da Escola Superior de Tecnologia do Mar? É intenção do Ministério retirar do PIDDAC para 2003 as verbas respeitantes à cantina e ao edifício pedagógico e biblioteca? Que pensa o Ministério fazer, no que respeita à construção das residências para estudantes — isto, no caso de não serem verdadeiras as duas primeiras questões —, indispensáveis em face da localização da escola e das condições de oferta local de alojamento?

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia (Manuel Fernandes Thomaz): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, os meus cumprimentos a toda a Câmara.

Sr. Deputado José Miguel Medeiros, gostaria de gastar uns momentos iniciais para referir algumas questões de contexto de toda esta problemática, quer relativa à Escola Superior de Tecnologia do Mar, de Peniche, quer à questão que irá ser colocada a seguir. O período de massificação e de crescimento explosivo do ensino superior que se viveu nas duas últimas décadas ou, pelo menos, nos últimos 15 anos não foi propício à aplicação de critérios de qualidade

Sessão de Perguntas ao Governo

exigentes e fomentou mesmo alguma desracionalização do sistema de ensino superior, em termos de localizações e unidades que foram criadas.

A actual contracção que se verifica na procura do ensino superior, designadamente com a quebra de procura que se calcula que, nesta década, vai ser de cerca de 30% de alunos, é a situação ideal, quanto a nós, para apostar, realmente, na qualidade e fazer um esforço para reequilibrar o sistema nas suas diferentes componentes, nomeadamente na distribuição geográfica e nas áreas temáticas.

Por isso, os grandes objectivos do Governo em termos de política do ensino superior e que, recorde, são: uma crescente exigência de qualidade no sistema, em todas as suas componentes; a racionalização dos meios; o fomento de sinergias entre as diferentes unidades no sistema e a criação e a promoção de ligações mais fortes do sistema de ensino superior à sociedade, em particular ao sector produtivo.

Destes grandes objectivos decorrem as linhas de acção que estão desdobradas no Programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano.

Relativamente à Escola de Peniche, quero, para já, confirmar, e com muito gosto, aquilo que disse o Sr. Deputado José Medeiros, no sentido de que, realmente, a Escola tem quatro cursos a funcionar, um dos quais vai começar este ano. Quanto ao curso de Engenharia Naval e Industrial, trata-se de um curso que — e talvez aqui tenha havido razão para algumas suspeições —, por acordo da Escola com o Instituto Superior Técnico, está a ser transferido para o Instituto Superior Técnico, está num processo de transferência dos seus alunos; quanto aos outros cursos, estão relativamente bem, alguns têm uma procura de 100%, outros têm uma procura de 80% ou 90%, o que é bastante bom.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — «No entanto»...

O Orador: — Além disso, verifica-se uma circunstância que é também de realçar, que é o facto de, ao contrário de muitos outros casos, nesta Escola, realmente, não haver duplicação dos cursos que existem ao lado, no Instituto Politécnico de Leiria, ou até na região. Portanto, satisfaz...

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Secretário de Estado, esgotou o tempo de que dispunha e, portanto, peço-lhe que conclua.

O Orador: — Sr.ª Presidente, posso apenas...

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Secretário de Estado, mais tarde, terá a possibilidade de...

O Orador: — Então, nesse caso, Sr. Deputado, responder-lhe-ei mais

tarde à questão dos financiamentos. Peço-lhe desculpa, porque era, talvez, a questão mais importante, mas responderei em seguida.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Medeiros.

O Sr. José Miguel Medeiros (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Secretário de Estado, folgo em saber ou em perceber, pelo menos pelo que ouvi, que V. Ex.ª tem a noção e confirma todos aqueles que foram os pressupostos da minha pergunta no que respeita à qualidade da Escola, pelo que aquela introdução ou aquele preâmbulo, digamos, que V. Ex.ª fez, no início da sua resposta, já está aplicado à Escola Superior de Tecnologia do Mar, uma vez que ela já está qualificada e está perfeitamente entrosada com a comunidade empresarial e regional. E até mesmo o caso que citou, do curso de Engenharia Naval, é a prova da maturidade do próprio Instituto Politécnico, que, por sua iniciativa, tendo consciência de que o curso não tinha conseguido obter sucesso, em termos de captação de alunos, propôs ao Instituto Superior Técnico que os seus alunos fossem transferidos, até porque o próprio curso do Instituto Superior Técnico também só tinha 4 alunos e, portanto, pelo menos, permitiu-se que os 22 alunos que estavam a frequentar a Escola de Peniche tivessem uma formação adequada e em contexto adequado. Portanto, a própria Escola extinguiu esse curso, por reconhecer, pelo menos no momento, a sua inviabilidade.

Nessa medida, reitero a minha pergunta, pois entendo que não pode haver dúvidas — e, neste momento, isso é que é grave —, para os alunos, para as famílias e para a comunidade daquela região, de que aquela Escola é um projecto para continuar. É que, neste momento, qualquer sinal, seja o de que não se faz a cantina, seja o de que não vai haver laboratórios, seja o de que a biblioteca e o edifício pedagógico não avançam, vai deixar no ar a suspeição de que o Ministério da Ciência e do Ensino Superior e, portanto, este Governo não têm a certeza de que aquela é uma boa Escola, o que, naturalmente, não é bom. E se V. Ex.ª lá tivesse um filho não gostaria que isso sucedesse, como eu não gostaria, como ninguém gostaria, para além de que não é legítimo que permitamos que isso aconteça, se, de facto, queremos qualificar, certificar, melhorar. Deste ponto de vista, Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que responda inequivocamente às questões que lhe coloquei.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Batista Santos.

O Sr. Paulo Batista Santos (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, desejo, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, pela forma responsável como trouxe a esta Câmara o ensino superior politécnico, em especial a atenção que revela relativamente

Sessão de Perguntas ao Governo

...

à Escola Superior de Tecnologia do Mar, de Peniche. A minha primeira palavra é, portanto, para o felicitar pela seriedade com que aborda esta matéria e, sobretudo, por reconhecer a relevância dos cursos ministrados na Escola Superior de Tecnologia do Mar, em Peniche, bem como — e parece-me importante que se releve isso — pela importância e pela exigência que coloca, decorrente do Programa do Governo, ao nível do ensino superior politécnico.

Dito isto, Sr. Secretário de Estado, tenho duas questões para lhe colocar, de forma breve.

Em primeiro lugar, pergunto a V. Ex.^ª se não concorda que o caminho fácil agora apontado pela bancada do Partido Socialista, assente na ideia demagógica de que, caso fosse governo, nesta fase, tudo faria, ignora, deliberadamente, aqueles que são os investimentos vultosos previstos e em curso no Instituto Politécnico de Leiria.

Vozes do PS: — Vá ler o PIDDAC!

O Orador: — Também me parece importante questionar V. Ex.^ª, Sr. Secretário de Estado, sobre se não considera indispensável que se avaliem com rigor, em Portugal — e parece que já o anunciou —, as necessidades formativas, bem como que se promova a exigência e o mérito no ensino superior politécnico, dando capacidade a um pilar fundamental do nosso ensino superior.

A Sr.^ª Presidente (Leonor Beleza): — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr.^ª Presidente, Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, nós também aguardamos, com expectativa, a segunda parte da resposta do Sr. Secretário de Estado relativamente às verbas. O Sr. Deputado do PSD já disse que são muito vultosas mas aguardamos pela resposta do Sr. Secretário de Estado relativamente a essa questão.

Para nós, este projecto da Escola Superior de Tecnologia do Mar, de Peniche, é um projecto muito meritório e que deve ser incentivado. E estamos a pensar na importância desta Escola em si mesma, pela formação que ministra a um número considerável de jovens, mas também enquanto elemento muito importante de desenvolvimento e de dinamização da própria região em que se insere. É um projecto feliz e, na medida em que se situa em Peniche e é dirigido para o estudo das ciências e tecnologias ligadas ao mar, deve ser incentivado.

Daí que, do nosso ponto de vista, seja importante que o Governo, qualquer que seja o que estiver em funções, não falte com o apoio e com as verbas necessárias para que este projecto possa ter continuidade e possa desenvolver-se.

Por isso, reiteramos também a pergunta sobre que verbas vão ser incluídas no Orçamento do Estado, no futuro próximo, para que os projectos que estão em curso e perspectivados para aquela

Escola possam ter continuidade.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

A Sr.^ª Presidente (Leonor Beleza): — Para responder ao conjunto dos pedidos de esclarecimento adicionais, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Sr. Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia: — Sr.^ª Presidente, vou, então, concluir a minha resposta à primeira questão e responder também às questões subsequentes.

Quanto aos investimentos que foram solicitados por todo o sistema de ensino superior, só no âmbito do PRODEP, totalizaram cinco vezes a verba que estava disponibilizada no PRODEP. Falando ainda em contos, a verba disponível era de cerca de 300 milhões de contos e a verba solicitada era de cerca de 1500 milhões de contos.

Ora, isto significa que não se pode atender a tudo o que foi solicitado e, em consequência disso, estabeleceram-se critérios — houve que os estabelecer — para seleccionar os projectos que deveriam ser apoiados.

E os critérios que foram estabelecidos, que penso terem toda a razoabilidade, foram os seguintes: em primeiro lugar, os projectos que correspondem a compromissos de candidaturas ao PRODEP III, já aprovadas, com investimentos previstos em 2003; em segundo lugar, obras em curso e concursadas e encargos já assumidos com projectos de execução em curso; áreas de medicina e saúde correspondem também, embora de forma subsequente, a prioridades que foram estabelecidas para financiamentos através do PRODEP.

Posto isto, muitas das instituições que tinham solicitado ou proposto a inscrição nos seus orçamentos de PIDDAC de investimentos para os quais ainda não havia projectos ou, mesmo havendo projectos, não havia concursos nem obras em curso, tiveram de ser proteladas, em face de outras, dada a desproporção entre as disponibilidades e aquilo que era pedido.

Em relação ao Instituto Politécnico de Leiria — e aproveito também para referir já alguns elementos da resposta a dar aos Srs. Deputados Paulo Batista Santos e António Filipe —, realmente, de todos os institutos politécnicos, é aquele que tem a maior verba consignada no PRODEP para 2003: quase o dobro da do seguinte e mais do que a da maior parte das universidades.

Protestos do Deputado do PS Osvaldo Castro.

Isto não é, digamos, uma razão para usar contra o Instituto Politécnico de Leiria; é, sim, uma indicação e até um louvor ao Instituto Politécnico de Leiria, que, segundo tenho ouvido dizer, tem processos de concursamento, de projecto, etc., tão rápidos que, em 2003, teria capacidade para ir mais adiante do que os outros.

Sendo assim, e não obstante o facto de o Instituto Politécnico de Leiria

Sessão de Perguntas ao Governo

...

ter, realmente, uma verba de mais de 5,7 milhões de euros — mais do dobro da de qualquer outro instituto politécnico —, o que é facto é que a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche, por não ter obras nas circunstâncias dos critérios que atrás defini, não vai poder beneficiar de verbas do PRODEP em 2003.

Isto não significa, Sr. Deputado, que o Governo não tenha reconhecido, como acabei de fazer, que esta Escola está a corresponder a um anseio, quer da população em geral quer da região. Por outro lado, não quer dizer também que não haja que fazer alguma análise de reformulação dos objectivos e das áreas de estudo, na medida em que a Escola Superior de Tecnologia do Mar começa a ter pouco que ver com o mar, pois os cursos de Engenharia Naval e Industrial, que eram as áreas que lhe davam mais personalidade como escola do mar, estão a ser desactivados para passarem para o instituto politécnico.

Embora tenha cursos de Engenharia Biológica, de Turismo e Mar...

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Tem cursos de Pesca e de Gestão Portuária!

O Orador: — Não tem curso nem de pesca nem de gestão portuária, Sr. Deputado! Tenho aqui todos os elementos relativos a esta matéria!!

Os cursos que tem são os seguintes: Engenharia Biológica e Alimentar, que vai começar este ano; Biologia Marinha e Biotecnologia, que já existia; Turismo e Mar; e Gestão Turística e Hoteleira. Portanto, não se trata de cursos muito específicos do mar, o que não quer dizer que a Escola, eventualmente, usando a sua criatividade e verificando a oportunidade de emprego e a relevância social de áreas de formação, não venha a ter outros cursos. O que digo é que esta Escola precisa de repensar a sua vocação, não para acabar com os cursos que existem mas, se calhar, para ganhar mais vocação naquilo que a define.

Além disso, gostava de dizer que a outra razão para não ser possível atribuir a essa Escola as verbas solicitadas está em as mesmas corresponderem a cerca de 10 milhões de euros, incluindo a cantina.

O Sr. José Miguel Medeiros (PS): — Isso são 2 milhões de contos!

O Orador: — Não podemos estar a dar 10 milhões de euros para aqui, 10 milhões de euros para ali..., porque realmente não existem!

Protestos do Deputado do PS Osvaldo Castro.

Portanto, como os critérios definidos foram os que acabei de enunciar, ou seja, respeitar os compromissos que existem quanto a obras em curso e dar continuidade àquelas obras que têm algum componente de PRODEP III, é evidente que alguma coisa ficou para trás. No entanto, temos esperança de que a partir de 2004 seja possível trazer à Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche

aquilo que a mesma, de acordo com a evidência, parece merecer. É esta a posição que fica. Não é uma promessa firme mas, sim, uma declaração de intenção, pois há o reconhecimento da relevância que esta Escola está a ter. Em consequência disso, escusam de estar com as suspeições, como já apareceu publicado nos jornais, de que vai haver encerramento da Escola, que esta vai ser desactivada ou extinta, porque isso, se calhar, tem que ver com o curso de Engenharia Naval. São coisas que as pessoas começam a misturar para defender determinados aspectos críticos.

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — O Sr. Secretário de Estado devia lá ir para evitar ter um problema de segurança, que lá vai ter!

O Sr. José Miguel Medeiros (PS): — A cantina estava prevista em PIDDAC !

O Orador: — No que respeita à questão sobre o desenvolvimento da região, colocada pelo Sr. Deputado António Filipe, é evidente que uma escola superior politécnica, e uma Universidade mais ainda, pode ser um elemento importante para catalisar o desenvolvimento de uma região — é evidente que sim! —, mas é preciso também não esquecer que esse desenvolvimento da região só é verdadeiramente catalisado se essa escola for uma verdadeira escola superior, ou seja, uma escola em que há que investir muito.

Em primeiro lugar, há que investir em termos humanos. A formação, em pós-graduação, de um professor de uma escola destas — e o número de professores desta Escola ainda é deficiente em relação aos rácios que devem ter estas escolas — leva muitos anos. Os investimentos em termos de edifícios, de laboratórios e de condições são avultados, e as áreas de formação também não podem ser quaisquer umas.

Tudo isto quer dizer que a escola só satisfaz o objectivo, perfeitamente louvável, de ser um catalisador de desenvolvimento da região se for uma verdadeira escola de ensino e formação superior, com a investigação correspondente. Isso é muito dispendioso!

O Sr. José Miguel Medeiros (PS): — A escola tem três anos!

O Orador: — É porque não podemos transigir com os aspectos de qualidade que não podemos estar a distribuir o dinheiro, aos tostóezinhos, por aqui e por ali, dizendo que há escolas e que todas as escolas têm de ter dinheiro, quando já sabemos que não estamos a promover a qualidade e estamos a falhar no objectivo do desenvolvimento das regiões e daquilo que as escolas representam.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, antes de passarmos à pergunta seguinte, quero informar a Câmara de que a ordem das sexta e sétima perguntas, dirigidas ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, vai ser alterada, a pedido do PCP e com o acordo do Governo e de Os Verdes.

ESTM recebe apoios

Ao longo das últimas semanas várias entidades da zona de Leiria e da região Oeste têm manifestado publicamente a sua solidariedade para com o Instituto Politécnico de Leiria, na batalha que tem travado para manter viva a Escola Superior de Tecnologia do Mar, em Peniche.

A AIP (Associação Industrial Portuguesa), alertada para a situação da ESTM pela NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria), fez chegar ao Ministro da Ciência e do Ensino Superior a seguinte mensagem:

*“Excelência,
No início dos idos anos de 80, a Associação Industrial Portuguesa, a que tenho a honra de presidir, implementou uma estratégia de descentralização associativa criando, nos Distritos onde não existiam referências associativas, os então NER(s) – Núcleos Empresariais Regionais, hoje Associações Empresariais absolutamente autónomas, com as quais mantemos o melhor relacionamento. O trabalho desenvolvido por estas Associações Empresariais Regionais a nível da congregação da comunidade empresarial e do seu envolvimento com as forças vivas das regiões (Associações Sectoriais; Instituições de Ensino e Desenvolvimento; Câmaras Municipais; etc.; etc.) tem sido, a todos os títulos, notável, afirmando-se parceiros incontornáveis na implementação das medidas que visem o desenvolvimento sustentado da Região em que se inserem.*

É o caso, sem qualquer sombra de dúvida, da NERLEI e do Conselho Empresarial da Região de Leiria, que ajudou a criar e que, em estreita ligação com as forças vivas da região, tanto têm pugnado – com significativos êxitos- pelo desenvolvimento da Região.

Por isso foi com grande preocupação que registaram a intenção do Governo de retirar do PIDDAC as verbas destinadas à ESTM – Escola Superior de Tecnologia do Mar, projecto integrado na estratégia de crescimento do Instituto Politécnico de Leiria e que tantas expectativas havia criado dada a sua relevância a nível económico e social da Região.

Esta preocupação resulta acrescida quando, como publicamente se reconhece, a educação/formação são preocupações fundamentais para sustentar a intervenção de um País que se pretende próximo dos seus principais parceiros europeus, lo-

go as restrições financeiras que as circunstâncias impõem, não deverão constituir factor de suporte à inversão das prioridades.

Não será, de facto, fácil gerir o sentimento de tanta e tão boa gente que, a confirmar-se a referida intenção, se sentirá no mínimo defraudada nas suas aspirações e expectativas.

Por tudo isto e porque tenho sido, desde sempre, um acérrimo defensor das intervenções que visem a minimização das assimetrias existentes no nosso país, estou certo que Vossa Excelência não deixará de reequacionar o processo e de decidir da forma que melhor sirva os interesses do País, na esperança que coincida com as naturais expectativas das populações visadas.”

Também o Presidente da Região de Turismo do Oeste, António Carneiro, se encontra solidário com a causa da ESTM e manifestou-o junto do director da Escola, do Ministro da Economia e do Secretário de Estado do Turismo:

“Tendo-me sido enviada cópia do “manifesto da Comunidade Regional e Local”, sobre a situação em que se encontra o desenvolvimento do vosso projecto, cumpre-me manifestar todo o apoio às iniciativas em defesa de tão significativo investimento. Investimento que, pela sua repercussão económica e social, se considera imprescindível para a sustentabilidade do crescimento da Região Oeste, em áreas tão marcantes como a pesca e o Turismo.

Nesse sentido, tomei a liberdade de oficiar aos Senhores Ministros da Economia e Secretário de Estado do Turismo”.

Junto da direcção da ESTM, também a administração do Grupo de Empresas Plástimar deu a conhecer o seu apoio a todas as acções que forem desencadeadas em prol daquela Escola:

*“Exmo. Senhor,
Em virtude do signatário não poder estar presente na reunião a efectuar no próximo dia 18.09.2002, sobre a manutenção da ESTM, em Peniche, manifesta a V. Exa. toda a solidariedade nas acções a empreender a favor da continuação da escola, visto que o futuro da região depende em muito da formação académica.”*

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche

Instalações actuais

Condições de habitabilidade e segurança

1 - Introdução

Pretende-se com este relatório caracterizar as condições de instalação e funcionamento da Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche do Instituto Politécnico de Leiria e sua adequação às normas e regulamentos em vigor.

Tendo em conta o tipo de utilização (edifício escolar), a análise a efectuar terá em conta a regulamentação específica aplicável, bem como a legislação e regulamentação geral de utilização de edifícios, com especial incidência para os aspectos de acessibilidades, segurança e conforto.

2 - Caracterização geral das instalações

A Escola Superior de Tecnologia do Mar, com uma população escolar, no ano 2000/2001, de cerca de 550 alunos, dispõe de 40 professores e 5 funcionários administrativos.

Desenvolve todas as suas actividades com base em dois blocos, A e B, cujas características construtivas, para além de inadequadas ao desenvolvimento pleno das actividades comuns à Escola, podem considerar-se de baixa qualidade.

Assim, e analisando apenas os componentes físicos visíveis, temos:

- paredes - construídas na quase totalidade em alvenaria de tijolo com um único pano, rebocadas a areado fino;
- pavimentos - em mosaico cerâmico, linóleos e/ou vinílico;
- tectos - rebocados a areado fino na sua maioria;
- vãos exteriores - em alumínio ou em madeira com vidro simples;
- coberturas - em telha assente sobre ripado de madeira ou de betão (galeria envolvente à cozinha) com inclinações reduzidas face às necessidades de escoamento.

De um modo geral, todos os elementos construtivos, para além da baixa qualidade, apresentam um grau de degradação acentuado, com irregularidades várias ao nível de pavimentos, fissuramentos, existência de humidades e fungos inerentes, etc.

No bloco B, face a intervenções recentes para criação de novas salas, o edifício apresenta condições gerais um pouco melhoradas.

De um modo geral, as acessibilidades são más, dificultando a boa circulação dos utentes e constituindo, em algumas situações, obstrução aos circuitos normais de funcionamento.

Todas as zonas destinadas aos estudantes (actividades e convívio) são de má construção, encontrando-se algumas das áreas muito deterioradas - caso da sala onde funciona a Associação de

Estudantes e a papelaria/reprografia.

Refira-se ainda a acessibilidade ao 1.º piso do bloco A, a qual é feita através de escada exterior, com cerca de 1 100 mm de largura, de inclinação acentuada e sem qualquer acabamento antiderapante. Esta escada constitui a única acessibilidade a este piso, no qual funcionam:

- área de Direcção/gabinetes de professores;
- sala de reuniões;
- biblioteca;
- serviços administrativos;
- 1 sala de aulas;
- 2 salas de informática.

3 - Condições de conforto e segurança

Após análise de todos os circuitos de funcionamento e das condições existentes em cada um dos espaços funcionais que constituem a escola conclui-se que, de uma forma geral, os mesmos apresentam as seguintes deficiências graves:

- níveis de iluminação quer natural, que artificial, muito baixos;
- instalações eléctricas de apoio com poucas tomadas, obrigando à utilização generalizada de triplas de ligação com todos os inconvenientes a isso inerentes;
- quadros eléctricos desajustados às necessidades de utilização, alguns dos quais em mau estado de conservação;
- paredes e tectos de construção muito ligeira, sem quaisquer protecções térmicas e acústicas, apresentando, em muitos casos, fissurações múltiplas e um grau de humidade elevado;
- vãos de portas e janelas de má qualidade geral, sendo os envidraçados em vidro simples e sem qualquer elemento de protecção;
- pavimentos danificados e com irregularidades acentuadas;
- inexistência de caminhos para deficientes, tornando inacessível aos mesmos, e por meios próprios, uma grande parte dos espaços funcionais (1.º. Piso do bloco A; salas de aula do bloco B, etc.);
- falta de ventilação na grande maioria dos espaços funcionais;
- inexistência de sistemas de aquecimento, constituindo uma situação agravada face aos graus de humidade verificados;
- inexistência de saídas de emergência para a maioria dos espaços;
- inexistência de sistemas de combate a incêndios (rede de

incêndios) com a agravante de possuir más acessibilidades para intervenção dos bombeiros;

- inexistência de protecção contra descargas atmosféricas. Salienta-se ainda, e de uma forma particularizada em espaços vitais de utilização, a necessidade de intervenção urgente nas seguintes zonas ou dependências:
- revisão geral dos QEs e respectivo equipamento de protecção;
- reformulação completa do sistema de iluminação nas salas de aula, laboratórios, salas de informática, etc, por forma a serem garantidas, no máximo 300/500 lux/m², conforme indicações regulamentares;
- implementação de acessibilidades para deficientes a todas as zonas do edifício e conseqüente eliminação de barreiras arquitectónicas;
- instalação de sinalização de emergência e implementação de bolsas de fuga para incêndio;
- intervenção geral ao nível dos pavimentos das salas de aula do rés-do-chão do bloco A;
- substituição do pavimento da zona da cozinha com aplicação de materiais antiderrapantes;
- ventilação da cozinha, por forma a garantir os níveis de renovação aconselháveis (mínimo 12 ren/h);
- criação de zona de preparação de tubérculos fisicamente separada das restantes zonas (conforme directivas europeias);
- ventilação do refeitório e eliminação de tubagem de águas residuais da cozinha que corre à vista naquele;
- sistemas de aquecimento ambiente para todos os espaços dos dois blocos;

- Laboratório de Física:

- deverá ser revista a iluminação;
- deverá existir tratamento de ar ambiente e desumidificação face às necessidades do controlo de humidade necessária à fiabilidade e bom funcionamento dos equipamentos;
- deverá ser revisto o controlo, detecção e alarme contra a intrusão;
- deverá ser dotado de meios de protecção contra incêndios, bem como detecção e alarme;

- Laboratório de Química:

- encontra-se na mesma situação do Laboratório de Física, sendo que, pelos produtos armazenados, obrigará a maiores precauções quanto a sistemas de protecção e alarme;
- deverá ser dotado de zona independente para o armazenamento de inflamáveis;
- deverá existir um ou mais sistemas lava-olhos;
- deverá existir porta de emergência;
- toda a instalação eléctrica deverá possuir equipamentos antideflagrantes

- Laboratório de Biologia e Biotecnologia:

- iluminação desadequada;
- falta de ventilação;
- falta de aquecimento;
- falta de detecção e alarme de incêndio;

- instalação eléctrica desajustada às necessidades e com falta de protecções;
- inexistência de QE independente;
- falta de sinalização de emergência;
- embora seja dotado de duas portas com ligação directa ao exterior, podendo servir como saídas de emergência e/ou ataque a eventual incêndio, as zonas exteriores necessitam de tratamento adequado;

- Associação de Estudantes:

- sem quaisquer condições de habitabilidade e segurança, quer pela área de que dispõe, quer pelas características construtivas e de instalação;
- não dispõe de detecção e alarme de incêndio;
- não dispõe de meios de combate a incêndio;
- iluminação desadequada;
- falta de ventilação e aquecimento;
- não existe acessibilidade para deficientes;

- Papelaria/reprografia:

- sem detecção e alarme de incêndio;
- sem acessibilidade a deficientes;
- sem saída de emergência;
- a existência de tectos em madeira constitui agravamento de risco de incêndio;
- sem ventilação adequada;

- Combustíveis:

- o armazenamento do gás para alimentação aos equipamentos de queima da cozinha é feito em cabina de garrafas, instalada no vão coberto (galeria) que serve de acesso principal ao refeitório, cozinha e salas de aula do bloco B, contrariando as normas e regulamentos em vigor. Todos os vãos exteriores destas galerias têm cobertura em telha assente sobre ripado de betão, apresentando-se as ripas muito fissuradas e com sinais de insegurança evidente.

4 - Conclusão

Face ao levantamento local com vista ao relatório de auditoria, facilmente se conclui pela falta de condições para o normal desenvolvimento dos trabalhos escolares, sendo de salientar como graves e antiregulamentares as condições existentes.

Assim, e para além das anomalias relativas a aspectos menos relevantes como sejam os índices de iluminação e a falta de ventilação em diversas zonas de grande ocupação, salienta-se o incumprimento do "Regulamento de segurança contra incêndios em edifícios escolares" (decreto-lei n.º 414/98), da legislação quanto à abolição de barreiras arquitectónicas e acessibilidades, a protecção contra descargas atmosféricas e ainda as recomendações sobre conforto ambiente.

Coimbra, 23 de Outubro de 2002

Os auditores,

MECH, Engenheiros Associados, Lda

Lúis Filipe de Carvalho Homem, Engenheiro Mecânico

Maria Emília de Carvalho Homem, Engenheira Civil

Rui Campos, Engenheiro Electrotécnico

Nota à Imprensa

Instalações da Escola Superior de Tecnologia do Mar (ESTM)

No passado dia 1 de Outubro foi entregue na Assembleia da República a proposta de Orçamento para 2003.

O Instituto Politécnico de Leiria (IPL) constatou que não foram, efectivamente, inscritas no PIDDAC 2003 as verbas que estavam previstas no OE de 2002 destinadas à construção da Cantina e do Edifício Pedagógico da ESTM, entre outras.

Durante o passado mês de Setembro o IPL ouviu e procurou sensibilizar a sociedade civil da região para a importância da construção das instalações definitivas da ESTM, reuniu com os dirigentes das Comissões Distritais dos três partidos com assento parlamentar e fê-lo, quanto a estes, antes de tomar qualquer iniciativa pública, solicitando o seu apoio e informando com pormenor quais as diligências que iria desenvolver. Recentemente, quer na Assembleia da República, quer em entrevista

a um órgão de comunicação social o Senhor Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia reconheceu a importância da ESTM, a relevância social dos seus cursos e afirmou que a não inscrição em PIDDAC se devia exclusivamente a dificuldades orçamentais, situação que se deveria alterar para 2004, dizendo, embora, que não se tratava de uma promessa firme mas de uma declaração de intenção.

Tendo a Proposta de Lei do OE 2003 sido entregue na Assembleia da República entende o IPL:

- a) Lamentar a não inscrição no PIDDAC 2003 das verbas necessárias para o início da construção da Cantina e Edifício Pedagógico da ESTM;
- b) Considerar que sobre esta matéria se esgotou, por agora, a sua intervenção, cabendo agora aos partidos com assento parlamentar tomar por acção, ou por omissão, as iniciativas que

julguem adequadas;

- c) Em consequência, abster-se, igualmente por agora, de quaisquer outras iniciativas ou tomadas de posição públicas sobre a matéria contribuindo, assim, para que não possa haver qualquer aproveitamento ou desculpa partidária em relação às justas posições que o IPL entendeu dever defender;
- d) O IPL agradece aos autarcas, associações empresariais, empresários e demais instituições e individualidades da região, à comunicação social e à comunidade académica do IPL a atenção e o apoio que concederam à consolidação do projecto educativo da ESTM.

IPL, 9 de Outubro de 2003

O Presidente,

**Luciano Rodrigues
de Almeida**

Biologia Marinha e Biotecnologia

Licenciatura (B + L)

OBJECTIVOS DO CURSO

Formar técnicos qualificados capazes de exercer funções nas áreas da pesca, aquacultura e indústria alimentar, avaliando os impactos ambientais e técnicas de protecção do ambiente.

SAÍDAS PROFISSIONAIS

- . Instituições ligadas à pesca
- . Sector de produção de empresas de conservação e transformação alimentar
- . Sector da qualidade na indústria alimentar
- . Laboratórios de análise de produtos alimentares
- . Empresas de aquacultura

Engenharia Biológica e Alimentar

Licenciatura (B + L)

OBJECTIVOS DO CURSO

Formar técnicos qualificados na área das indústrias alimentares capazes de identificar, analisar e pesquisar os mercados, de criar novos produtos e de os colocar no mercado de acordo com as normas de qualidade dos alimentos e do ambiente.

SAÍDAS PROFISSIONAIS

- . Direcção de produção
- . Gestor de pequena empresa própria
- . Quadro técnico da administração pública
- . Controlador de qualidade
- . Responsável do aprovisionamento
- . Investigação e ensino

Gestão Turística e Hoteleira

Licenciatura (B + L)

OBJECTIVOS DO CURSO

Formar técnicos qualificados para exercer funções em áreas ligadas ao turismo, com destaque para a hotelaria, a restauração e a animação turística, atendendo ao contexto regional em que se insere.

SAÍDAS PROFISSIONAIS

- . Director de hotel
- . Director de restaurante
- . Responsável por empresa marítimo-turística
- . Quadro de sector do turismo de uma autarquia

Turismo e Mar

Licenciatura (B + L)

OBJECTIVOS DO CURSO

Formar técnicos qualificados capazes de identificar os movimentos turísticos e suas tendências e intervir nos processos de desenvolvimento local e regional, garantindo o aproveitamento e preservação do ambiente e do património natural.

SAÍDAS PROFISSIONAIS

- . Instituições ligadas ao turismo
- . Autarquias
- . Agências de viagens e operadores turísticos
- . Empresas de animação turística, hotelaria (recepção e animação)

ESTM Peniche

Santuário Nossa Senhora dos Remédios - Estrada dos Remédios - Apartado 126 - 2524-909 Peniche . Portugal
Tel.: +351 262 783 607 - Fax: +351 262 783 088 - E-mail: estm@estm.ipt - www.estm.ipt

Vagas, candidatos e lições para o futuro

A ESEL é, como todos sabem, uma escola originariamente criada para promover cursos de formação de professores e educadores de infância. No entanto, há já uma década que se começaram a introduzir ofertas de formação de áreas que, embora mantendo alguma transversalidade com a educação, visam a formação de profissionais habilitados para actividades profissionais de sectores bem distintos dos da matriz original.

Esta tendência, a princípio seguida com alguma timidez, acentuou-se nos últimos anos a ponto de, no último concurso para acesso ao ensino superior, a oferta de vagas nos cursos de educação ter sido inferior à dos outros cursos, respectivamente, 155 e 160 vagas.

O acerto na opção de diversificar a oferta de cursos fora da área da formação de professores é confirmado pela procura. Na área dos cursos de educação, para 155 vagas concorreram 869 candidatos (rácio 5.6); nos restantes cursos para 160 vagas concorreram 1989 candidatos (rácio 12.4). O novo curso de Serviço Social foi procurado por 849 candidatos (rácio 21.2).

No entanto, na área da educação é necessário proceder a uma análise mais fina pois é muito diferente a situação dos cursos de Ensino Básico - 1.º Ciclo, 30 vagas e 253 candidatos (rácio 8.4) e Educação de Infância 30 vagas e 385 candidatos (rácio 12.8) da dos cursos das variantes do 2.º ciclo onde a procura é muito inferior. Em Educação Física 25 vagas - 109 candidatos (rácio 4.4), em Educação Musical 20 vagas - 37 candidatos (rácio 1.9), em Matemática-Ciências da Natureza 25 vagas - 57 candidatos (rácio 2.3), em Português-Inglês 25 vagas - 28 candidatos (rácio 1.1).

Feitas as colocações, a diminuição drástica da procura das variantes do 2.º ciclo foi amplamente confirmada. Nenhum destes cursos logrou preencher todas as vagas disponíveis e nalguns casos o número de colocados é muito diminuto. Educação Física 23 colocados, Educação Musical 9 colocados, Matemática-Ciências da Natureza



José Manuel Silva

Presidente do Conselho Directivo da ESE-Leiria

17 colocados, Português-Inglês 10 colocados. Nos restantes cursos todas as vagas foram preenchidas.

Independentemente do que vier a acontecer na 2.ª fase das colocações, e eventualmente numa terceira, onde ainda podem ser ocupadas vagas sobranes que permitam equilibrar o quadro apresentado, é evidente que, analisando a situação apenas do ponto de vista da procura, ressalta que existem candidatos em grande número para os cursos de Educação de Infância e Ensino Básico 1.º ciclo, bem como para os que não são da área da formação de professores, sendo diminuta a procura para os cursos das variantes do 2.º ciclo.

Quanto às notas dos alunos colocados, tomando como referência o último entrado por cada curso, situam-se entre 99,0 em Educação Física e 152,8 em Serviço Social. Em todos os cursos a maioria dos colocados é oriunda do distrito de Leiria. Conforme os cursos, Aveiro, Coimbra e Santarém são distritos de origem de percentagens significativas de alunos.

A feminilização do conjunto dos colocados é evidente - 77% são mulheres, registando-se 3 cursos onde não foi colocado um único homem - Educação de Infância, Ensino Básico - 1.º ciclo e Matemática-Ciências da Natureza. Educação Física é o único curso onde a percentagem de homens (86%) supera a de mulheres.

Quanto a preferências, foram colocados em 1.ª opção 78% - Educação Musical, 73% - Turismo, 71% - Serviço Social, 64% -

Educação de Infância, 50% - Matemática-Ciências da Natureza, 43% - Comunicação Social e Educação Multimédia, 40% - Relações Humanas e Comunicação no Trabalho, 38% - Ensino Básico-1.º ciclo, 34% - Português-Inglês e 29% Educação Física.

Esta é uma radiografia possível dos alunos colocados em 1.ª fase. É necessário ponderar com atenção nestes dados, conjugá-los com os que resultarem das fases seguintes de colocações, enquadrá-los com as necessidades e tendências do mercado, analisar os impactos orçamentais decorrentes desta contingência de vagas e diminuição sectorial da procura e tirar as ilações convenientes.

O rumo traçado para a evolução da ESE mostra-se genericamente correcto, mas não dispensa a adopção de medidas complementares que nos coloquem ainda mais em linha com a realidade do País.

Sendo certo que mais do que os números, ou mesmo do que os cifrões, o que conta são as pessoas, é conveniente que se seja realista e que não se deixe a terceiros o que nós próprios temos obrigação de fazer. Assegurar o futuro da escola é o que nos compete, mantendo o essencial da matriz original, mas fazendo evoluir a estrutura organizacional e as ofertas de formação no sentido de corresponder às novas exigências da sociedade, à necessidade de rentabilizar os investimentos públicos que nos suportam e à busca permanente para melhorar a qualidade da formação que ministramos.

Ricardo Vieira recebeu Prémio Rui Grácio 2000

“Não há um perfil ideal de professor”

“Histórias de Vida e Identidades: Professores e Interculturalidade” podia ser apenas mais um livro sobre professores, uma reprodução de ideias, mais um ensaio para encher a cota das Ciências da Educação de qualquer biblioteca escolar. Mas não é. É um livro recomendado nalgumas disciplinas dos cursos de Ciências Sociais e de Ciências da Educação, considerado um “valioso contributo para o incremento das Ciências da Educação em Portugal” e o vencedor do Prémio Rui Grácio 2000, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Soma-se a estas características, a particularidade de ter sido escrito por Ricardo Vieira, professor da Escola Superior de Educação de Leiria. O livro nasceu da tese de doutoramento “Educação, Tradição e Mudança: Histórias de Vida, Práticas e Representações Sociais” e foi publicado em 1999, pelas Edições Afrontamento. Na obra, Ricardo Vieira propõe o “esboço dum modelo alternativo de formação de docentes, que passa justamente por uma auto-reflexão biográfica, pelo estimular do método comparativo, como forma de relativizar a conduta e as atitudes”. No estudo, o autor partiu do princípio de que “o professor é, antes de profissional de ensino, uma pessoa”. Significa isto que “a infância vivida, o aluno que se foi, o amigo que se é no dia a dia, são fundamentais no modo de ser, no modo de ser jovem, de ser adulto, de ser profissional” e que o professor “é uma síntese das apropriações culturais, relacionais, afectivas e emotivas desses espaços e tempos que a memória guarda”.

Por tudo isto, quando Ricardo Vieira se lançou no estudo das histórias de vida de nove professores – nas suas infâncias, dilemas, encruzilhadas, sucessos e in-



sucessos na escola da vida e na vida da escola – a intenção não era “tanto de procurar quem lhes ensinou o *métier*, mas mais de perceber o contexto e o processo da aprendizagem da sensibilidade, dos valores e dessa técnica de conseguir entrar no mundo do outro, quer seja o

aluno, o pai, a mãe ou outros, para assim conseguir agir significativamente para eles e ser um agente intercultural”.

Além desta forma diferente de encarar a actividade docente, o trabalho de Ricardo Vieira tem o mérito de romper com o instituído, num tom próximo da provocação. Parece-lhe, por vezes, “haver uma manipulação para a não mudança de práticas, isto por parte de um considerável número de professores”. Por outro lado, escreve, “a instituição ministerial legisla mas não desmonta os inconvenientes do modelo anterior e as vantagens do agora proposto; não incentiva, não motiva, não forma; não tem recursos”. Segundo o autor, para mudar a escola é preciso mudar as práticas e quem constrói as práticas são os professores. De pouco valem as reformas e as pilhas de legislação que as enformam se os professores não forem inquietos, improvisadores e criadores de novas formas de estar na escola. É que, não havendo perfis ideais para o desempenho da profissão, Ricardo Vieira aponta a flexibilidade e versatilidade como qualidades desejáveis.

Currículo

Ricardo Manuel das Neves Vieira é natural da localidade de Albergaria dos Doze, concelho de Pombal. É licenciado em Antropologia, mestre em Antropologia Social e em Sociologia da Cultura e doutorou-se também em Antropologia Social. Na ESE, foi presidente da Assembleia de Representantes, é Professor Coordenador do Departamento de Ciências Sociais, membro do Conselho Científico e presidente do Conselho Pedagógico. Foi ainda professor convidado da Universidade de Aveiro, no Departamento de Comunicação e Arte, e colabora, actualmente, com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, no Mestrado em Ciências da Educação. Entre livros e artigos científicos já publicou mais de duas dezenas e prepara-se para engrossar a lista com: “Metodologias Etnográficas em Ciências Sociais”, um livro colectivo, e “Ler, Telever e Pensar: o professor e o aluno na sociedade de informação” ambos no prelo.

ESEL lidera projecto

Uso Educativo da Internet nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico



No quadro do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal, a Escola Superior de Educação de Leiria celebrou

com o antigo Ministério da Ciência e da Tecnologia um protocolo de colaboração, mediante o qual ficou responsável, no distrito, pela coordenação do projecto "Uso Educativo da Internet nas Escolas

do 1.º Ciclo do Ensino Básico", que visa fomentar a utilização educativa da Internet por professores e alunos.

A relação de proximidade entre os profissionais das ciências da educação e as escolas do 1.º ciclo torna, naturalmente, as Escolas Superiores de Educação num precioso parceiro para a transformação qualitativa da Escola, neste novo contexto, proporcionado pelas tecnologias da informação.

Assim, no âmbito deste projecto, estão a ser realizadas acções de acompanha-

mento que pretendem dotar cada escola EB1 de capacidades próprias para produzir uma página Web e promover e certificar a aquisição de competências básicas em tecnologias de informação pelos professores e alunos, designadamente os que concluem o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Um total de 565 escolas vão ser acompanhadas por cerca de 32 monitores que se irão deslocar por todo o distrito de Leiria durante o decorrer do presente ano lectivo.

Integrar as Escolas Públicas nas novas TIC

Conferências "ligam" professores à Internet

Como ponto de partida para o lançamento do projecto "A Internet nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico" (também designado por PR@NET), realizaram-se no dia 11 de Setembro, no auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, um conjunto de conferências e exposições com o objectivo de sensibilizar os professores para a importância das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), enquanto meios pedagógicos e didácticos de aprendizagem para os alunos.

Numa assistência que ultrapassava as 500 pessoas, os professores assistiram e debateram temas relacionados com a aprendizagem na Web, a integração didáctica das TIC no 1.º CEB através do programa "HyperStudio" e a segurança na Internet.

Esta iniciativa contou com a participação da Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa (UARTE), da Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), do Prof. Doutor Paulo Dias (Universidade de Aveiro), do Prof. Doutor António Moreira (Universidade do Minho) e do Professor Mark Daubney (ESEL).



A Internet em Ateliers

No contexto das conferências foram criados quatro ateliers temáticos nos quais os professores puderam interagir com as potencialidades da Internet:

E-mail: Criação de endereços de e-mail e envio de mensagens electrónicas.

Pesquisar na Internet: Descoberta da Internet enquanto potencialidade para a sala de aula.

Trocas com o Estrangeiro: Contacto com escolas de outros países e conversações "online".

As Expressões na Internet: Consulta de actividades expressivas para aplicação na sala de aula.

Algumas editoras também estiveram presentes na iniciativa, colocando em exposição diversos livros e materiais temáticos relacionados com a utilização da Internet nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Curso de Pós-Graduação

Comunicação e Marketing

A Escola Superior de Educação de Leiria está a promover um curso de Pós-Graduação em Comunicação e Marketing dirigido a licenciados em geral, que pretendam obter uma formação adequada e actualizada nestas áreas, bem como aos licenciados em gestão, marketing e comunicação que pretendam desenvolver os seus conhecimentos. Esta pós-graduação pode também ser frequentada por não licenciados que demonstrem uma elevada experiência profissional nestas áreas. O curso também está formatado para ser frequentado por gestores de topo e demais directores de empresas e organizações, que directa ou indirectamente tenham um papel activo na definição e implementação das actividades de comunicação e marketing.

O curso tem a duração de 220 horas, repartidas por oito disciplinas, e o início prevê-se para o dia 15 de Novembro com a realização de uma Aula Aberta. As aulas irão decorrer em horário pós-laboral à sexta-feira e sábado de manhã.

Comunicação e Marketing na Gestão das Organizações; Planeamento Regional e Marketing Territorial; Marketing Político e Autárquico; Relações Públicas e Assessoria de Imprensa; Comunicação



e Marketing Electrónico no contexto da Nova Economia; Marketing Social e de Organizações Sem Fins Lucrativos; Indústrias da Comunicação e Marketing Ambiental e Promoção de Produtos Turísticos serão as disciplinas do curso. O corpo docente é constituído por profissionais do sector e por professores da área da Comunicação e Marketing de elevado prestígio. Para esse efeito, a ESEL estabeleceu acordos de cooperação com professores de várias universidades e profissionais de empresas com responsabilidade de direcção na área da

Comunicação e Marketing.

Este curso de Pós-Graduação visa contribuir para a formação de quadros qualificados e para o aperfeiçoamento de estratégias de comunicação e marketing nas empresas, organizações e instituições regionais.

A direcção científica desta Pós-Graduação é assegurada pelo Prof. Doutor Luís Barbeiro, Director do Curso de Comunicação Social e Educação Multimédia da ESEL, e pelo Mestre Paulo Faustino, Director do Centro de Estudos em Ciências da Comunicação da Universidade Independente.

Novo curso de formação inicial

Licenciatura Bietápica em Serviço Social

Já teve início na Escola Superior de Educação o novo curso de formação inicial em Serviço Social. Trata-se de um curso de licenciatura bietápica (bacharelato + licenciatura) que tem por objectivo formar assistentes sociais com capacidades para actuar ao nível das realida-

des e problemas sociais mais prementes, tendo como universo privilegiado o indivíduo/grupo de risco.

Para este ano lectivo foram propostas, na primeira fase do concurso de acesso ao ensino superior, um total de 40 vagas, para as quais concorreram 847 alunos. A

nota do último colocado foi de 152,8 (na escala de 0 a 200).

Como saídas profissionais os bacharéis e licenciados deste curso poderão exercer funções em organismos e instituições de intervenção social, autarquias e instituições particulares de solidariedade social.

ESEL em obras

Novo Edifício e Remodelações

Já se encontra em fase de conclusão a construção do novo bloco de salas de aula da Escola Superior de Educação. Em fase de acabamento estão 12 salas de aula, com uma capacidade total de 534 alunos, distribuídas por dois pisos. Este novo edifício localiza-se ao lado das instalações centrais e possui uma área total de 1.557 m².

Para além das salas de aula, existe também um auditório, com 212 lugares, onde a Escola poderá realizar as diversas iniciativas que tem sido hábito promover.

A principal razão do novo bloco de salas é a concentração dos alunos num só local, evitando, assim, a sua deslocação para o Convento de Santo Estevão.

A colocação de um piso novo no ginásio da ESEL é outra das obras que agora termina. Num período que decorreu entre Julho e Outubro, foi substituído o antigo piso, que já manifestava alguma degradação,



por um novo em madeira mais resistente e de melhor qualidade.

Por forma a responder a algumas das necessidades do curso de Comunicação Social e Educação Multimédia está também projectada a remodelação da actual sala

de visionamento. Esse espaço vai ser substituído por uma sala multimédia, onde irão ser montados um estúdio e laboratório de vídeo e áudio para os alunos poderem praticar técnicas de locução, rádio, filme, entre outras.

Participação da ESEL

4.ª Conferência Internacional na Finlândia

Ana Isabel Lopes, docente do Departamento de Línguas e Literaturas e coordenadora do Programa Sócrates-Erasmus na Escola Superior de Educação, participou na 4.ª Conferência Internacional “Crossroads in Cultural Studies”, na qual apresentou uma comunicação intitulada “And what, then, is freedom? The possibility of freedom in Raymond William’s idea of a common culture”, integrada no painel subordinado ao tema estudos culturais, cultura e liberdade.

A conferência, que decorreu entre 29 de Junho e 2 de Julho, foi organizada pela Universidade de Tampere, Finlândia, e tinha como missão proporcionar um fórum

aberto à discussão de todas as áreas temáticas que interessam à diversificada comunidade internacional dos estudos culturais, entre os quais políticas culturais, produção e consumo de cultura, cultura erudita e cultura popular, estudos dos media e das novas tecnologias de informação, culturas juvenis. Para a abordagem destas e de outras temáticas em sessões plenárias, a conferência contou com a contribuição de especialistas consagrados de várias instituições, tais como David Morley (Goldsmiths College, Londres), John Hartley (Queensland University of Technology, Austrália), Akhil Gupta (Stanford University, Estados Unidos) e

Fourth International Conference
CROSSROADS
IN CULTURAL STUDIES
June 29 - July 2, 2002 • Tampere, Finland

Shunya Yoshimi (Universidade de Tóquio). Durante a conferência, teve ainda lugar a reunião fundadora da Associação Internacional de Estudos Culturais, a qual visa congregar os investigadores dos estudos culturais dispersos geograficamente pelas mais diversas regiões do mundo, através do estabelecimento das articulações necessárias ao sucesso de múltiplos projectos em curso.

Protocolo ESEL - IPDT

I Jornadas de Reflexão "Prevenir - O Diálogo como Opção"



No âmbito do protocolo estabelecido entre a Escola Superior de Educação de Leiria e o Instituto Português da Droga e Toxicodependência (IPDT) decorreram, nos dias 25 e 26 de Outubro, as I Jornadas de Reflexão intituladas "Prevenir - O Diálogo como Opção".

Pretendeu-se, com esta iniciativa, efectuar uma divulgação dos projectos que têm tido lugar no distrito de Leiria, bem como proporcionar a partilha de experiências e potenciar parcerias na área da prevenção das dependências. A sensibilização para a importância da família, como prioridade nas acções de prevenção, foi outro dos objectivos a que se propôs este evento.

Para a análise e discussão desta problemática, a comissão organizadora pode contar, no dia 25 de Outubro, com a presença de representantes das

autarquias, técnicos e especialistas que procuraram concretizar os projectos em curso, quer ao nível da população mais jovem, quer ao nível da formação de pais.

No dia 26 de Outubro, os trabalhos começaram com uma conferência proferida pelo Prof. Doutor Pedro Silva, intitulada "Famílias, Escolas e Toxicodependência: reflexões em torno de uma relação que se deseja não triangular". Seguiu-se a intervenção do Prof. Doutor Daniel Sampaio subordinada à temática "Prevenção na Toxicodependência: importância da intervenção familiar".

Técnicos das autarquias, associações de pais, professores, técnicos de saúde, associações juvenis, ONG's e outros interessados puderam, durante dois dias, discutir um problema que hoje cruza todas as camadas sócio-culturais do nosso país.

Breves considerações

Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga

Apesar da persistente gravidade do fenómeno da droga em Portugal, parece verificar-se, em termos gerais, uma relativa estabilização dos índices de consumo de drogas ilícitas clássicas, senão mesmo uma descida desses valores, mais acentuada para a heroína, acompanhada de uma tendência para uma alteração qualitativa expressa, sobretudo, no preocupante crescimento do consumo de novas drogas sintéticas, designadamente de ecstasy.

Os dados disponíveis revelam que a heroína é, sem margem para dúvidas, a droga de mais nefastos efeitos sociais e sanitários, responsável pela quase totalidade das consultas nos CAT; pelos elevados índices de seropositividade ao HIV e às hepatites; pelo crescente número de casos de toxicodependentes com SIDA; pelo

desemprego que afecta um número considerável de toxicodependentes; pela maior parte das intervenções das autoridades junto de presumíveis infractores, pela maioria das condenações por violação da "lei da droga" e, ainda, pelo contínuo crescimento dos casos de "overdose". Se o consumo de heroína se poderá dizer, tendencialmente, em decréscimo, não deixa de ser preocupante o aumento da quantidade de heroína apreendida e, também, o aumento do respectivo número de apreensões.

O haxixe continua a ser, de longe, a droga ilícita mais consumida entre nós, não obstante a substancial diminuição da quantidade desta droga apreendida.

Fonte: www.ipdt.pt

A Cooperação com o IPDT

No início do corrente ano (28 de Janeiro de 2002), foi assinado um protocolo de cooperação entre a Escola Superior de Educação de Leiria e o Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT), o qual visa estabelecer laços de cooperação, nomeada-

mente no âmbito do desenvolvimento de projectos nas áreas de prevenção de comportamentos de risco e investigação do fenómeno da droga.

A coordenação desta parceria está ao cargo da Prof.^ª Doutora Graça Seco (ESEL) e da Dr.^ª Maria Helena

Vieira Dias (IPDT), tendo sido traçados os seguintes objectivos específicos:

- Introdução na formação inicial dos agentes educativos de conteúdos relacionados com a droga;
- Formação contínua de profissionais das áreas educativas que poderão intervir no domínio das drogas;
- Proporcionar debates/seminários com uma perspectiva interdisciplinar, contribuindo para o esclarecimento e sensibilização da sociedade civil;
- Proporcionar investigação no domínio da droga e acompanhar a evolução do fenómeno (a nível local, regional ou nacional), para apoiar a definição de estratégias de intervenção adequadas;
- Procurar e manter articulação entre parcerias, institucionais ou privadas, que pretendam intervir nestes domínios (como por exemplo, estruturas de saúde, de educação, da segurança social, da justiça, forças de segurança, ONG's, IPSS's, entre outros);
- Propor candidaturas aos programas de financiamento disponíveis - da ESEL e do IPDT;
- Divulgar o trabalho desenvolvido - via Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência (OEDT), Internet, revistas especializadas, ou outras.

Para além das Jornadas de Reflexão já foram realizados, no decorrer deste ano, alguns workshops, destinados não só aos alunos dos cursos de Formação Inicial de Professores, como também aos professores a frequentarem os Cursos de Complemento de Formação da ESEL e no Pólo das Caldas da Rainha.

Sessão de Apresentação

Boas-Vindas aos Novos Alunos

Decorreu no dia 9 de Outubro, no auditório da ESEL, a Sessão de Boas Vindas aos Novos Alunos, com vista à realização de uma breve apresentação da escola, dos seus serviços e principais actividades.

Desta forma os alunos do 1.º ano dos vários cursos de formação inicial ficaram a conhecer algumas das potencialidades da Escola Superior de Educação e as principais regras e normas de funcionamento, facilitando assim a sua progressiva integração nesta comunidade académica.

Os Órgãos de Gestão, a Representante dos Funcionários e a Associação de Estudantes efectuaram alguns esclarecimentos e responderam às questões dos alunos.

Em colaboração com a AAESSEL foram distribuídas pastas aos novos alunos, contendo, entre outras coisas, alguma documentação informativa acerca da Escola e dos seus cursos, com especial destaque para o Guia do Estudante da ESEL 2002/2003.



Conferência – Dia Nacional da Água

A Qualidade da Água no Concelho de Leiria

A Escola Superior de Educação realizou, no dia 1 de Outubro, uma conferência subordinada ao tema “A Qualidade da Água no Concelho de Leiria”.

Esta iniciativa, que surgiu no âmbito do Dia Nacional da Água, foi uma forma de apre-

sentar algumas clarificações relativas à verdadeira situação da água consumida pelos cidadãos leirienses.

Elsa Santos, Chefe de Divisão do Controlo de Qualidade dos SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento),

de Leiria, foi a conferencista, tendo-se também contado com a intervenção de Cristina Seco, Directora dos SMAS.

As fontes de abastecimento de água do concelho de Leiria, o controlo, a poluição e os tratamentos efectuados foram alguns dos assuntos tratados nesta conferência.

É de notar que o concelho de Leiria produz diariamente mais de 14 milhões de litros de efluente doméstico, sendo cerca de 54% tratado nas cinco ETAR (Estações de Tratamento de Águas Residuais) do concelho. O restante é encaminhado para as fossas e uma parte para as linhas de água.

No final houve lugar a debate e os interessados tiveram oportunidade de efectuar uma visita pela estação de tratamento, uma vez que se tratava do Dia Aberto.



Escultura da AmbientAR-TE na ESEL

No âmbito do projecto “AmbientAR-TE” – 2.ª Bienal de Escultura de Leiria e do concurso promovido pela Câmara Municipal de Leiria, a ESEL tem em exposição, no átrio, uma escultura intitulada “Bué Louca”. Trata-se de uma vaca construída em materiais de desperdício, com cerca de 200 Kg, da autoria de José Costa, da Amadora.

“Não há animal mais ligado à minha vida do que a vaca, pois nasci no meio delas”, refere o autor, “daí a inspiração desta obra, juntando a arte, a utilidade e a decoração, aproveitando materiais usados, tais como paletes de madeira, jornais, rede de arame, etc.”

O objectivo desta iniciativa é apelar à consciência ecológica dos cidadãos, necessária à preservação do ambiente e, consequentemente, conducente ao desenvolvimento sustentado.

Todos os trabalhos apresentados a concurso foram concebidos mediante o uso predominante de materiais de desperdício, tendo como fim específico a valorização/reutilização de resíduos.



Cooperação Internacional

Formação de Professores para os PALOP

Ao abrigo de protocolos estabelecidos com Angola, Cabo Verde e Moçambique, a Escola Superior de Educação tem desenvolvido diversos cursos de formação pedagógica de professores nesses países e na própria ESE. Ao frequentarem os cursos de formação inicial, os alunos recebem um diploma, sendo-lhes conferido o grau de licenciatura.

No que se refere à cooperação com Angola, e no âmbito de um protocolo com a Escola Portuguesa de Luanda (EPL), a ESE recebeu, no passado mês de Julho, um grupo de 9 docentes que frequentaram o curso de formação pedagógico-didác-

tica de professores, no domínio das Ciências da Educação. Neste momento, continua a decorrer em Luanda o curso de Ensino Básico do 1.º Ciclo (18 alunos) e de Educação de Infância (2 alunos), para os professores e educadores da EPL. Na mesma escola, decorreu também um curso de formação contínua dirigido a todos os docentes nas áreas de Expressões e Desenvolvimento Curricular.

Em Cabo Verde, existe um protocolo com o Instituto Pedagógico, mediante o qual foi dada formação a 23 alunos, distribuídos por 3 escolas de formação de professores – Praia, Assomada e Mindelo. O curso de

Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico decorreu durante 3 semestres, ao longo de um ano e meio.

No caso de Moçambique, foi assinado um protocolo de cooperação entre a ESE e o Reitor do Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU), no âmbito do qual 7 alunos frequentaram o curso de Educadores de Infância e 13 frequentaram o curso de Professores do 1.º Ciclo. Esta formação decorreu durante 2 semestres e o ensino foi feito por professores residentes em Moçambique, coordenados por docentes da Escola Superior de Educação.

Internet como meio de aposta

Informatização de serviços da ESEL

No sentido de evitar as longas filas de espera nos Serviços Académicos e facilitar a execução de algumas tarefas por parte de alunos, funcionários e docentes, a Escola Superior de Educação procedeu à informatização de alguns dos seus serviços.

Utilizando o Sistema de Inscrições Automático (SIANet), um total de 931 inscrições foram efectuadas através da Internet, evitando que os alunos se deslocassem aos Serviços Académicos da Escola. Para o efeito, foi atribuída uma senha de acesso e criado o “Ponto de Internet” para os alunos efectuarem a sua inscrição “online”, embora a pudessem realizar de uma qualquer outra parte do mundo.

O “Ponto de Internet” é um espaço permanente, que se localiza no átrio da ESEL, onde estão alguns computadores ligados à Internet, permitindo aos alunos efectuarem as suas inscrições e consultarem as informações que diariamente são colocadas na página da ESEL.

Relativamente aos alunos do 1.º ano, também foi criado um sistema de matrículas, as quais foram realizadas directamente no computador. Neste caso, apenas os computadores da Escola puderam ser utilizados, dado que se trata de um sistema de intranet.

Com estes novos processos de inscrições e matrículas conseguiu-se uma redução substancial na entrada de pessoas nos Serviços Académicos, evitando-se que os mesmos ficassem congestionados.

As pautas e os horários são outros serviços disponibilizados pela Internet. Agora já é possível aos alunos consultarem as suas notas em casa ou em qualquer outro local, acabando-se com a afixação em placards. Da mesma forma, também os horários das disciplinas se encontram disponíveis na “webpage”.



O aumento das capacidades (“upgrade”) do portal da ESEL e de todo o seu “backoffice” permitiu, também, realizar uma nova aplicação de sumários, facilitando o trabalho dos docentes. Esta é uma ideia original pensada pela Escola, tendo sido realizado um programa informático que se aplica às necessidades da ESEL. Futuramente, vai ser possível a consulta desses mesmos sumários através da página de Internet, permitindo aos alunos que não possam estar presentes nas aulas, saber o que foi leccionado e em que dia.

ESTG - Leiria é 1.^a opção!

Nuno Mangas

Presidente do Conselho Directivo da ESTG-Leiria



A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria iniciou no passado dia 30 de Setembro, o seu 14.^o ano de funcionamento. Como sempre acontece, chegam à Escola os “caloiros”, regressam às praças académicas e prepara-se com afinco o novo ano lectivo.

Como certamente já todos notaram, a Escola está num período de ampliação das suas instalações. O novo edifício da biblioteca encontra-se em fase final de construção, prevendo-se a entrada em funcionamento no início do 2.^o semestre; o edifício D está no início de construção, prevendo-se que esteja concluído no início do próximo ano lectivo. Estes dois edifícios, a que se juntará uma nova cantina e algumas obras nos espaços exteriores, são peças fundamentais para a melhoria do serviço que prestamos a todos os alunos que frequentam os nossos cursos.

Após a sua conclusão, a ESTG-Leiria ficará dotada de um conjunto de infra-estruturas que considero exemplar. Há, no entanto, um custo a suportar. No presente ano lectivo, haverá dificuldades acrescidas, em particular, ao nível de circulação e estacionamento no *campus* da Escola. Estou certo que, com a colaboração e compreensão de todos, as dificuldades serão superadas. Não é de mais referir que, sempre que possível, deverão os alunos utilizar os transportes públicos. E, quando tal não for possível, devem deslocar-se vários alu-

nos no mesmo veículo, por forma a minimizar o número de veículos na Escola.

Aos novos alunos, desejo, em nome de toda a comunidade académica, dar as boas vindas a esta grande família. A Escola tudo fará para que tenham todas as condições necessárias para que cumpram com sucesso esta nova etapa das suas vidas, que certamente vos deixará muitas e boas recordações.

Na 1.^a fase do Concurso de Acesso ao Ensino Superior, foram colocados na Escola 721 alunos, o que corresponde à melhor taxa de ocupação dos últimos anos. Globalmente, a Escola teve uma taxa de ocupação de 87%, quando no ano anterior esta tinha sido de 80%. O número de candidatos passou de 3.016 pa-

ra 3.349, o que representa um acréscimo de 11%. A nota mais elevada foi de 18,1 valores e a mais baixa 9,5 valores. A nota média de todos os alunos colocados foi de 12,5 valores. É de realçar que mais uma vez não entrou nenhum aluno com nota negativa (inferior a 9,5 valores).

Quanto à ordem de preferência na escolha dos cursos da ESTG-Leiria, verifica-se que 71% dos alunos a escolheram como 1.^a opção e 16% como 2.^a opção. Ou seja, 87% dos alunos entram pela 1.^a ou 2.^a opções.

Relativamente à proveniência dos alunos, embora tenham ingressado alunos de todas as partes do país, 83% são originários da faixa litoral que vai de Lisboa a Aveiro. Como curiosidade, refira-se que 54% dos alunos têm 17 ou 18 anos e 25% entre 19 e 20 anos, sendo que 58% dos alunos colocados são do sexo masculino.

Os dados, agora referidos de uma forma sucinta, são globalmente bastante bons, sobretudo se atendermos à conjuntura actual de decréscimo do número de candidatos ao Ensino Superior.

A terminar, resta-me desejar a toda a comunidade académica um óptimo ano lectivo. Estou certo que, com o empenho, dedicação e colaboração de todos, faremos com que esta instituição seja cada vez mais, uma grande Escola.

(...) “Foram colocados na Escola 721 alunos, o que corresponde à melhor taxa de ocupação dos últimos anos” (...)

“A nota mais elevada foi de 18,1 valores” (...) É de realçar que mais uma vez não entrou nenhum aluno com nota negativa (inferior a 9,5 valores)”.

721 novos alunos entraram na 1.ª fase na ESTG

Bem-vindos caloiros!

A ESTG-Leiria recebeu na 1.ª fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior 721 novos alunos, que irão frequentar os 14 cursos bietápicos ministrados na Escola. Dos 721 caloiros da 1.ª fase, 58% são do sexo masculino e 42% do feminino.

De acordo com os resultados das candidaturas à 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, 87% das vagas da ESTG-Leiria foram preenchidas, sendo que a maioria dos cursos registou o preenchimento total das vagas.

A melhor média de entrada na ESTG-Leiria na 1ª fase foi de 18,1%, uma média obtida por Liliana Margarida dos Santos Oliveira, que ingressou no curso de Contabilidade e Finanças (regime nocturno). A caloira mais nova da ESTG-Leiria, na 1.ª fase,

chama-se Laura Sousa, tem 17 anos, é natural da Madeira, e ingressou no curso de Engenharia Informática. O caloiro mais velho na 1.ª fase chama-se José Mourato e tem 52 anos. O aluno frequenta o 1.º ano do curso de Solicitadoria e é natural de Portalegre.

O curso que registou maior número de caloiros do sexo masculino na 1.ª fase foi Engenharia Electrotécnica, enquanto que Contabilidade e Finanças foi o curso onde ingressaram mais alunos do sexo feminino.

Os alunos do 1.º ano iniciaram o 1.º semestre no dia 1 de Outubro, dia em que tiveram a apresentação do respectivo curso. As aulas começaram no dia 2 de Outubro.

Prémio para melhor comunicação Docente de Engenharia Electrotécnica distinguida no Brasil



A docente Carla Alexandra Calado Lopes, do Departamento de Engenharia Electrotécnica da ESTG-Leiria, foi distinguida com o prémio da melhor comunicação "VTNL Through Frequency Warping Based on Pitch", apresentada na conferência IEEE Internacional Telecommunications Symposium que decorreu de 8 a 12 do último mês de Setembro, em Natal, Brasil.

Os caloiros da 1.ª fase

Número de caloiros: 721
Caloiros sexo feminino: 42%
Caloiros sexo masculino: 58%

Percentagem de caloiros colocados em 1.ª opção- 71%

Melhor média de entrada da 1.ª fase



Liliana Margarida Santos de Oliveira
Naturalidade: Marinha Grande
Média de entrada: 18,1%
Curso: Contabilidade e Finanças (regime nocturno)

A caloira mais nova



Laura Cristina Ramos de Sousa
Naturalidade: Ribeira Brava-Madeira
Curso: Engenharia Informática
Data de nascimento: 19.06.1985
Idade: 17 anos

O caloiro mais velho



José Abílio Batista Mourato
Naturalidade: Portalegre
Curso: Solicitadoria
Data de nascimento: 20.05.1950
Idade: 52 anos

Guia Informativo

O Guia Informativo 2002/2003 da ESTG-Leiria já está disponível. Trata-se de uma publicação com 100 páginas que reúne, entre outros aspectos, informação relativa aos cursos ministrados e respectivos planos curriculares, organização interna da ESTG-Leiria e actividades lectivas previstas para o ano lectivo 2002/2003.

O Guia Informativo destina-se a todos os alunos que frequentam a ESTG-Leiria, e, em particular, aos alunos do 1.º ano que, desta forma, vão poder conhecer melhor a instituição onde irão estudar nos próximos anos.



Primeiro Encontro de Docentes de Marketing Primeira Associação Nacional de Docentes de Marketing

Cerca de 30 docentes do ensino superior da área de Marketing reuniram-se no Primeiro Encontro Nacional de Docentes de Marketing que se realizou, dia 25 de Julho, na ESTG-Leiria.

O encontro serviu de base à criação de uma rede de trabalho a nível nacional, entre docentes do ensino superior politécnico e universitário, que estejam interessados em estabelecer parcerias, fomentar e trocar experiências no domínio do ensino do Marketing. A iniciativa partiu do coordenador do curso de Gestão

da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja, Fernando Tristany, e contou nesta primeira edição com a organização da ESTG-Leiria.

A plataforma de trabalho dos docentes de Marketing poderá passar pela constituição de uma organização mais formal como uma Associação Nacional de Docentes de Marketing. Este foi, aliás, o segundo objectivo do encontro e o assunto que ocupou a parte da tarde dos trabalhos com a votação e aprovação dos Estatutos da futura Associação. Foi ainda nomeada uma Comissão Instaladora que ficará responsável pela orientação das actividades e dos trabalhos desenvolvidos durante os próximos seis meses. Nessa altura, será realizada uma Assembleia Geral para eleger o corpo directivo da Associação. A Comissão Instaladora da Associação é constituída por 12 elementos, do ensino superior politécnico e universitário de várias instituições do país. Quatro dos 12 membros são docentes do Departamento de Economia e Gestão da ESTG-Leiria.

A importância da Associação

Eduarda Fernandes, docente do Departamento de Economia e Gestão e Directora do Curso de Comércio e Marketing da



O encontro trouxe à ESTG - Leiria, docentes de todo o país

ESTG-Leiria, é um dos elementos que integra a Comissão Instaladora e uma das docentes que esteve na comissão organizadora do Primeiro Encontro Nacional de Marketing.

Para a docente, a criação deste tipo de Associação é importante na medida em que “promove o intercâmbio entre vários docentes que estão ligados a esta área, pro-

porcionando-lhes, ao mesmo tempo, a troca de experiências de ensino e investigação no domínio do Marketing”. Na sua opinião, a futura Associação terá repercussões directas para os alunos que estudam a disciplina. Eduarda Fernandes afirma, a este propósito, que “o desenvolvimento de um conjunto de actividades levadas a cabo pelos docentes do Ensino Superior, irá beneficiar os alunos e a forma de ensino. Isto porque a troca de opiniões sobre os diversos temas leccionados nas diferentes disciplinas de Marketing, a troca de matérias, a comparação

de resultados entre as várias instituições são muito importantes para a melhoria da qualidade do ensino”.

Entre as actividades que a associação pretende desenvolver, encontram-se conferências e colóquios na área de Marketing estando também a ser equacionada a publicação de uma revista científica de Marketing.

Uma parceria entre ESTG-Leiria/INDEG/NERLEI

Pós-graduação em Gestão Empresarial arranca em Janeiro

A ESTG-Leiria, em conjunto com o INDEG- Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial do ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) e a NERLEI- Associação Empresarial da Região de Leiria, vai realizar uma pós-graduação em Gestão Empresarial no início do próximo ano. A pós-graduação tem início previsto para o dia 7 de Janeiro de 2003.

Esta pós-graduação tem como principal objectivo o desenvolvimento de competências de gestão em quadros empresariais sem formação académica nesta área e que desempenhem, ou virão a desempenhar, funções no domínio da gestão. A pós-graduação é composta por 10 cadeiras com 12 aulas de 1h30 cada (total de 180 horas), distribuídas por cinco ciclos, que irão decorrer de 7 de Janeiro a 18 de Dezembro de 2003.

No âmbito da cooperação com a Universidade Nacional de Timor Lorosae

Docentes da ESTG-Leiria leccionam para alunos timorenses



Para além do protocolo estabelecido com o ISECMAR, os docentes da ESTG-Leiria têm desenvolvido parcerias com a Universidade Nacional Timor Lorosae (UNTL), no âmbito do programa de cooperação da Fundação das Universidades Portuguesas/IPL com a Universidade Nacional de Timor Lorosae.

Teresa Eugénio, do Departamento de Economia e Gestão da ESTG-Leiria, foi a primeira docente a integrar este programa de cooperação. A docente esteve cerca de dois meses na UNTL, onde leccionou a disciplina de “Introdução à Contabilidade II” nas licenciaturas de Economia e Gestão, no 4.º trimestre.

Teresa Eugénio faz um balanço “muito positivo” da sua participação nessa cooperação. “la com poucas expectativas, pois Timor é um país de nascimento recente”, refere a docente, acrescentando, “sabia que os alunos tinham dificuldades na língua portuguesa e que as condições de trabalho não seriam as melhores”. No entanto, Teresa Eugénio refere que as difi-

culdades “foram superadas e as expectativas foram excedidas”. “Os alunos, apesar das dificuldades que têm na língua (afinal durante 25 anos só ouviram e aprenderam o “baasa indonésio)”, mostraram-se muito interessados e empenhados”.

No âmbito da actividade lectiva que Teresa Eugénio desenvolveu na Universidade de Timor, realizou algumas visitas de estudo, “as quais tiveram resultados acima do esperado”. Conta a docente que, entre outras, foi efectuada uma visita ao BNU/CGD, na qual foi abordada a matéria das operações bancárias. “Esta matéria criou grandes dificuldades à compreensão dos timorenses, porque afinal eles não têm ainda por hábito ter contas bancárias”.

A docente fala com carinho de Timor e da sua cooperação. “Sinto que aprendi muito com este povo, um povo que ainda deixa transparecer as marcas do sofrimento, mas um povo de coragem” (...) determinado a seguir em frente e abraçar este país que agora definitivamente lhes pertence.

Eventos a realizar

11 de Novembro

Realiza-se nos dias 11, 15 e 18 de Novembro na ESTG-Leiria, a acção de formação “Sistemas Electrónicos Veículos Automóveis”. Promovida pela ANIVAP- Agrupamento Nacional de Inspeções Automóveis- ACE, esta formação decorre no âmbito de um protocolo de cooperação entre a ESTG-Leiria e a ANIVAP.

12 de Novembro

Conferência sobre Marcas, no âmbito da Semana Nacional de Marketing. A organização do evento está a cargo do Departamento de Gestão e Economia.

13 de Novembro



Têm início as 2.ªs Jornadas Politécnicas de Engenharia Mecânica, Automóvel, Gestão Industrial, Energia e Ambiente, evento co-organizado pela ESTG-Leiria, Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (EST) e Instituto de Engenharia de Coimbra. Este ano, as Jornadas terão lugar nos dias 13 e 14 de Novembro, na EST. Recorde-se que a 1.ª edição das Jornadas Politécnicas decorreu na ESTG-Leiria, entre os dias 14, 15 e 16 de Novembro de 2001, e contou com mais de 900 participantes.

28 de Novembro

Colóquio “Inovação e Atitude na Qualidade”, organizado pela APQ - Pólo de Leiria, com o apoio da ESTG-Leiria, pelas 14 horas.

3 de Dezembro

Início da acção de formação “Auditorias da Qualidade”. A acção terá cerca de 35 horas, realizando-se nos dias 3, 4, 5, 10 e 11 de Dezembro. A ESTG-Leiria e a CEQUAL são as entidades promotoras desta acção de formação, que conta, ainda, com o apoio da APQ e NERLEI.

4 de Dezembro

Fórum de Matemática subordinado ao tema “A matemática e as profissões”. O fórum é organizado pelo Departamento de Matemática.

Docentes participam na cooperação ESTG-Leiria/ISECMAR

A experiência de dar aulas em Cabo Verde

Dando seguimento ao protocolo que o IPL estabeleceu há cerca de quatro anos com o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR), Cabo Verde, a ESTG-Leiria tem vindo a desenvolver um programa de cooperação com esta instituição, através da realização de intercâmbios entre docentes, o que permite a troca de formação, informação, investigação e desenvolvimento de projectos entre a ESTG-Leiria e o ISECMAR.

No ano lectivo 2001/2002, este protocolo envolveu cerca de uma dezena de docentes da ESTG-Leiria, que se deslocou ao ISECMAR, localizado na ilha de S. Vicente, em Cabo Verde, com o objectivo de ministrar uma ou mais disciplinas (conforme os casos) de cursos que são ministrados no ISECMAR, e, em particular, do curso de Engenharia Civil. Os docentes permaneceram cerca de duas semanas no ISECMAR.



Cooperação desenvolve também o intercâmbio cultural

Este ano, a cooperação teve início a 29 de Abril e contou com a participação dos seguintes docentes: Pedro Assunção, Telmo Fernandes, Sérgio Faria e Nuno Rodrigues, do Departamento de Engenharia Electrotécnica, Anabela Veiga, Luísa

Gonçalves e Joaquim Armindo Santos, do Departamento de Engenharia Civil, Irene Ferreira, Nuno Órfão e Carlos Vieira, do Departamento de Engenharia Mecânica. A cooperação irá prosseguir nos próximos anos.

Protocolo de cooperação IPL/ESTG/ISECMAR - Os docentes participantes

Que balanço faz da sua participação neste programa de cooperação?



Pedro Assunção,
docente do
Departamento
de Engenharia
Electrotécnica

“Considero positiva a minha participação neste programa de cooperação. Para isso contribuíram factores de vária ordem como por exemplo o facto de ter sido agradável a minha estadia em Cabo Verde, a forma como fui recebido e o trabalho realizado. O resultado da acção em que estive envolvido traduz-se num contributo para o de-

envolvimento tecnológico através da formação de recursos humanos. Por isso, como professor de engenharia acho que foram cumpridos os objectivos, o que obviamente me deixa satisfeito.”



Nuno Rodrigues,
docente do
Departamento
de Engenharia
Electrotécnica

“Se é verdade que as condições de estudo dos alunos do ISECMAR não se com-

param, ainda, às da ESTG, a motivação e o empenho que encontrei surpreenderam-me verdadeiramente. Os alunos são interessados e muito dedicados, encarando o curso como uma oportunidade importante para o seu futuro e empenhando-se a fundo na concretização dos seus objectivos. O carinho com que me acolheram nesta realidade, bem como a camaradagem e amizade dos colegas da ESTG que se deslocaram comigo à bonita cidade do Mindelo, proporcionaram-me uma experiência única e gratificante, que relembrei com carinho e saudade.”

Os docentes participantes



Telmo Fernandes,
docente do
Departamento
de Engenharia
Electrotécnica

“A cadeira que leccionei no ISECMAR, Microondas e Antenas, tem por base a cadeira de Comunicações por Microondas do curso de Engenharia Electrotécnica da ESTG, pelo que os alunos do ISECMAR foram submetidos ao mesmo conteúdo programático. O período de permanência no ISECMAR, em Cabo Verde, correu muito bem, notando-se uma grande curiosidade e empenho na aprendizagem por parte dos alunos. A receptividade dos alunos à matéria leccionada, bem como os resultados obtidos, levam-me a concluir que a experiência foi muito positiva”.



Sérgio Faria,
docente do
Departamento
de Engenharia
Electrotécnica

“Entendo que a nossa participação é importante para o ISECMAR, dado que eles não possuem um corpo docente completo para leccionar todas as disciplinas dos seus cursos. Por outro lado, tendo participado na elaboração e assinatura do primeiro protocolo com o ISECMAR, parece-me que não foi feito um esforço suficiente que garanta uma certa independência para o ISECMAR, fazendo-os estar muito dependentes da colaboração de instituições portuguesas”



Anabela Veiga,
docente do
Departamento
de Engenharia Civil

“Quero aproveitar este espaço para dar a conhecer um pouco dos alunos que encontrei no ISECMAR: alunos ávidos de saber, atentos e interpeladores, apesar da pesada

carga horária. Esta postura foi extremamente estimulante e o saldo final muito positivo.”



Luísa Gonçalves,
docente do
Departamento
de Engenharia Civil

“O balanço foi positivo. Embora a disciplina de Topografia fosse dada de forma muito intensiva, o interesse dos alunos, a sua participação e a boa preparação de base contribuíram para a obtenção de bons resultados, tendo sido gratificante do ponto de vista pessoal e profissional a participação neste programa.



J. Armindo Santos,
docente do
Departamento
de Engenharia Civil

“Apesar de algumas dificuldades logísticas, o interesse e o empenho demonstrados pela generalidade dos alunos do bacharelato de Engenharia Civil, relativamente à disciplina de Desenho de Construção Civil, constituíram excelente tónico para a superação das distâncias e para a transmissão de conhecimentos. Balanço muito positivo, também pelos resultados obtidos.”



Irene Ferreira,
docente do
Departamento
de Engenharia
Mecânica

“É indiscutível a importância da cooperação estabelecida com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A participação neste programa permitiu a troca de conhecimentos e experiências, quer entre docentes das duas instituições, quer com alunos. Neste contexto, salientava a divulgação da ESTG, dos cursos nela ministrados e da realidade em que se insere,

que se revelaram importantes como factor de comparação com a realidade do ISECMAR. Por fim, do ponto de vista pessoal, considerei a experiência e o contacto com uma cultura e realidade diferentes bastante enriquecedora.”



Nuno Órfão,
docente do
Departamento
de Engenharia
Mecânica

“O balanço da minha participação neste programa é, de um modo geral, positivo. Apesar do ISECMAR ser uma instituição de ensino superior com uma dimensão modesta e deficitária ao nível dos recursos humanos e tecnológicos, o grau de conhecimentos e de preparação dos alunos é significativo. A integração na instituição decorreu da melhor forma possível, em grande parte devido ao apoio prestado pelos docentes do ISECMAR que foram, a todos os níveis, incansáveis. A nível pessoal, a participação no programa permitiu o contacto com uma cultura e realidade social substancialmente diferentes da portuguesa o que, por si só, gera sempre ensinamentos importantes.”



Carlos Vieira,
docente do
Departamento
de Engenharia
Mecânica

“Rumo a um país diferente, em que os hábitos culturais divergem dos nossos, os docentes da ESTG tiveram oportunidade de adquirir uma nova experiência, leccionando disciplinas aos discentes do ISECMAR. Apesar da excessiva carga horária dos alunos, conseguimos incentivá-los, através da diversidade de meios e técnicas pedagógicas na sala de aula, a prosseguir os estudos na área em questão. Por outro lado, este programa, que englobava professores de diferentes departamentos, permitiu enriquecer laços de amizade, através de uma inter-ajuda.

Eventos realizados

1 de Julho

Realizou-se na ESTG-Leiria a apresentação do "Smart Board". Demonstrar as funcionalidades do "Smart Board" foi o principal objectivo da apresentação efectuada pela empresa Visualmaster.

7 de Julho



A empresa Squédio, empresa representante do software Solidworks entregou o 2.º prémio do concurso da Solidworks aos alunos Bruno Mota e Mónica Faria, alunos do curso de Engenharia Mecânica da ESTG-Leiria. Recorde-se que os alunos ganharam o 2.º prémio no concurso realizado a nível nacional, com o projecto "Kart de Competição". O concurso premiava os trabalhos com melhor design em 3 dimensões que fossem desenvolvidos no software Solidworks.

17 de Julho

Realizou-se de 17 a 31 de Julho, no edifício de Engenharia Automóvel, uma acção de formação na área de Electricidade Automóvel para os profissionais da região de Leiria. Promovida pelo Centro de Formação Profissional de Reparação Automóvel (CEPRA), a acção de formação funcionou em horário pós-laboral.

24 de Julho

O Departamento de Engenharia Electrotécnica da ESTG-Leiria promoveu o Seminário Internacional em Antenas e Propagação. O seminário teve como principais destinatários, os alunos e docentes da área de Engenharia e colaboradores de Telecomunicações.

25 de Julho

Cerca de 30 docentes do ensino superior da área de Marketing estiveram reunidos na ESTG-Leiria no Primeiro Encontro Nacional de Docentes de Marketing. (ver página 26)

12 de Setembro



Início do 1.º módulo do curso de Networking, organizado pela ESTG-Leiria. O curso é composto por quatro módulos e decorrerá em horário laboral (9h30 às 13h00 e 14h00 às 17h30). O curso destina-se a profissionais de empresas da área

Protocolo Fundação das Universidades Portuguesas,
IPL com Universidade de Timor LoroSae

ESTG-Leiria recebe pela primeira vez aluno timorense



Stefanus Brito frequenta o curso de Engenharia Civil

tural de Díli, a cidade que deixou há cerca de um ano, altura em que veio estudar para Portugal. Com efeito, antes de ingressar na ESTG-Leiria, Stefanus frequentou o ano vestibular na Universidade de Coimbra, também no âmbito do protocolo que existe entre a Fundação das Universidades Portuguesas e a Universidade de Timor Lorosae. Na ESTG-Leiria, o aluno bolseiro vai ingressar no primeiro ano do curso de Engenharia Civil.

Recém-chegado a Leiria, o aluno confessa que está numa fase de adaptação à sua nova vida e à sua nova Escola. "É tudo muito diferente de Timor. O tempo, a cultura...", refere timidamente o aluno. Apesar disso, Stefanus considera que as características climáticas e culturais de Portugal não foram os obstáculos mais difíceis de ultrapassar, em comparação com a barreira linguística. Neste momento, já fala e compreende fluentemente a língua portuguesa.

Stefanus irá frequentar a ESTG-Leiria nos próximos três anos. Depois pretende regressar a Díli, a sua cidade natal.

No âmbito do programa de cooperação estabelecido entre a Fundação das Universidades Portuguesas e o Instituto Politécnico de Leiria com a Universidade de Timor Lorosae, a ESTG-Leiria recebeu, pela primeira vez este ano lectivo, um aluno bolseiro de Timor Lorosae. Stefanus Alex Luan Brito tem 23 anos, é na-

Três novos docentes em Timor



José Martins



Paulo Marques

Depois de Teresa Eugénio, a Universidade Nacional de Timor Lorosae recebeu, em Outubro, outros dois docentes da ESTG-Leiria, nomeadamente, José Martins, do Departamento de Gestão e Economia, e Paulo Marques, do Departamento de Engenharia Informática. Os dois docentes ficarão em Timor Lorosae durante dois meses, estando o seu regresso previsto para Dezembro.

Eduarda Fernandes, docente do Departamento de Economia e Gestão, vai integrar este programa de cooperação em Janeiro, mês em que está prevista a sua deslocação para Timor.

Equipa de trabalho formada por docentes da ESTG-Leiria

Escola realiza trabalhos para Programa LeiriaPolis

A ESTG-Leiria e a LeiriaPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Leiria, S.A., assinaram há cerca de três meses, um contrato de prestação de serviços para a "Elaboração de campanhas de monitorização das componentes: Acústica do Ambiente e Estudos de Opinião na zona de intervenção do Programa Polis em Leiria".

Este projecto tem como principal objectivo a execução de trabalhos de monitorização de parâmetros ambientais e sócio-económicos na zona de intervenção do Programa Polis, a fim de, entre outros aspectos, avaliar a taxa de satisfação/insatisfação da população relativamente, às obras em curso e às que se pretendem vir a realizar no período de execução do referido programa. Neste contexto, pretende-se em última análise a caracterização do impacte associado às obras e a validação da valorização ambiental pretendida com a implementação deste programa.

Os trabalhos irão desenrolar-se até ao 1.º semestre de 2005, após a conclusão do Programa Polis.

A primeira componente do estudo - Acústica do Ambiente - será desenvolvida pelos docentes do Departamento de Engenharia Mecânica João Ramos, que coordenará a acção, Nuno Martinho e Cristina Barros. Face aos objectivos específicos desta componente, serão realizadas campanhas semestrais de monitorização de dados acústicos em diversos pontos representativos da zona de intervenção do programa na cidade. Para a mesma zona serão ainda elaboradas cartas de ruído. Estes elementos permitirão caracterizar e avaliar o ambiente sonoro antes e após a execução das alterações efectuadas no âmbito do referido programa. Para cumprir este objectivo,



Nuno Briens

as campanhas de monitorização serão desenvolvidas em três fases distintas correspondentes à situação actual, ao acompanhamento das fases de construção e à caracterização da situação pós-intervenção.

A segunda componente do estudo - Estudos de Opinião - será desenvolvida pela equipa de trabalho constituída pelos docentes Márcio Lopes e Augusto Eusébio, que assumem o cargo de coordenadores, e pelos docentes Lígia Febra, Eduarda Fernandes e Neusa Ribeiro, como técnicas. Fará ainda parte desta equipa Cláudio de Jesus, administrador da Valoris e docente convidado da ESTG-Leiria, como consultor. Esta componente é composta por três fases distintas, cada uma correspondente a um estudo. O primeiro estudo será de opinião, isto é, de natureza informativa e tem como objectivo aferir o grau de informação dos cidadãos em relação ao Programa Polis-Leiria. O segundo designa-se por estudo de intervenção e visa medir o grau de incómodo provocado ao longo do decurso das obras. Este estudo terá maior incidência nas zonas abrangidas por Planos de Pormenor como é o caso do Centro Histórico.

Finalmente, o terceiro estudo, de natureza apreciativa, tem como principal objectivo a recolha de informação sobre a taxa de satisfação da população em relação às obras do Polis-Leiria.

Eventos realizados

...

Networking, profissionais de outras áreas que queiram iniciar ou aprofundar os seus conhecimentos em Networking, e profissionais interessados em obter a certificação CCNA- Cisco Certification Network Academy).

17 de Setembro

Início da acção de formação "Sistema da direcção dos veículos automóveis". Promovida pela ANIVAP- Agrupamento Nacional de Inspeções Automóveis-ACE, a formação realizou-se no âmbito de um protocolo de cooperação entre a ESTG-Leiria e a ANIVAP.

25 de Setembro

Reunião de todos os docentes da ESTG-Leiria no auditório da Escola. Na mesa de trabalhos estiveram presentes o presidente do Instituto Politécnico de Leiria, Luciano de Almeida, presidente do Conselho Directivo da ESTG-Leiria, Nuno Mangas, presidente do Conselho Pedagógico, Pedro Assunção, presidente do Conselho Científico, Pedro Matos, e o presidente da Assembleia de Representantes, José Carreira.

10 de Outubro

Início do 2.º módulo do curso de Networking "Tecnologia dos Routers". Composto por 35 horas, este módulo foi ministrado nos dias 10, 11, 16, 17 e 18 de Outubro em horário pós-laboral.

11 de Outubro

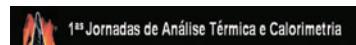
Início do 3.º trimestre do Mestrado e Pós-Graduação em "Economia e Estratégia Industrial". Este mestrado é realizado em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e tem como coordenador o professor doutor Alfredo Marques.

23 de Outubro

O Departamento de Engenharia Mecânica, em colaboração com a Paralab, organizaram dia 23 de Outubro, o curso "Caracterização de Materiais", que contaram com a presença de especialistas neste domínio, alguns dos quais associados a empresas tais como: Setaram, Titon, Bohlin e Bomem.

24 de Outubro

Tiveram início as 1.ªs Jornadas de Análise Térmica e Calorimetria organizadas pelo Departamento de Engenharia Mecânica. Pretende-se que as jornadas sejam um fórum de debate, trazendo à região de Leiria vários investigadores que trabalham neste domínio.



Ingresso no Ensino Superior

José Ventura da Cruz Pereira

Director da ESTGAD-Caldas da Rainha



O acesso ao ensino superior, cuja medida tem sido ultimamente objecto de muitos e variados estudos e reflexões, constitui matéria de alguma complexidade.

O recente anteprojecto de decreto-lei que visa introduzir algumas alterações no regime de acesso e ingresso no ensino superior, traduz, em parte, as dificuldades dum processo desta natureza, que se reveste de extrema importância, e tanto mais se consigna uma visão global do nosso sistema educativo.

Para tal, considero prioritária a construção de uma grande ponte entre o ensino superior e o ensino secundário, sem esquecer as muitas auto-estradas em que aceitámos circular, no âmbito da Declaração de Bolonha.

Está de parabéns o IPL pela grande procura de candidatos na 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, atendendo ao seu terceiro lugar como Instituição em Portugal com menos percentagem de vagas sobranes para a 2.ª fase do concurso.

No respeitante à ESTGAD, manteve-se uma grande preferência dos candidatos pelas suas ofertas de formação, registando

um número elevado de candidaturas – cerca de 1.400 – para as 275 vagas postas a concurso no acesso ao ensino superior. No curso de Design, houve 747 candidaturas para 110 vagas. Para o curso de Artes Plásticas, 225 candidatos para 75 vagas, e para os novos cursos de Som e Imagem e Animação Cultural, 185 e 201 candidaturas, respectivamente, para as 30 vagas fixadas em cada curso. Para o curso de Tecnologias da Informação Empresarial houve 40 candidatos para

30 vagas. Todas as vagas na primeira fase foram preenchidas, à excepção de 14 do curso de Tecnologias da Informação Empresarial.

A estes números acrescenta-se, ainda, os 10 alunos estrangeiros, provenientes da Alemanha, Finlândia, Espanha e Hungria, que irão frequentar este ano a ESTGAD, ao abrigo do Programa de Intercâmbio Sócrates/ Erasmus, manifestando o contínuo interesse da escola pelo intercâmbio de experiências entre jovens de diferentes países, bem como a sua preocupação em reforçar o seu valor e qualidade.

Adicionando-se a estes recém-chegados alunos os já veteranos, bem como os que ingressam através dos concursos e regimes especiais, a ESTGAD será frequentada, no presente ano lectivo, por cerca de 1.400 alunos.

Numa perspectiva de futuro, esperamos que os índices de desenvolvimento e qualidade no ensino superior sejam efectivamente mais elevados, estando a ESTGAD permanentemente receptiva a um maior sucesso educativo e formativo, com vista a manter a sua preferência, criando e desenvolvendo condições para saídas profissionais que despertem a procura dos empresários e dos agentes económicos, artísticos e culturais.

A ESTGAD está permanentemente receptiva a um maior sucesso educativo e formativo, com vista a manter a sua preferência, criando e desenvolvendo condições para saídas profissionais que despertem a procura dos empresários e dos agentes económicos, artísticos e culturais.

Segunda Bienal de Escultura “AmbientAR-TE”

Desde o passado dia 15 de Setembro e durante o mês de Outubro, em vários espaços públicos da cidade de Leiria, puderam ser vistas 52 obras no âmbito da AmbientAR-TE, a Segunda Bienal de Escultura, organizada pela autarquia de Leiria.

A Bienal tem como objectivo apelar à consciência ecológica dos cidadãos para a preservação do ambiente e à valorização/reutilização dos resíduos. Para tal, todas as obras expostas foram feitas essencialmente com materiais reciclados e de desperdício. Paletes de madeira, jornais, redes de arame, aço, sobras de már-

more, zinco, tecidos, pedra moída, areia, plástico, cartão, sisal, écrans de televisão e garrações são alguns dos materiais utilizados.

Estão presentes os mais variados autores de todo o país e do estrangeiro, onde se incluem vários estudantes e recém-licenciados da ESTGAD: Vítor Reis, Renato Franco, Sérgio Carvalho, César Branco, Nuno Simão, Verónica Feldmer e Humberto Sobreira. Esta iniciativa conta também com o apoio do Instituto dos Resíduos, Portucel Dregrémont, Portucel Embalagem, Roca, Valorlis e Leiria Polis.



Concurso Jovem Designer 2002



Os alunos do primeiro ano do curso de Design Industrial, Eleonora Duarte, Catarina Calçada e Alberto Rolo, foram seleccionados, na área de madeiras, para participarem no Concurso Jovem Designer 2002. O tema este ano é “Porta”.

Os alunos apresentaram uma proposta muito original, uma porta que tem quatro portas inseridas: “a pessoa passa através da que lhe é proporcional, ou seja, uma criança passa pela mais pequena e assim sucessivamente”, explica Eleonora Duarte, 19 anos, aluna do 1.º ano do Curso de Design Industrial, na ESTGAD. Os protótipos foram executados no Cencal, sujeitos ainda à apreciação de um júri.

O destino dos vencedores será a Áustria, estando previstas visitas a empresas, escolas e museus.

Exposições

“Construir Habitar Pensar” “com os pés assentes no chão”



Sandrine Cordeiro, licenciada em Artes Plásticas pela ESTGAD, expôs na Galeria da Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, em Leiria, uma mostra de pintura intitulada “Construir Habitar Pensar”... “com os pés assentes no chão”, entre os dias 20 de Setembro a 3 de Outubro. Sandrine Cordeiro frequenta, actualmente, o mestrado em História da Arte Contemporânea, na Universidade Nova de Lisboa.

“Obra Gráfica” e “Pintura”

Esteve patente, de 13 a 26 de Julho, nas instalações da Livraria Arquivo, em Leiria, uma exposição com “Obras Gráficas” de Nelson Crespo, licenciado em Artes Plásticas pela ESTGAD, e uma exposição de “Pintura” de Luís Filgueiras, aluno do 4.º ano do curso de Artes Plásticas da ESTGAD.



Eventos

Cursos de Verão 2002

À semelhança de anteriores edições, realizaram-se, de 2 a 16 de Setembro, os Cursos de Verão 2002, uma iniciativa do Centro de Artes da Câmara Municipal de Caldas da Rainha, em colaboração com a ESTGAD. Decorreram cursos de pintura – no Museu António Duarte - e de fotografia – na ESTGAD - monitorizados por Nuno Gaivoto e José Carmo da Rosa, respectivamente, e que contaram com 16 participantes.

Programa Sócrates/Erasmus

No âmbito do programa de intercâmbio de estudantes Sócrates/Erasmus, a ESTGAD irá receber este ano lectivo 10 alunos estrangeiros provenientes da Alemanha, Finlândia, Espanha e Hungria, que serão inseridos nos cursos de Artes Plásticas e Design.

Painel Gigante



Um painel gigante de 44 por 5,5 metros, foi pintado em tempo recorde (10 dias) por três estudantes de Artes Plásticas da ESTGAD, a pedido da Câmara Municipal das Caldas da Rainha. Maria João Clemente, Ricardo Reis e Ricardo Norte são os autores da obra que está colocada no recinto da Expoeste, desde o mês de Agosto. O painel é alusivo à cidade das Caldas da Rainha.

Finalistas de artes plásticas em exposição



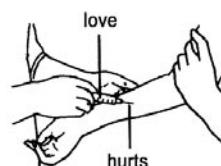
Uma exposição de trabalhos de alunos finalistas do curso de Artes Plásticas da ESTGAD esteve patente no Hospital Termal e Distrital, no GAT (Gabinete de Apoio Técnico), na Galeria Municipal Osiris e na própria ESTGAD, entre os dias 27 de Setembro e 12 de Outubro.

A organização desta mostra, que reuniu trabalhos de 45 alunos, esteve a cargo da Comissão de Alunos Finalistas da ESTGAD, com o apoio da instituição escolar, da Câmara Municipal das Caldas da Rainha e da Comissão Executiva para os 75 anos de elevação a cidade.

Um dos objectivos desta iniciativa, que teve a sua primeira realização em 2000, foi dar a conhecer ao público extra-escola os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes no âmbito da sua actividade lectiva. “Através deste evento, os estudantes têm a possibilidade de tornar o seu trabalho visível fora do âmbito escolar, na tentativa, não só de implementar um discurso no meio artístico português, como também estabelecer uma ponte com a população da cidade e fora dela”, conforme se lê na nota de apresentação elaborada pela organização do evento.

Entendendo que “o ensino superior representa uma confluência de experiências e uma plataforma de ideias, a ESTGAD, como instituição de formação superior numa cidade com tradição no campo das artes, tem vindo a funcionar como um dos pólos de importância capital para a dinamização sócio-cultural”, adianta a mesma nota.

Um catálogo e uma página Web fazem parte também deste projecto desenvolvido pelos alunos que, no futuro, pretendem levar a exposição, na totalidade ou nos núcleos criados, a outros pontos do País, divulgando não só o seu trabalho, mas também a imagem da ESTGAD e do Município em que a Escola se insere, proporcionando relações de qualidade com outras instituições públicas ou privadas, enriquecendo, deste modo, a cena cultural da região.

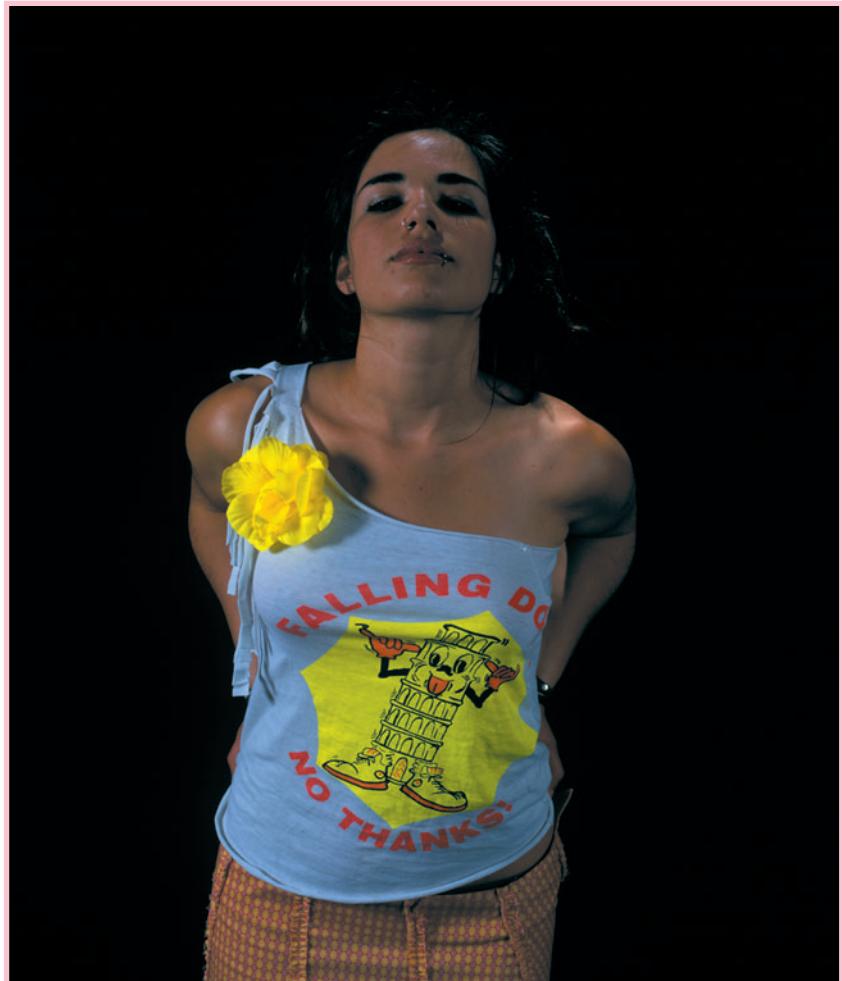


Núcleo Design de Moda da AE/ESTGAD

Desde 2001 que existe na ESTGAD o núcleo Design de Moda da AE/ESTGAD, formado pelos alunos Gil Carvalho, Mariana Inês, Nuno Alexandre Ferreira e Eurídice Conceição, dos cursos de Design Multimédia, Gráfico e Tecnologias para a Cerâmica.

O intuito deste núcleo é a reciclagem de roupa usada e considerada 'démodé', manipulando-a através de vários processos técnicos, conferindo-lhe um novo *look*. Algumas das roupas são doadas por alunos, que beneficiam de descontos na compra das roupas já recicladas e apresentadas por ocasião das feiras 'Supadiscout'.

Ocasionalmente, novas peças são apresentadas numa produção de moda, em que os modelos são os próprios alunos. A primeira ocorreu no Natal de 2001, tendo sido já realizada outra produção de moda, de iniciativa e apoio do professor Francisco Vaz Fernandes, em Junho de 2002, intitulada "Playing Fashion". Desde essa altura, têm sido desenvolvidos vários trabalhos na área do Design de Moda, relacionados com os diferentes cursos da ESTGAD.



Gil Carvalho

Simpósio Internacional de Escultura em Pedra



O escultor Vítor Reis, licenciado em Artes Plásticas pela ESTGAD, foi convidado a participar num Simpósio Internacional de Escultura em Pedra, realizado na ilha de Marma, na Turquia, durante o passado mês de Agosto. Vítor Reis foi o único escultor português a participar neste evento.

A peça que realizou em mármore não a considera como escultura, mas como uma intervenção na pedra, mais ligada à arquitetura. É uma peça com escadas interiores, que simula uma espécie de cais. A sua peça foi colocada junto ao mar na ilha de Marma, local escolhido pelo próprio artista e onde ficará definitivamente instalada.

Protocolos

ESTGAD assina protocolos

Com a Polícia de Segurança Pública de Caldas da Rainha

Entre a ESTGAD e a PSP das Caldas da Rainha foi celebrado um protocolo de cooperação, no passado dia 14 de Agosto. A assinatura deste protocolo visa, entre outros aspectos, facilitar o acesso a informação bibliográfica e informativa considerada importante pelas duas instituições e a utilização de recursos humanos, equipamentos e infra-estruturas tecnológicas, para a realização de formação de recursos humanos. Sempre que possível e desejável, a ESTGAD e a PSP promoverão o apoio a conferências, colóquios e outras realizações. As duas entidades facultarão, ainda, as suas instalações, equipamentos, serviços, pessoal docente e não docente, para a realização das ações que vierem a ser acordadas em contratos específicos, de acordo com as normas legais aplicáveis.

Com o Centro Português de Design

No passado dia 25 de Julho, a ESTGAD e o Centro Português de Design assinaram um protocolo de cooperação que visa a colaboração com outras entidades, nacionais e estrangeiras, no processo de investigação de conteúdos e boas práticas na área do Design Universal. O protocolo contempla ainda outros aspectos, como a implementação de meios que sejam potencializadores da complementaridade científica e tecnológica e a colaboração na produção de recomendações para a aplicação dos princípios do Design Universal, nos currículos dos cursos superiores de Design (de acordo com a resolução ResAP (2001) do Comité de Ministros do Conselho da Europa). A adaptação de materiais para formação profissional, tendo em vista a sua aplicação em situações específicas e a participação em ações de formação, sensibilização e de disseminação de conhecimentos são outros aspectos previstos.

Arte Contemporânea nas Caldas

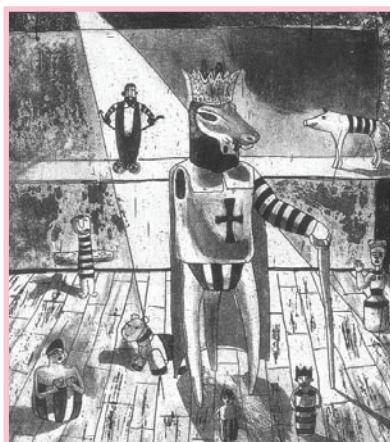
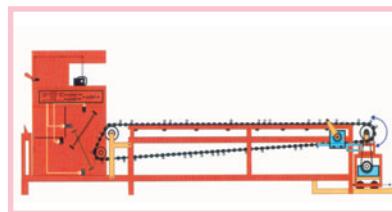
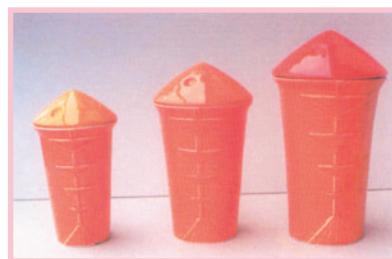
Integrada no programa de comemorações dos 75 anos da elevação das Caldas da Rainha a cidade, a autarquia organizou a exposição “A Arte Contemporânea nas Caldas”, inaugurada nos dias 23 e 24 de Agosto. A mostra, organizada em quatro espaços museológicos da cidade, dedicados à escultura, fotografia e gravura, cerâmica e pintura, contou com a participação de vários artistas ligados à ESTGAD, entre outros artistas consagrados.

O Museu José Malhoa abriu o seu espaço à escultura e nele recebeu nomes como Paulo Tuna, Vítor Reis, Renato Franco, Filipe Feijão, António Mendes, António Vidigal, João Antero e Oscar Guimarães. Trabalhos de fotografia de Valter Vinagre e de gravura de Nelson Crespo, Nuno Gaivoto e Estela Costa puderam ser apreciados nos Museus do Hospital e das Caldas.

Os ceramistas Armando Correia, Lúcia Santos, Ana Sobral, Bartolomeu dos Santos e Design Cal tiveram as suas obras expostas no Museu da Cerâmica.

O Atelier-Museu António Duarte recebeu as obras dos pintores Jorge Feijão, Susana Mendes e Pedro Falcão.

As obras estiveram expostas até 27 de Outubro.



A prova de fogo das colocações

Nos tempos que correm, em que se assiste a uma acentuada diminuição do número de alunos que se candidatam ao ensino superior, por força da própria baixa demográfica na faixa etária respectiva, todas as instituições aguardam com expectativa a concretização das colocações dos alunos do primeiro ano dos cursos, no início de cada ano lectivo.

De facto, de pouco serve a uma escola ter professores, funcionários não docentes e instalações se a ela não afluírem periodicamente os estudantes que são a principal razão de ser da sua existência, a par de outros fundamentos como o serviço à comunidade, o apoio ao desenvolvimento regional ou a realização de investigação científica.

Também na Escola Superior de Tecnologia do Mar aguardávamos com alguma ansiedade os resultados das candidaturas aos cursos de licenciatura bietápica ministrados na Escola: Gestão Turística e Hoteleira, Turismo e Mar, Biologia Marinha e Biotecnologia e Engenharia Biológica e Alimentar (este oferecido pela primeira vez no corrente ano).

Essa preocupação radicava, não apenas no já aludido cenário geral pouco optimista do sistema de ensino superior português, mas ainda na situação específica da ESTM, estabelecimento ainda jovem, de méritos porventura desconhecidos para muitos e relativamente à qual têm pairado recentemente as nuvens negras da falta de investimento público.

Assim, foi com natural satisfação que se recebeu a informação facultada pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior de que, de um total de 225 vagas disponibilizadas pela ESTM, apenas 21 não tinham sido preenchidas logo na primeira fase, correspondendo este número a uns escassos 9,3% dos lugares a concurso, o que dá nota de uma assinalável *performance* da Escola neste domínio, a que acresce a circunstância de se registar

também um número global de candidatos ao primeiro ano dos diferentes cursos na ordem das oito centenas.

Tais resultados, acompanhando de perto a tendência geral do Instituto Politécnico de Leiria, contrastam positivamente com os de muitas outras instituições de ensino superior universitário e politécnico, que assistiram, este ano, a uma desertificação nalguns dos seus cursos e em que se verifica uma quebra crescente da sua capacidade de atracção de alunos.

Por outro lado, estes dados vêm corroborar os estudos e documentos estratégicos elaborados acerca da ESTM e que apontavam para as suas potencialidades, tanto pela natureza da formação oferecida, como pela situação geográfica em que se encontra, ou ainda pela sua inserção numa entidade prestigiada como é o IPL.

Finalmente, as colocações de 2002/2003 vieram desmentir objectiva e cabalmente quem apostasse em eventuais dificuldades que se viessem a registar para, com base nelas, justificar a ausência ou o adiamento de uma aposta decisiva no futuro da ESTM. Se alguma conclusão é possível tirar, com seriedade, deste processo é a de que será por outras razões, mas não por falta de alunos que se poderá fundamentar uma qualquer decisão de se remeterem para as calendas gregas os investimentos que a Escola necessita.

Por isso, temos fundada esperança que a **qualidade** que queremos imprimir à formação que ministramos, no quadro do **desenvolvimento** que a ESTM pensou e planeou para o seu projecto de um **ensino superior** merecedor desse nome, não será posta em causa.



João Poças Santos

Director da ESTM-Peniche

Se alguma conclusão é possível tirar, com seriedade, deste processo é a de que será por outras razões, mas não por falta de alunos que se poderá fundamentar uma qualquer decisão de se remeterem para as calendas gregas os investimentos que a Escola necessita.

Para cooperação técnica e científica

ESTM e a Reserva Natural da Berlenga assinam protocolo

Considerando o interesse comum de desenvolvimento e aprofundamento da colaboração entre a Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche e a Reserva Natural da Berlenga, em domínios de interesse mútuo, foi celebrado um protocolo de cooperação técnica e científica, no passado dia 17 de Julho, em Peniche. A cooperação entre a ESTM e a Reserva Natural da Berlenga desenvolver-se-á nos domínios técnico e científico de interesse comum, de modo a que as relações de intercâmbio daí resultantes permitam uma conjugação de acções que origine benefícios para ambas as partes, na estrita medida das suas atribuições.

A cooperação entre estas entidades traduzir-se-á, designadamente, nas seguintes formas de colaboração bilateral:

a) Facilitar o acesso a informação científica, bibliográfica e de material didáctico, assim como a utilização de meios técnicos, de acordo com regras a acordar pontualmente;

b) Utilização de recursos humanos, meios técnicos e infra-estruturas tecnológicas para a realização de trabalhos de investigação, de ensino e de formação de recursos humanos, de acordo com regras próprias a estabelecer em cada caso, sem prejuízo das suas actividades próprias;



O director da ESTM e o director da Reserva Natural da Berlenga no momento da assinatura

c) Realização de projectos de investigação fundamental ou aplicada e de trabalhos de prestação de serviços, de iniciativa conjunta ou autónoma a realizar por elementos de ambas as partes, em áreas de interesse comum;

d) Permitir a docentes e alunos da ESTM, no desenvolvimento de actividades de investigação, o acesso às áreas, marítima e terrestre, da Reserva Natural da Berlenga, sem prejuízo da legislação aplicável;

e) Sempre que possível e desejável a ESTM e a Reserva Natural da Berlenga promoverão a participação conjunta em pro-

jectos, acções de formação, colóquios e outros eventos de carácter técnico e científico;

f) A ESTM e a Reserva Natural da Berlenga facultarão reciprocamente, sem prejuízo das suas actividades próprias e de acordo com as normas legais aplicáveis, as suas instalações, equipamentos, serviços, pessoal docente e não docente, para a realização de acções conjuntas que venham a ser acordadas em aditamentos específicos ao presente protocolo.

No âmbito deste protocolo realizou-se, durante o último Verão, o projecto "Conhecer as Berlengas 2002".

Conhecer as Berlengas 2002

A 17 de Julho de 2002, foi assinado um protocolo de colaboração técnica e científica entre a Escola Superior de Tecnologia do Mar e a Reserva Natural da Berlenga, que visa a realização de estudos e trabalhos de investigação, ensino e formação, desenvolvidos por estas instituições, dada a importância da Reserva Natural enquanto local privilegiado para a realização de es-

tudos biológicos e de turismo ambiental, claramente duas áreas de vocação específica da ESTM.

A Reserva Natural da Berlenga, com uma área total de 9.560 hectares e limites estabelecidos pelo Decreto Regulamentar n.º 30/98, de 23 de Dezembro, foi criada para defender espécies e *habitats* de grande importân-

cia no arquipélago e na área marinha adjacente. Simultaneamente, serve para disciplinar a utilização de recursos naturais, que são preciosos para o desenvolvimento sustentado de actividades económicas, e necessários para a continuação de algumas práticas recreativas, que costumam atrair muitos visitantes durante a época estival.

Conhecer as Berlengas 2002

...

No âmbito deste protocolo, desenvolvemos a iniciativa "Conhecer as Berlengas 2002", que decorreu de 20 de Julho a 31 de Agosto. Nesta iniciativa, alunos da ESTM, a título voluntário, integraram grupos de trabalho técnico-científico, tendo desenvolvido tarefas úteis, que contribuíram para a sua formação pessoal e académica, para além de representarem uma ajuda necessária nas tarefas de gestão corrente da Reserva Natural:

1. Trabalhos de índole científica, nomeadamente a observação da geologia, da flora e da fauna da ilha, o registo da ecologia e do comportamento de algumas espécies da ilha, o estudo comparativo das comunidades biológicas da faixa entre-marés, entre outros.
2. Colaboração nos trabalhos de gestão corrente da Reserva Natural:
 - a. Arrancar chorão (*Carpobrotus edulis*) em áreas pré-seleccionadas;
 - b. Arranjar e ajudar a manter limpos os



caminhos existentes na ilha;

c. Ajudar na limpeza de pesqueiros e sensibilização ambiental de visitantes.

Participaram nesta iniciativa 23 alunos da ESTM, dos cursos de Biologia Marinha e Biotecnologia, Engenharia Naval e Industrial e Gestão Turística e Hoteleira, tendo sido divididos em turnos de 4 a 6 alu-

nos, cada turno com duração de 7 dias. No final do trabalho, cada aluno ficou encarregue de entregar um pequeno relatório de actividades, recebendo um certificado de participação.

Teresa Mouga,
Coordenadora do Curso de Biologia Marinha e Biotécnica da ESTM

Aix-en-Provence, França

CIRET - Centre International de Recherches et d'Études Touristiques

A Escola Superior de Tecnologia do Mar faz parte, desde 2 de Setembro, como centro de investigação associado, do Centre International de Recherches et d'Études Touristiques (CIRET), sediado em Aix-en-Provence, França. A escola está representada pelo Dr. João Paulo Jorge, perspectivando-se, a breve prazo, o início de um projecto de investigação, envolvendo, para além da ESTM, universidades e centros de investigação de França, Itália e Brasil.

Objectivos do CIRET

- Disponibilizar uma ferramenta, a nível mundial, de cooperação científica e profissional;
- Permitir aos 475 centros de investigação (entre os quais a ESTM), actualmente identificados em 64 países, e aos 1.837 investigadores na área do turismo, informarem-se sobre investigadores que trabalhem sobre um determinado tema, permitindo o estabelecimento de contactos;
- Disponibilizar aos investigadores a análise do conteúdo da base bibliográfica, através de 1000 palavras-chave e um índice geográfico da investigação

turística mundial, através de cerca de 150.000 livros, artigos e outros documentos que o CIRET disponibiliza com indicação de autor, título e editora;

- Pôr à disposição dos investigadores um banco de dados de editores especializados na área do turismo e lazer.

O CIRET oferece, igualmente, um Centro de Publicações aberto a todos os investigadores, a fim de aí reunir toda a produção e disponibilizá-la ao conjunto dos investigadores associados.
O CIRET é uma associação sem fins lucrativos.

Agentes de cultura e de turismo reúnem-se no Oeste

Encontro Internacional Inter-Universitário



No âmbito do projecto de cooperação inter-universitária "Routes for Tourism and Culture - Environment and cultural patrimony for the development of the sustainable tourism. New itineraries for discovering the European common inheritance for the growth of a new entrepreneurship", a Escola Superior de Tecnologia do Mar (ESTM) organiza, com a colaboração da Região de Turismo do Oeste, um Encontro Internacional Inter-Universitário.

Esta iniciativa representa uma ocasião de encontro com diversos agentes institucionais do mundo produtivo, da cultura e do turismo, permitindo uma reflexão sobre uma realidade cada vez mais importante, confrontando diversas experiências internacionais.

No primeiro dia dos trabalhos, 15 de Novembro, a decorrer no Museu Municipal de Peniche, far-se-á a apresentação pública dos primeiros resultados do projecto. Serão intervenientes a Prof.ª Dr.ª Anna Trono, coordenadora do projecto, da Universidade de Lecce, a Prof.ª Dr.ª Cláudia Robiglio, da Universidade de Verona, o Prof. Dr. Juergen Schmude, da Universidade de Regensburg, Baviera, a Dr.ª Konstantina Bada, da Universidade de Ioannina, Grécia, a Dr.ª Maria Chiara

Zerbi, da Universidade de Milão, e o Dr. João Paulo Jorge, da ESTM, Instituto Politécnico de Leiria.

No segundo dia de trabalhos, a decorrer no auditório da Região de Turismo do Oeste, em Óbidos, intervirão o Dr. António Carneiro, Presidente da Região de Turismo do Oeste, o Arquitecto Flávio Lopes, coordenador

do Programa de Incentivo ao Turismo Cultural, da Direcção-Geral do Turismo, o Professor Lúcio Grinover, coordenador do curso de mestrado em Turismo e Hospitalidade na Universidade de Morumbi, S.Paulo, e a Prof.ª Dr.ª Teresa Mougá da ESTM. Seguir-se-á uma mesa redonda e debate.

Programa

Sexta-feira, 15 de Novembro

Peniche

Museu Municipal - Salão Nobre

9:00 horas - Recepção

9:30 horas - Início dos Trabalhos

Abertura:

Dr. Luciano de Almeida, *Presidente do IPL*
Dr. João Poças Santos, *Director da ESTM*
Sr. Jorge Gonçalves, *Presidente da Câmara Municipal de Peniche*
Dr. António Carneiro, *Presidente da Região de Turismo do Oeste*

Apresentação do Projecto

Routes for Tourism and Culture:

- Apresentação do projecto à comunidade
Dr. João Paulo Jorge,
Escola Superior de Tecnologia do Mar

- Salento - **Prof.ª Dr.ª Anna Trono**
(Universidade de Lecce)

- Veneto - **Prof.ª Dr.ª Cláudia Robiglio**
(Universidade de Verona)

15:00 horas

Projecto RTC (continuação):

- Lombardia - **Prof.ª Dr.ª Maria Chiara Zerbi**
(Universidade de Milão)
- Baviera - **Prof. Dr. Juergen Schmude**
(Universidade de Regensburg, Alemanha)
- Epyro - **Prof.ª Dr.ª Konstantina Bada**
(Universidade de Ioannina, Grécia)

17:00 horas

Visita guiada ao Museu Municipal de Peniche

Dr.ª. Ana Batalha - ESTM

Sábado, 16 de Novembro

Óbidos

Região Turismo Oeste

9:30 horas - Recepção

10:00 horas - Início dos Trabalhos

Abertura:

Dr. Telmo Faria, *Presidente da Câmara Municipal de Óbidos,*
Dr. António Carneiro - (RTO),
Prof. Dr. Jorge Arroiteia (*Universidade de Aveiro*)

Turismo, Ambiente e Cultura

Dr. António Carneiro

Estratégia e potencialidades do Turismo no Oeste

Arq. Flávio Lopes

Programa de Incentivo ao Turismo Cultural
Turismo Cultural

Prof. Lúcio Grinover,
Universidade S.Paulo, Brasil
Hospitalidade e turismo

Prof.ª Dr.ª Teresa Mougá
Escola Superior de Tecnologia do Mar -IPL
Ambiente Litoral e Sustentabilidade

Debate

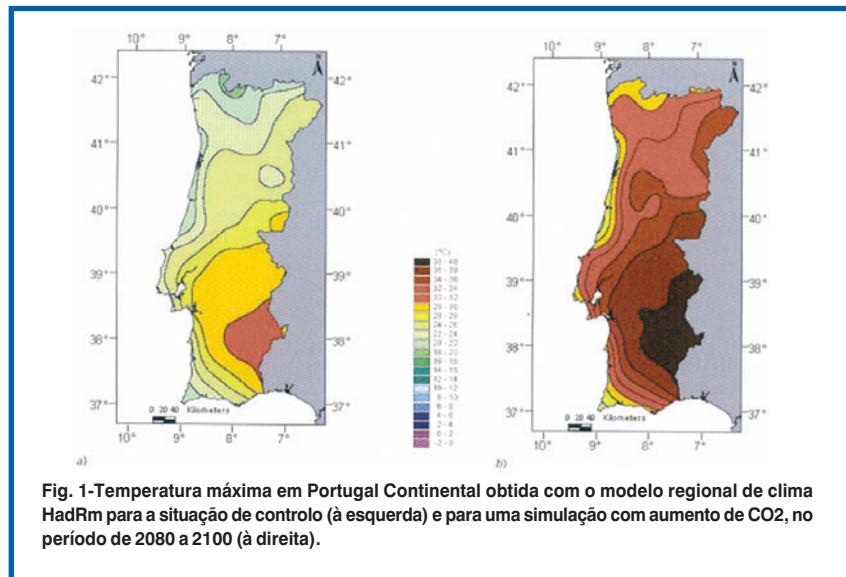
Projecto Siam em Peniche

As pescas em discussão

Realizou-se no passado dia 16 de Julho, nas instalações da FORPESCAS em Peniche, uma reunião de apresentação dos resultados do projecto “SIAM – Mudança Climática em Portugal. Cenários, Impactes e Medidas de Adaptação” na componente PESCAS. A ESTM fez-se representar pelos professores Paulo Maranhão e Roberto Gamboa, estando também presentes entidades da cidade de Peniche ligadas ao sector das pescas. A apresentação dos resultados do projecto SIAM foi feita por Ricardo Moita (Coordenador), Carlos Sousa Reis (Coordenador do grupo Pescas) e Ricardo Lemos (Grupo Pescas).

Relativamente ao clima futuro em Portugal Continental, os investigadores prevêem que, nos próximos 100 anos, haja um aumento da temperatura média do ar entre 4 a 7 °C (figura 1) e um decréscimo da precipitação, levando a um aumento potencial de mortes relacionadas com o calor, de doenças transmitidas pela água e pelos alimentos e de problemas de saúde relacionados com a poluição atmosférica.

Na apresentação mais pormenorizada da componente Pescas, os seus autores referiram que os cenários climáticos deste estudo indicam que, até ao final do século XXI,



poderá ocorrer um aumento da temperatura superficial da água do mar na ordem dos 4 °C, prevendo-se também alterações no regime dos ventos, com consequências significativas para o afloramento costeiro (ascensão de águas profundas, mais frias e ricas em nutrientes) característico da costa Oeste portuguesa. Beneficiando destas alterações ambientais prevê-se que as populações da sardinha, do atum-rabilho e do polvo-vulgar possam crescer.

No período de trabalho que se seguiu, os participantes discutiram alguns aspectos

do modelo e dos dados utilizados, colaborando também com o seu conhecimento pessoal para complementar algumas das conclusões. Foram também feitas algumas sugestões para futuras investigações na continuidade do projecto. O aprofundamento do conhecimento sobre as espécies já estudadas, a previsão sobre que novas espécies poderão vir a “substituir” algumas das existentes e a sua implementação no mercado de produtos de pesca, foram os temas referidos, que poderão vir a ser incluídos no projecto SIAM II.

Turismo cultural analisado em Verona

“La Via Adriática dalla Baviera all’ Epiro”

Realizou-se em Verona, nos passados dias 18 e 19 de Outubro, o Convénio “La Via Adriática dalla Baviera all’ Epiro”. Este encontro foi dedicado ao turismo cultural e aos valores ligados à produção do vinho, do azeite e de outros recursos específicos. Foram apresentados os primeiros resultados do projecto de in-

vestigação inter-universitária “Routes for Tourism and Culture” no qual a ESTM participa. A iniciativa, organizada pela Câmara de Comércio de Verona, representa uma ocasião de encontro com representantes de instituições do mundo produtivo, da cultura e do turismo, permitindo uma reflexão

sobre uma realidade cada vez mais importante, confrontando diversas experiências internacionais.

A representar a ESTM, esteve o Dr. João Paulo Jorge que fez uma comunicação com o título “Oeste region: looking for a strategy for balanced tourism and sustainability”.

Ingressos em Enfermagem

Candidaturas e colocações nas escolas de enfermagem

Elísio Augusto Gomes Pinto

Presidente do Conselho Directivo da ESEnf-Leiria



A rede de Escolas Públicas que leccionam a Licenciatura em Enfermagem é constituída por 27 Escolas. Destas, três são Escolas Superiores de Saúde (Aveiro, Castelo Branco e Setúbal), que também leccionam Cursos de Bacharelato na área da Saúde. As outras 24 são Escolas Superiores de Enfermagem, das quais 21 estão localizadas no Continente, uma na Madeira (Funchal) e duas nos Açores (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo). Para o presente ano lectivo, as Escolas do Continente, no seu conjunto, ofereceram 1.974 vagas para o Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior – Regime Geral (artigo 12.º da Lei 46/86 de 14 de Outubro – alterada pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro; pelo Decreto Lei n.º 296 – A/98 de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/99 de 3 de Março) e mais cerca de 10 por cento para os Regimes Especiais de Acesso ao Ensino Superior (Portaria n.º 612/93, de 29 de Junho alterado pela Portaria n.º 317 – A/96, de 29 de Julho, e Decreto-Lei n.º 393 – B/99 de 2 de Outubro).

Assim, o total de vagas disponibilizadas ultrapassou as 2.100. Para as vagas do Regime Geral houve, na 1.ª fase, 16.972 candidaturas, proporção de uma vaga para oito candidaturas. Todas as vagas foram preenchidas na 1.ª fase. A nota mais baixa do último candidato colocado foi 140,0

na Escola Superior de Enfermagem de Bragança e a nota mais alta do último candidato colocado foi de 177,6 na Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa.

A Escola Superior de Enfermagem de Leiria (ESEnf) colocou, conforme previsto no seu Plano Estratégico, 110 vagas para o Regime Geral de Acesso ao Ensino

Superior, mais 40 que em anos lectivos anteriores, (55 para Outubro e 55 para o segundo semestre) e 10 para os Regimes Especiais, perfazendo um total de 120 vagas. A ESEnf registou 873 candidaturas e todas as suas vagas foram preenchidas.

A nota do primeiro colocado foi de 185,6 e a do último (entrada no segundo semestre) foi de 150,2. Comparando com o todo nacional, verificamos que temos uma proporção ligeiramente inferior à de uma vaga para oito candidaturas e as notas dos últimos candidatos colocados estão acima da média nacional.

Numa análise um pouco mais fina, verificamos (quadro 1) que 80,4 por cento das candidaturas apresentadas foram do sexo feminino contra 19,6 por cento do

Quadro 1

Distribuição das candidaturas à ESEnf por opção e sexo

OPÇÕES	SEXO FEMININO		SEXO MASCULINO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1.ª	130	14,9	27	3,1	157	18,0
2.ª	117	13,4	36	4,1	153	17,5
3.ª	127	14,6	30	3,4	157	18,0
4.ª	130	14,9	27	3,1	157	18,0
5.ª	109	12,5	26	3,0	135	15,5
6.ª	89	10,1	25	2,9	114	13,0
TOTAL	702	80,4	171	19,6	873	100,0

Quadro 2

Nota mínima e máxima, média e desvio padrão das notas de candidatura à ESEnf por sexo

	N.º	NOTA MINIMA	NOTA MAXIMA	MÉDIA	D.P.
Sexo Feminino	702	108,6	185,6	146,6	13,1
Sexo Masculino	171	104,2	172,8	143,9	138,8
Total	876	104,2	189,6	146,1	133,3

sexo masculino e que a distribuição pelas seis opções é homogénea, quer entre os sexos quer entre as opções. Contudo, as 157 (18 por cento) primeiras opções excedem largamente o número de vagas distribuídas para o Regime Geral.

Quanto às notas de candidatura (quadro 2), verificamos que o sexo feminino apresentou notas mais elevadas. A nota mínima, assim como a nota máxima, são mais elevadas no sexo feminino apesar das diferenças entre as médias não serem estatisticamente significativas.

Debrucemo-nos, agora, sucintamente sobre os candidatos colocados na ESEnf. Como se demonstra no quadro 3, as turmas são constituídas maioritariamente por elementos do sexo feminino (78,2 e 74,5 por cento, em Outubro e no segundo semestre, respectivamente) e por candidaturas da primeira e segunda opções. Assim, podemos concluir que a procura excedeu largamente a oferta numa proporção aproximada de uma vaga para oito

candidaturas, maioritariamente pelo sexo feminino, que também detém as melhores notas. A ESEnf é uma escola com forte atracção, quer no número de candidaturas, quer na nota de candidatura.

A primeira opção obteve 157 candidaturas e se adicionarmos as duas primeiras opções sobe para 310 o número de candidaturas com notas que oscilaram entre

o máximo de 185,6 e o mínimo de 150,2. Não obstante o número de candidaturas ser confortável, quando comparado com os números do ano anterior (2001/2002) verificamos um decréscimo de aproximadamente 200 candidaturas. Esta diminuição não é preocupante, mas deve ter-se em consideração na preparação dos planos estratégicos.

Quadro 3

Distribuição dos candidatos colocados na ESEnf por turma, opção e sexo

OPÇÃO	OUTUBRO			2º SEMESTRE		
	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO	TOTAL
	Nº	Nº		Nº	Nº	
1. ^a	26	5	31	9	1	10
2. ^a	4	1	5	17	9	26
3. ^a	9	2	11	4	2	6
4. ^a	1	2	3	5	1	6
5. ^a	3	2	5	3	0	3
6. ^a	0	0	0	3	1	4
TOTAL	43 (78,2%)	12 (21,8%)	55	41 (74,5%)	14 (25,5%)	55

Sessão solene de encerramento Alunos concluem a licenciatura

A sessão solene de encerramento do 14.º Curso de Bacharelato em Enfermagem - Ano Complementar de Formação - decorreu no passado dia 26 de Julho.

A sessão iniciou-se na Sé Catedral de Leiria, às 14 horas, com missa e bênção das insígnias. Mais tarde, por volta das 16 horas, decorreu a sessão solene de encerramento e entrega das insígnias, carta de curso e o juramento profissional por parte dos novos profissionais de enfermagem. A assistir à cerimónia estiveram as diversas individualidades do distrito, representantes do IPL e das suas escolas, assim como das instituições de saúde, alunos e funcionários da ESEnf, e as famílias dos finalistas.

Este curso permite obter o grau de bacharelato ao fim de três anos e a licen-

ciatura ao fim de mais um ano complementar. Concluíram a licenciatura 34 novos profissionais de enfermagem.

Curso de Complemento de Formação em Enfermagem

Em simultâneo, encerrou o 4.º curso de Complemento de Formação em Enfermagem. O curso, que foi coordenado pela Drª Helena da Conceição Borges Pereira Catarino, teve a duração de um ano lectivo. Obtiveram o grau mais de 40 profissionais de enfermagem.

Na sessão solene usaram da palavra Elísio Augusto Gomes Pinto, Presidente do Conselho Directivo da ESEnf, João Paulo Marques, vice-presidente do IPL, a aluna finalista Marta Sofia Vieira Baptista e a professora Clarisse Louro, enquanto convidada dos finalistas.

Breves

Novos assistentes

Os enfermeiros especialistas Teresa Madalena Kraus Brincheiro Huttel Barros, Margarida Teodora Sardinha do Carmo e Pedro João Soares Gaspar foram nomeados para exercerem funções em regime de comissão de serviço extraordinária equiparados a assistentes do 1.º triénio.

Faleceu, no passado dia 19 de Agosto, Patrícia Alexandra Passos Leirião, aluna desta Escola. No cortejo fúnebre, que se realizou em Porto de Mós, estiveram presentes elementos da Direcção, funcionários e alunos da Escola, que num gesto simbólico colocaram a bandeira da instituição sobre a urna.

Em vigor já este ano lectivo

Pagamento de Bolsas de Estudo através de transferência bancária

Os Serviços de Acção Social (SAS) pretendem alterar, já no início do ano lectivo, o procedimento relativo ao pagamento de bolsas de estudo. Irá adoptar-se o pagamento das bolsas por transferência bancária, que assegurará uma maior eficiência e qualidade nos serviços prestados pelo sector de bolsas de estudo. Os estudantes bolseiros que não tenham entregue o Número de Identificação Bancária (NIB) devem dirigir-se aos serviços administrativos dos SAS para regularizarem a sua situação.

Para aplicação do regulamento em vigor na atribuição de bolsas de estudo no ensino superior, os SAS têm que organizar este processo, por forma a garantir que a transferência seja feita apenas para os estudantes que estejam a frequentar as aulas. Desta forma, só será efectuada a transferência da bolsa aos estudantes que previamente tenham assinado a lista de confirmação a disponibilizar pelos SAS. Esta lista estará ao dispor dos estudantes da ESTG, ESEL, ESTGAD e pólo da ESEL, durante os últimos cinco dias úteis de cada mês, nos serviços administrativos dos SAS. Deslocar-se-á uma funcionária dos SAS, na última semana de cada mês, durante dois dias a fixar, à ESTG, ESEnf e ESTM, a fim de recolher as assinaturas, em local a definir oportunamente.

O sucesso deste novo procedimento dependerá da colaboração dos interessa-



dos no cumprimento das condições implantadas pelos SAS. A pronta adesão a este sistema permitirá que até ao final do corrente ano, todos os pagamentos se processem por este meio.

Prevê-se que 1.741 estudantes sejam contemplados com bolsa de estudo durante o ano lectivo 2002/2003. O valor da bolsa média aproximar-se-á dos 120,00 euros. Estima-se que os encargos com o pagamento de bolsas de estudo no último trimestre de 2002 seja de 627.177,00 euros.

O valor da bolsa base anual, a atribuir pelos SAS, no ano lectivo 2002/2003, a fundo perdido, oscila entre os 4.176,12 euros e os 348,01 euros. Esta bolsa é paga até 10 prestações, podendo o estudante em situação especial receber mais

uma mensalidade. As bolsas de estudo sobem consideravelmente quando, de acordo com a situação de cada estudante, se aplique o Art.º 16.º - Complemento de bolsa – estudantes não deslocados, Art.º 17 - Complemento de bolsa – estudantes deslocados e Art.º 19.º - Prestações complementares, do Regulamento em vigor para Atribuição de Bolsas de Estudo no Ensino Superior, publicado em anexo ao Despacho n.º 10324-D/97, de 31 de Outubro, com alterações introduzidas pelo Despacho n.º 13766-A/98, de 7 de Agosto e Despacho n.º 7424/02, de 10 de Abril. O prazo das candidaturas aos benefícios sociais para os estudantes do 1.º ano, primeira vez, é de 30 dias a contar da data em que efectuem a matrícula.

Desporto e cultura

Os estudantes que pretendam praticar uma actividade desportiva ou cultural devem dirigir-se ao Gabinete do SADC – Sector de Actividades Desportivas e Culturais localizado no rés-do-chão do edifício dos SAS, no Morro do Lena.

Este sector tem como objectivo promover o desporto e a cultura entre os estudantes do IPL, por se considerar que são duas vertentes fundamentais no seu percurso académico.

Novidades para 2002/03

Alojamento

No início de mais um ano lectivo, vivem-se momentos de grande azáfama. Assistimos ao regresso dos estudantes que já conhecemos de anos anteriores e recebemos os do primeiro ano que procuram ansiosamente a nossa ajuda.

Paulatinamente, a procura de alojamento nas residências dos SAS tem crescido, quer pelo aumento do número de estudantes matriculados nas Escolas do IPL, quer pela subida significativa das mensalidades dos quartos arrendados pelos privados. Os preços praticados afectam gravemente o orçamento familiar do estudante deslocado, pelo que, cada vez mais, a atribuição de alojamento nas residências constitui um apoio imprescindível para muitos estudantes. Note-se que para os que são bolseiros, o complemento de aluno deslocado que acresce ao valor da bolsa base atribuída, de acordo com o rendimento do agregado familiar, é igual ao valor base fixado para esse ano lectivo nas residências de estudantes – 52,20 euros. Significa que os estudantes bolseiros alojados não têm encargos com o alojamento na residência. Face à incapacidade de satisfazer todos os pedidos, os SAS têm vindo a efectuar diligências, no sentido de reforçar o número de camas disponíveis em Leiria (426) e em Caldas da Rainha (108). A construção de uma nova residência em Peniche e Caldas da Rainha foi inviabilizada por falta de financiamento em PIDDAC.

Para os estudantes que solicitaram alojamento, se não lhes puder ser atribuído, recebem um complemento de aluno deslocado dentre 25% a 35% do valor da bolsa de referência que é de 348,01 euros no presente ano lectivo (Art.º 17.º do Despacho n.º 7424/02 – II série, de 10 de Abril).

A gestão das residências é feita pelos SAS com a colaboração da Comissão de Residentes que é eleita anualmente. Para



o efeito, de 18 a 29 de Novembro de 2002, os estudantes devem eleger um representante de cada ala para fazer parte da

referida comissão. Esta comissão é representada por um porta voz junto dos SAS.

Tabela de preços a aplicar nas residências de estudantes dos SAS

ANO LECTIVO 2002/2003

Quarto duplo/mês	Euros
Estudantes bolseiros	52,20
Não bolseiros	75,00
ERASMUS	75,00
PALOP'S	75,00

Quarto duplo/noite	Euros
Estudante do Ensino Superior	5,00
Outros	6,50

Quarto individual/noite	Euros
Estudante do Ensino Superior	8,00
Docentes/Familiares de Estudantes	13,00
Funcionários do IPL /Outros organismos do Estado	10,00

Quarto individual/mês	C/WC	S/WC
Estudantes bolseiros	113,00	70,00
Estudantes não bolseiros	113,00	95,00
Docente/ Funcionários do IPL/Outros	125,00	-

Alimentação

O aumento do número de refeições implica uma maior eficiência dos serviços, nomeadamente para evitar longos períodos de espera nas filas de acesso às refeições.

Está em funcionamento, desde Janeiro de 2002, um novo espaço composto de refeitório, bar e churrasqueira junto da ESE. No mesmo espaço funciona um serviço de restaurante destinado a todas as pessoas do IPL (alunos, docentes e funcionários).

Na sequência do Despacho do Ministro da Ciência e do Ensino Superior, o preço da refeição praticado nos refeitórios, a partir de 1 de Outubro de 2002, é de 1,75 euros.



Gabinete de Apoio Psicológico

No presente ano continua em funcionamento o gabinete de psicologia. A actividade deste gabinete é desenvolvida em Leiria pela Dr^a. Célia Ramos e, em Caldas da Rainha e Peniche, pela Dr^a. Mónica Gaspar, ambas licenciadas em Psicologia Clínica.

As consultas são gratuitas e podem ser marcadas na sede dos SAS, através do **telefone 244830640** ou através do e-mail **sas@sas.iplei.pt**

Local	Dias	Horário
LEIRIA - Posto médico		
Residência de Estudantes Afonso Lopes Vieira	Terças e Quintas-feiras	Das 14h30 às 17h00
CALDAS DA RAINHA	Terças-feiras	Das 9h30 às 12h30
Posto médico-SAS		
PENICHE	Quartas-feiras	Das 10h00 às 12h00
ESTM		

Saúde

Mantêm-se as consultas de medicina curativa em Leiria e Caldas da Rainha, pelos médicos Dr. Jorge Vieira e Dr. António Barreto, respectivamente.

Consultas de clínica geral

LEIRIA - Posto Médico		
Residência de Estudantes Afonso Lopes Vieira	Quartas-feiras	das 16h00 às 17h30
CALDAS DA RAINHA		
Posto médico - SAS	Quintas-feiras	das 17h00 às 18h00

Preçário em vigor:

Estudante	1,50 €	Funcionário	3,00 €	Docente	3,50 €
-----------	--------	-------------	--------	---------	--------

Reprografia e papelaria

Este serviço encontra-se em funcionamento nos SAS, em Caldas da Rainha e na Escola Superior de Enfermagem, em Leiria. É um serviço pioneiro que se pretende alargar às restantes Escolas do IPL.

IPL e Univates assinam protocolo



O Instituto Politécnico de Leiria e o Univates – Centro Universitário, de Rio Grande do Sul, Brasil, assinaram um protocolo de cooperação, a 3 de Outubro, no Edifício Sede do IPL.

O reitor do Univates, Ney Lazzari, e o coordenador do Curso de Administração, Gerson Bonfadini, deslocaram-se a Leiria para o efeito, tendo reunido com o Conselho

de Gestão do IPL e com os presidentes dos Conselhos Directivos da ESE e da ESTG.

De acordo com o protocolo, as duas entidades “comprometem-se a promover a cooperação conjunta, estudando formas de concretização de projectos específicos em benefício recíproco, nos domínios de interesse comum”. Alguns desses domínios

são a formação de professores, as novas tecnologias e o desenvolvimento regional. Dando cumprimento ao acordo assinado, IPL e Univates vão empenhar-se na troca de experiências de ensino e aprendizagem, no desenvolvimento de projectos conjuntos de investigação e na realização de seminários, cursos, concursos, simpósios e eventos similares.

Biblioteca da ESTG e Bloco de Salas da ESE concluídos em Novembro

Depois de um mês de Março em cheio, com a inauguração do Edifício Sede do IPL e dos SAS, da Incubadora de Empresas, da Residência e Pousadinho José Saramago e da Cantina da ESE, Novembro promete ser igualmente marcante para a vida do IPL e das suas escolas. Para este mês está prevista a conclusão do Edifício da Biblioteca da ESTG e do Bloco de Salas de Aula da ESE.

A primeira pedra da Biblioteca da ESTG foi lançada em Março e, desde então, a construção tem decorrido a bom ritmo. O edifício, com uma área útil de 3.485,30 m², terá quatro pisos, 16 salas para trabalhos de grupo; 8 gabinetes de investigação; 3 salas de leitura, com bibliografia de livre aces-

so; uma sala de leitura informal de publicações periódicas, equipada com sofás e mesas baixas; uma sala mais reservada, que poderá ser destinada à consulta de obras de referência ou publicações periódicas, científicas e técnicas; uma sala de audiovisuais; uma sala de projecção, que poderá também ser utilizada para pequenos encontros ou formações e uma sala de informática com 100 lugares.

Prestes a terminar está também a construção do Bloco de Salas de Aula da ESE. Com uma área bruta que ultrapassa os 1.200 m², o edifício vai permitir que as aulas decorram todas no mesmo espaço e, assim, evitar que os alunos tenham de se deslocar para o Convento de Santo

Estevão, onde funcionava o antigo Magistério Primário.

Com este edifício vão surgir 12 novas salas de aula, com uma capacidade para 534 alunos. Do projecto consta ainda um auditório, com gabinetes de tradução simultânea e cuja lotação ultrapassa os 200 lugares.

As últimas previsões para a conclusão do Bloco D da ESTG apontam para Setembro do próximo ano. Com esta estrutura, a Escola pretende responder às exigências que o número crescente de alunos vai criando. O Bloco D trará consigo mais salas de aula, anfiteatros, um número considerável de laboratórios e gabinetes para docentes.

IPL cada vez mais procurado

O Instituto Politécnico de Leiria foi a terceira instituição de ensino superior público com menor percentagem de vagas sobranes, na primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior, com apenas 10,4%. À frente do IPL ficaram a Universidade Técnica de Lisboa, com 7,5 por cento, seguida da Universidade do Porto, com 8,88 por cento.

Nesta fase do concurso, o IPL destacou-se também por ser uma das poucas instituições de ensino politécnico que não admitiu alunos com nota de acesso inferior a 9,5, a par do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e da Universidade de Aveiro, cujo ensino ministrado é também politécnico.

O IPL registou, este ano, e só na primeira fase, um total de 9.278 candidatos para 1.753 vagas. Foram colocados 1.571 alunos, tendo ficado para a segunda fase do concurso apenas 182 vagas.

Os cursos de Design, da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design, das Caldas da Rainha e de Enfermagem, da Escola Superior de Enfermagem de Leiria, continuam a ser os que registam notas mais altas entre os últimos colocados (superior ou muito próximo de 15). Mas a grande surpresa foi o curso de Serviço Social da Escola Superior de Educação de Leiria, que entrou em funcionamento neste ano lectivo 2002/2003 e que registou mais de 800 candidatos, tendo o último aluno colocado apresentado média de 15.

Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior

1.ª fase - Vagas Sobrantes

Instituição	% de vagas sobranes	Número de cursos que admitiram alunos com nota negativa
Universidade Técnica de Lisboa	7,5	
Universidade do Porto	8,88	
I.P. Leiria	10,4	
I.P. Lisboa	13,7	3
Universidade de Coimbra	14	
Universidade do Minho	15,6	
I.P. Cávado e Ave	16,3	1
Universidade do Algarve (ensino politécnico)	16,5	2
Universidade Nova de Lisboa	17,4	
Universidade de Aveiro (ensino universitário)	21,8	
I.P. Viseu	22,23	10
I. P. Porto	22,9	4
Universidade de Lisboa	23,46	
I. P. Viana do Castelo	26,5	
I. P. Setúbal	27,1	11
Universidade da Madeira	27,7	
I. P. Portalegre	27,9	1
Universidade da Beira Interior	29,9	
I. P. Santarém	32,94	1
I. P. Bragança	34,6	7
I.P. Castelo Branco	36,44	4
I.P. Coimbra	36,5	9
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	36,9	
I. P. Beja	37,8	4
Universidade de Aveiro (ensino politécnico)	38,11	
I. P. Tomar	38,2	8
Universidade dos Açores	39,3	
Universidade de Évora	41,83	
I.P. Guarda	45,2	2
Universidade do Algarve (ensino universitário)	50,4	

Instituto Politécnico de Leiria

Colocações 1.ª fase 2002

Nome do Curso	Vagas	Colocados	Vagas sobrantes	Candidatos	Nota último colocado
ESE					
Comunicação Social e Educação Multimédia	40	40	0	341	139,3
Educação de Infância	30	30	0	385	139,7
Ensino Básico - 1.º Ciclo	30	30	0	253	133,4
Professores do Ensino Básico, variante de Educação Física	25	23	2	109	99,0
Professores do Ensino Básico, variante de Educação Musical	20	9	11	37	107,1
Professores do Ensino Básico, variante de Matemática e Ciências da Natureza	25	17	8	57	107,1
Professores do Ensino Básico, variante de Português e Inglês	25	10	15	28	108,5
Relações Humanas e Comunicação no Trabalho	40+2	40+2	0	412	141,8
Serviço Social	40	40	0	847	152,8
Turismo	40	40	0	389	140,2
Total	315+2	279+2	36	2.858	
ESTG					
Comércio e Marketing	50+1	50+1	0	246	114,3
Contabilidade e Finanças	50	50	0	248	124,3
Engenharia Automóvel	40	33	7	141	101,3
Engenharia Civil	70	70	0	380	115,6
Engenharia do Ambiente	50	50	0	189	118,1
Engenharia e Gestão Industrial	40	23	17	90	98,3
Engenharia Electrotécnica	60	56	4	236	101,1
Engenharia Electrotécnica (regime nocturno)	30	9	21	41	95,5
Engenharia Informática	80	80	0	330	98,9
Engenharia Informática (regime nocturno)	30	16	14	54	96,2
Engenharia Informática e Comunicações	50+1	50+1	0	249	96,2
Engenharia Mecânica	50	33	17	177	96,1
Engenharia Mecânica (regime nocturno)	30	12	18	29	97,8
Gestão de Empresas	70	70	0	441	119,5
Gestão e Administração Pública	50	50	0	158	95,2
Solicitadoria	40	40	0	260	132,3
Tradução	40	27	13	80	102,1
Total	830+2	719+2	111	3.349	
ESTGAD					
Artes Plásticas	75	75	0	225	126,5
Animação Cultural	30+1	30+1	0	201	127,0
Design, opção de Design Industrial	30	30	0	279	150,0
Design, opção de Tecnologias Gráficas + opção de Tecnologias Multimédia	50	50	0	351	148,1
Design, opção de Tecnologias para a Cerâmica	30	30	0	117	128,2
Som e Imagem	30	30	0	185	131,3
Tecnologias da Informação Empresarial	30	16	14	40	104,8
Total	275+1	261+1	14	1.398	
ESTM					
Biologia Marinha e Biotecnologia	70	70	0	286	133,0
Engenharia Biológica e Alimentar	45	45	0	258	128,1
Gestão Turística e Hoteleira	60	51	9	148	104,8
Turismo e Mar	50	38	12	108	95,7
Total	225	204	21	800	
ESENF					
Enfermagem	54+1	54+1	0	507	157,4
Enfermagem (entrada no 2.º semestre)	54+1	54+1	0	366	150,2
Total	108+2	108+2	0	873	
Total IPL	1753+7	1571+7	182	9.278	
	1.760	1.578			

Instituto Politécnico de Leiria

Colocações 2.^a fase

Escola	Vagas	Colocados ¹	Sobrantes ²
ESE	81	86	14
ESTG	232	202	54
ESTGAD	67	81	0
ESTM	76	96	0
ESEnf	7	10	0
TOTAL	463	475	68

¹ O número de colocados pode ultrapassar o número de vagas, uma vez que, segundo o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público, sempre que dois ou mais candidatos em situação de empate disputem a última vaga ou o último conjunto de vagas de um par estabelecimento/curso, são abertas tantas vagas quanto as necessárias para os admitir.

² Professores do Ensino Básico, variante Educação Física (5); Professores do Ensino Básico, variante Educação Musical (5); Professores do Ensino Básico, variante de Matemática e Ciências da Natureza (2); Professores do Ensino Básico, variante Português e Inglês (2); Engenharia e Gestão Industrial (11); Engenharia Mecânica (10); Engenharia Electrotécnica – Regime Nocturno (16); Engenharia Informática – Regime Nocturno (2); Engenharia Mecânica – Regime Nocturno (15).

Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior

1.^a fase 2002

Resultado da simulação da aplicação universal de nota mínima de 95 nas provas de ingresso (Fonte: MCES e DGESup)

O Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES) anunciou pretender introduzir novas regras no acesso ao ensino superior, com efeitos a partir do ano lectivo 2004/2005, através da exigência da nota mínima de 95 nas provas de ingresso, para todas as instituições.

Com a finalidade de analisar as consequências da adopção da nota mínima de 95 nas provas de ingresso, a DGESup procedeu à simulação da aplicação universal daquela nota na 1.^a fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, no ano lectivo 2002/2003.

As vagas sobrantes seriam as constantes do quadro seguinte se a regra da exigência da nota mínima de 95 na prova de ingresso já estivesse em vigor.

Instituição	% de vagas sobrantes	Seriação ordenada das instituições
Universidade Técnica de Lisboa	9,47	1. ^o
Universidade do Porto	9,84	2. ^o
Universidade de Coimbra	14,07	3. ^o
Universidade Nova de Lisboa	18,77	4. ^o
Universidade do Minho	18,92	5. ^o
I.P. Leiria	19,56	6.^o
Universidade de Aveiro (ensino universitário)	22,28	7. ^o
Universidade de Lisboa	23,37	8. ^o
Universidade do Algarve (ensino politécnico)	26,04	9. ^o
I.P. Cávado e Ave	27,34	10. ^o
I. P. Portalegre	33,58	11. ^o
Universidade da Beira Interior	37,11	12. ^o
I. P. Santarém	38,24	13. ^o
Universidade da Madeira	42,62	14. ^o
Universidade dos Açores	44,57	15. ^o
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	46,25	16. ^o
I.P. Viseu	47,08	17. ^o
I. P. Viana do Castelo	48,17	18. ^o
Universidade de Évora	48,21	19. ^o
I. P. Bragança	48,44	20. ^o
I.P. Castelo Branco	49,03	21. ^o
I.P. Lisboa	53,08	22. ^o
I. P. Setúbal	53,93	23. ^o
I. P. Beja	54,11	24. ^o ex.
I.P. Guarda	54,11	24. ^o ex.
I. P. Tomar	54,48	25. ^o
Universidade de Aveiro (ensino politécnico)	54,66	26. ^o
I. P. Porto	57,21	27. ^o
I.P. Coimbra	61,39	28. ^o
Universidade do Algarve (ensino universitário)	63,78	29. ^o

Associações de Estudantes

AEESEL

A Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Leiria, em reunião realizada no início do ano lectivo, fez o ponto de situação dos projectos que tem em curso.

Assim, será dado seguimento ao ciclo de conferências sobre ética desportiva, cujos primeiros seminários decorreram no semestre passado. Para a conclusão do ciclo falta ainda a realização de dois. Os seminários, relacionados directamente com o desporto, são feitos em consonância com o Departamento de Educação Física.

Está prevista também para este ano lectivo a continuidade do trabalho iniciado no semestre passado com o grupo de teatro.

Para os novos alunos foi organizada uma RGV, onde os caloiros ficaram a conhecer os objectivos e as funções da AEESEL.

A Associação colaborou ainda no “Kit para caloiros”, um conjunto de informação que a Escola preparou especialmente para os novos alunos e também no evento realizado dia 8 de Outubro, uma sessão solene para todos os caloiros, com o Conselho Científico. Aqui foram apresentados os órgãos de funcionamento da Escola e como os alunos podem e devem participar na vida da instituição.

Não tendo participado na organização da semana de recepção ao caloiro, a AEESEL não deixa de manifestar um voto pela coragem demonstrada pela AEESTG.

A situação das contas da Associação foi outro dos pontos analisados nesta reunião.

AEESTG

AEESTG gasta os últimos cartuchos

Com a chegada do novo ano lectivo, chegam também os últimos meses do mandato da actual associação de estudantes, o que significa, para esta associação em especial, os últimos meses de muito trabalho.

Já a pensar nos futuros estudantes, a AEESTG organizou, juntamente com o Clube Académico de Leiria, entre os dias 8, 9 e 10 de Outubro, um Challenger Radical com insufláveis gigantes, “matraquilhos humanos”, paintball e tiro ao arco. O evento realizou-se na própria escola, com o circuito Challenger Radical sempre aberto entre as 9 e as 18 horas e vigiado por monitores do Académico e da Associação. As actividades foram gratuitas e todos os estudantes da ESTG puderam usufruir delas.

A recepção ao caloiro

A recepção ao caloiro marca sem dúvida o início do ano académico e este ano trouxe muitas novidades. Para começar, a data foi antecipada para a semana de 14 a 19 de Outubro. Porquê? Há quem diga que é para começar melhor o ano, mas também há quem diga que é uma maneira de acabar mais cedo com “as noites de borça” lá para os lados do Terreiro.

Este ano, a Recepção ao Caloiro foi organizada somente pela AEESTG e a festa realizou-se (para alívio dos leirienses) dentro do recinto da própria ESTG, numa mega tenda preparada especialmente para este evento. Mas, enfim, não foram só desvantagens, a boa notícia deste ano é que a recepção deixou de ser uma “festinha” de três dias para passar a ser a “Semana de Recepção ao Caloiro”. É que, pela primeira vez na história da academia de Leiria, a festa do caloiro durou seis dias. Seis dias de diversão, copos e muita alegria.

Este ano a Recepção ao Caloiro foi assim: Abriu com a Noite das Tunas, na segunda-feira dia 14. Apresentaram-se as quatro tunas de Leiria, a Trovantina, Instituna, Noctuna e Tuma’acanéica, juntamente com mais quatro tunas convidadas. Seguiu-se a festa da cerveja e como convidado o DJ Diogo. No dia seguinte, foi a vez da apresentação de bandas de Leiria, Quim Barreiros e o DJ Gil. Na quarta-feira, mais bandas de Leiria e Yellow W Van, com o final da noite animado pelo DJ Fabu. Quinta-feira, juntaram-se às bandas de Leiria os brasileiros Canta Bahia e o DJ Mr. M. Na sexta-feira, dia 18, os Dramafall, Blasthed Mechanism, Mão Morta e o DJ Carlos Matos animaram a noite. O fecho, no sábado, foi com os No Sense, a banda da “estrela” Cláudia, Ez Special, uma revelação no panorama nacional e os já conceituados Da Weasel. Encerraram a noite os DJ’s Vitor L e Mário Roque. Como DJ residente durante toda a semana esteve o DJ Jorge, tal como havia acontecido no ano passado.

Semana Cultural

Está já agendada a realização da “Semana Cultural”. De 11 a 15 de Novembro, a AEESTG vai mostrar o seu lado cultural e o de todos os estudantes desta Escola. Motivar a leitura e despertar o interesse por actividades culturais são alguns dos objectivos da realização desta Semana. Assim, vai decorrer uma Feira do Livro, organizada conjuntamente por esta associação e algumas livrarias da Leiria. Haverá teatro, com o grupo Te-Ato, e a apresentação de Pedro Tochas, um dos melhores cómicos portugueses da actualidade (que será como que “a cereja em cima do bolo”). Haverá algumas surpresas, mas é claro que essas só poderemos revelar mais tarde.

...

AEESTGAD

Encontro Nacional de Associações

O Encontro Nacional de Direcções Associativas, organizado pela Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design das Caldas da Rainha, decorreu nesta escola nos passados dias 12, 13 e 14 de Julho. Estiveram presentes cerca de 300 delegados representantes das 100 Associações de Estudantes e Federações de todo o país.

Semana de recepção ao caloiro

A semana de recepção aos caloiros decorreu entre os dias 14 e 17 de Outubro e contou com um programa bastante diversificado. Entre outras actividades, destaque para a maratona fotográfica, juntamente com o arraial popular, na praça de touros. Grupos tradicionais, ranchos, filarmónicas da localidade, fogo de artifício e muitas surpresas foram alguns dos ingredientes para tamanha animação. Durante essa semana, realizaram-se ainda projecções de vídeo, jogos da caça ao tesouro, concertos, animação de rua e festas com vídeo jaming e DJ's convidados.

Reuniões de trabalho

Não esquecendo alguns dos problemas que envolvem esta Escola e o ensino superior, realizaram-se reuniões e foram entregues aos vários órgãos correspondentes, ofícios que expressam preocupações e ansiedades dos estudantes desta Escola.

Os problemas prendem-se com questões internas, como o reconhecimento das licenciaturas, aumento de preços nos SAS e lotação da residência. Os cortes orçamentais e o regime jurídico para o desenvolvimento e qualidade do ensino superior constituem também uma preocupação para esta associação. Estão previstas sessões de esclarecimento e distribuição de material informativo, entre outras acções, por forma a dar a conhecer

aos estudantes estes e outros problemas que os afectam directamente.

AEESTM

A Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia do Mar promoveu a Semana do Caloiro de 4 a 7 de Novembro. A abrir, no dia 4, realizou-se o "Jantar do Caloiro", na cantina da Câmara Municipal de Peniche. Depois houve festa académica no bar Loukuras. No dia seguinte, teve lugar o "Rally Tascas", terminando a noite em festa académica no S. Pedro de Alcântara. Quarta-feira foi dia da Declinius no Konvento Club e festa académica em honra do Deus Baco. Na quinta-feira, dia 7 de Novembro, realizou-se o desfile do caloiro e houve tunas no Konvento Club.

AEESEnf

A Associação trabalhou em colaboração com a FNAEE (Federação Nacional das Associações de Estudantes de Enfermagem), na realização do IV Fórum Nacional de Enfermagem, cujo tema é "Formação em Enfermagem: Que caminho? Que futuro?", que se realizou em Outubro, no auditório do Instituto Politécnico de Beja.

Decorreu nas instalações da Escola Superior de Enfermagem de Leiria o 2.º Curso Teórico-Prático de Suporte Básico de Vida e de Abordagem à Vítima Politraumatizada, organizado pela Associação, para os alunos desta Escola.

Pretende ainda a Associação, em meados de Novembro, retomar as sessões de cinema já realizadas anteriormente, como forma de promoção do convívio entre os alunos.

Estão ainda previstas para Novembro as eleições para os novos corpos sociais da Associação.

Ficha Técnica

Director: Luciano de Almeida. *Director Adjunto:* João Paulo Marques. *Coordenação Executiva:* Miguel Jerónimo. *Conselho Redactorial:* Elísio Pinto, João Paulo Marques, João Poças Santos, José Manuel Silva, José Ventura da Cruz Pereira, Luciano de Almeida, Miguel Jerónimo, Nuno Mangas, Olga Terça. *Colaboradores:* Alexandre Bastos (IPL), Alexandre Soares (ESE), Ana Raquel Martins, Dora Conde (ESTG), Bernardo Costa (ESTM), Celina Gaspar (SAS), Fátima Gonçalves (ESEnf), Patrícia Duarte (IPL), Sandra Ferreira (ESTGAD).

Edição: Instituto Politécnico de Leiria

Composição e Paginação: Jorlis - Edições e Publicações, Lda. *Direcção de Produção:* Anabela Frazão, Paula Carvalho. *Paginação:* Isilda Trindade.

Impressão: Mirandela - Artes Gráficas, SA *Tragem:* 12.500 exemplares.

ISSN: 0874-9779. *Depósito Legal:* 156833/00. Registada no ICS. *Periodicidade:* Trimestral. *Novembro de 2002*

Vai acontecer...

▶ INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA



Inauguração das novas instalações do **Centro de Documentação Europeia** que contará com a presença do Exmo. Sr. Director da Representação em Portugal da Comissão Europeia, Eng^o Ricardo Charters d’Azevedo.

A inauguração terá lugar no dia **11 de Novembro de 2002, pelas 15:00h no Edifício Sede do IPL.**

▶ CONFERÊNCIA-DEBATE COM LABORINHO LÚCIO

Conferência-Debate subordinada ao tema **“RACISMOS QUOTIDIANOS”** a proferir pelo **Dr. Álvaro Laborinho Lúcio**, no dia **5 de Dezembro de 2002, pelas 18:00h no Edifício Sede do IPL.**

Racismos Quotidianos



**Edifício Sede do IPL
5 de Dezembro de 2002
18:00 horas**



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

www.iplei.pt

Serviços Centrais

Edifício Maringã - Torre 2, 2.^o
Apartado 3041 - 2400-903 Leiria
Tel. 244 830 010 • Fax 244 813 013
E-mail: ipleira@iplei.pt
www.iplei.pt

Serviços de Acção Social

Morro do Lena - Alto do Vieiro
Apartado 2829 - 2401-901 Leiria
Tel. 244 830 640 • Fax 244 830 646
E-mail: sas@sas.iplei.pt

ESE Leiria

Rua Dr. João Soares - Porto Moniz
Apartado 4045 - 2400-448 Leiria
Tel.: 244 829 400 • Fax: 244 829 499
E-mail: esel@esel.iplei.pt
www.esel.iplei.pt

ESTG Leiria

Morro do Lena - Alto do Vieiro
Apartado 4163 - 2411-901 Leiria
Tel.: 244 820 300 • Fax: 244 820 310
E-mail: estg@estg.iplei.pt
www.estg.iplei.pt

ESTGAD Caldas da Rainha

Rua Isidoro Inácio Alves de Carvalho
Apartado 823 - 2500-917 Caldas da Rainha
Tel.: 262 830 900 • Fax: 262 830 904
E-mail: estgad.ipl@mail.telepac.pt

ESTM Peniche

Santuário Nossa Senhora dos Remédios
Estrada dos Remédios - 2520-631 Peniche
Tel.: 262 783 607 • Fax: 262 783 088
E-mail: estm@estm.iplei.pt
www.estm.iplei.pt

ESEnf Leiria

Rua das Olhalvas - 2414-016 Leiria
Telef. 244 813 388 • Fax 244 815 866
E-mail: esenf.leiria@mail.telepac.pt

ESE Leiria

Escola Superior de Educação de Leiria

LICENCIATURAS

- Comunicação Social e Educação Multimédia
 - Educação de Infância
 - Professores do Ensino Básico - 1.^o Ciclo
 - Professores do Ensino Básico - 2.^o Ciclo
- Variantes:
- Educação Física
 - Educação Musical
 - Matemática e Ciências da Natureza
 - Português e Inglês
 - Relações Humanas e Comunicação no Trabalho
 - Serviço Social
 - Turismo

ESTG Leiria

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria

LICENCIATURAS

- Comércio e Marketing
- Contabilidade e Finanças (só regime nocturno)
- Engenharia do Ambiente
- Engenharia Automóvel
- Engenharia Civil
- Engenharia Electrotécnica
- Engenharia Electrotécnica (regime nocturno)
- Engenharia e Gestão Industrial
- Engenharia Informática
- Engenharia Informática (regime nocturno)
- Engenharia Informática e Comunicações
- Engenharia Mecânica
- Engenharia Mecânica (regime nocturno - só 1.^o ciclo)
- Gestão e Administração Pública
- Gestão de Empresas
- Solicitação
- Tradução

ESTGAD Caldas da Rainha

Escola Superior de Tecnologia, Gestão,
Arte e Design de Caldas da Rainha

LICENCIATURAS

- Animação Cultural
- Artes Plásticas
- Opções (só 1.^o ciclo):
 - Pintura, Escultura, Gravura
- Design
- Opções:
 - Design Industrial
 - Tecnologias para a Cerâmica
 - Tecnologias Gráficas + Tecnologias Multimédia
- Som e Imagem
- Tecnologias de Informação Empresarial

ESTM Peniche

Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche

LICENCIATURAS

- Biologia Marinha e Biotecnologia
- Engenharia Biológica e Alimentar
- Gestão Turística e Hoteleira
- Turismo e Mar

ESEnf Leiria

Escola Superior de Enfermagem de Leiria

LICENCIATURAS

- Enfermagem
- Enfermagem (entrada no 2.^o Semestre)

